

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Portugal e a OTAN: a génese do Campo Militar de Santa Margarida (1948-1956)

Luís Guilherme Pirraco Sodré de Albuquerque

M

2021



Luís Guilherme Pirraco Sodré de Albuquerque

Portugal e a OTAN: a génese do Campo Militar de Santa Margarida (1948-1956)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Luís Guilherme Pirraco Sodré de Albuquerque

Portugal e a OTAN: a génese do Campo Militar de Santa Margarida (1948-1956)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Dissertação dedicada ao Miguel Picão, amigo de todas as horas e
que até ao fim acreditou em mim e neste trabalho.*

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	10
Índice de Quadros	11
Glossário	12
Lista de abreviaturas e siglas por aparecimento.....	13
Introdução	16
O Caminho da Investigação	19
1. Contexto histórico, político e militar no pós 2ª guerra mundial	22
1.1. O pós-guerra internacional	22
1.2. O pós-guerra nacional	36
2. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)	41
2.1. Princípios e Objetivos	41
2.2. Estruturas: humanas e materiais	44
2.2.1. Conselho do Atlântico Norte: Humanas e materiais.....	44
2.2.2. O Secretário-Geral e o Secretariado Internacional	45
2.2.3. Comité Militar	46
2.2.4. Os Comandos da OTAN/NATO	47
2.2.5. O Comando da Europa	48
2.2.6. O Comando do Oceano Atlântico	49
2.2.7. Comando da Mancha e o seu Comité	50
2.2.8. Grupo de Planificação Regional Canadá-Estados Unidos	50
2.3. Espaço geográfico envolvido: ao nível de países e de proteção	51
2.3.1. Os Açores e a sua importância estratégica	51
2.3.2. A aproximação direta não resulta	54

2.3.3. Uma nova tática	58
2.3.4. O enquadramento OTAN/NATO	59
2.3.5. Relançadas as negociações	62
2.3.6. O acordo de 1951	69
3.O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM)	73
3.1. A entrada de Portugal – “A Revolução Serena”	73
3.2. O MAAG de Lisboa	94
3.3. O Exército e a Aliança	98
3.3.1. O Exército antes de 1949 e as opiniões britânicas e estado-unidense	98
3.3.2. A OTAN/NATO e os Planos de Defesa Nacional	102
3.3.3. A Aliança começa a fazer efeito	104
3.3.4. O confronto das ideias militares nacionais e da Aliança	109
3.4. Localização e Justificação	115
3.5. Estrutura: física	117
3.6. Estrutura: humana	123
3.7. Significado Militar e Político	128
3.8. Consequências: a curto e médio prazo	136
3.9. A Função Social da Base	142
Conclusão	145
Referências Bibliográficas	149
Anexos	151
Anexo 1.....	151
Anexo 2	152
Anexo 3	153
Anexo 4	154
Anexo 5	155
Anexo 6	156

Anexo 7	157
Anexo 8	158
Apêndices	160
Apêndice 1	160
Apêndice 2	161
Apêndice 3	162
Apêndice 4	163
Apêndice 5	164
Apêndice 6	165
Apêndice 7	166

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutra curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 22 de setembro de 2021

Luís Guilherme Pirraco Sodré de Albuquerque

Agradecimentos

No processo de construção desta dissertação houve pessoas que se mantiveram perto e que me ajudaram. Por isso devo-lhes agradecer.

Aos meus pais, a quem tudo devo e que lutaram para que eu me tornasse a pessoa que sou e atingir os meus objetivos pessoais e profissionais, sendo eles também um suporte emocional enorme e uma ajuda sem precedentes.

À minha avó Beatriz, que tanto me ouviu e que falou das suas aventuras durante o período cronológico do trabalho. Que me deu amor e se tornou um modelo a seguir. Também ela foi um suporte emocional sem precedentes.

À Tânia, o meu maior pilar e que tanto me ajudou nos momentos menos bons e nos melhores. Que me deu tanto e a quem eu devo tanto. Ela é a pessoa mais especial que tenho e que se tornou uma necessidade maior durante este processo de investigação.

Ao Senhor João e à Dona Teresa que me ajudaram neste trabalho e que me ajudaram a combater a monotonia dos dias de construção do trabalho.

Agradecer ao Tiago, Carina, João e Joana que me ajudaram também a combater a monotonia dos dias e que sempre estiveram comigo desde o primeiro dia. Tenho a sorte de os ter ao meu lado há anos e sempre lutaram comigo pelo meu melhoramento como pessoa e profissional. Terão sempre a minha amizade.

Ao Tiago, Alfaia, Rita, Rita Pires e Inês pelos momentos que passamos juntos ao longo dos anos, nos bons e maus momentos e por terem feito da minha experiência universitária uma das minhas fases preferidas da vida.

Ao Professor Luís Alves, por ter sido um excelente orientador, um mestre sem igual e um Ser Humano que me marcou para o resto da vida como profissional e pessoa.

Agradecer ao Campo Militar de Santa Margarida por me ter marcado para sempre e ser um dos lugares mais felizes da minha vida.

À cidade do Porto, a minha cidade, onde cresci como pessoa e profissional, mas também por ser o meu local de sonho e onde tenho as minhas raízes.

A Constância, o local que me viu crescer e viver e me tornar a pessoa que sou.

Finalmente, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que me acolheu e me completou, que me deu momentos incríveis e ensinamentos para o resto da vida.

Resumo

O presente trabalho debruça-se sobre a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte e da principal realização do Exército português no contexto deste organismo internacional: o Campo Militar de Santa Margarida.

A OTAN foi criada como contraponto ao Bloco de Leste e para proteger o Hemisfério Ocidental durante a “Guerra Fria”. Sendo Portugal a única ditadura a entrar nesta organização, a sua integração deveu-se simplesmente a um fator estratégico, a importância dos Açores, como afirmam as fontes.

Como confirma bibliografia, este processo não foi fácil. Após a entrada de Portugal na organização, o Pacto do Atlântico começou logo a atuar no Exército. Nesta atuação surgiu o Campo Militar de Santa Margarida, que levou a uma modernização do material e mentalidade militar. Tanto a entrada como a própria base tiveram impacto na política de defesa e na política externa, para além de levar à demissão de governantes e ao fortalecimento de outros. Todavia, criou uma geração que mudaria o Exército e o País. As fontes dão sustento a esta modificação e como esta aconteceu.

O testemunho oral constata o impacto que o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, designação da base nos anos 50, teve nas populações civis da região onde se insere.

Finalmente, chegarei às minhas conclusões acerca do estudo a que precedi e tecerei comentários sobre a bibliografia e fontes reforçando o seu impacto nesta investigação.

Palavras-chave: OTAN;Portugal;Exército e Campo Militar

Abstract

The present work focuses on the entrance of Portugal in the North Atlantic Treaty Organisation and on the main achievement of the Portuguese Army in the context of this international organisation: the Santa Margarida Military Camp.

NATO was created as a counterpoint to the Eastern Bloc and to protect the Western Hemisphere during the "Cold War". Being Portugal the only dictatorship to join this organization, its integration was simply due to a strategic factor, the importance of the Azores, as sources state.

As the bibliography confirms, this process was not easy. After joining, the Atlantic Pact immediately began to operate in the Army. The Military Camp of Santa Margarida appeared in this action, which led to a modernisation of the military material and mentality. Both the entry and the base itself had an impact on the defence policy and foreign policy. It also led to the resignation of rulers and the empowerment of others. Nevertheless, it created a generation that would change the Army and the country. The sources give support to this transformation and how it occurred.

Oral testimony states the impact that Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, the name of the base in the 1950s, had on the civilian populations of the region where it is located.

Lastly, I will reach my conclusions about the preceding study and will discuss about the bibliography and sources, and their impact on this research.

Key-words: NATO;Portugal;Army and Military Camp

Índice de Quadros

QUADRO 1 – CONSTITUIÇÃO DA 1ª DIVISÃO DO CEP.....	124
Quadro 2- Forças cedidas pelas unidades territoriais à 2ª Divisão do CEP	126
Quadro 3- Reorganização da mobilização/cedência de forças por parte das unidades territoriais.....	127
Quadro 4- Modificação/acrescento da/à mobilização.....	128

Glossário

Arma: Especialidade militar. Existem armas de manobra(Infantaria e Cavalaria), apoio de fogos(Artilharia) e apoio de combate(Engenharia e Transmissões).

Serviços: Especialidades militares relativas ao apoio logístico: saúde, reabastecimento, transportes, alimentação, administração e manutenção. Sendo agregados em Administração Militar, Saúde e Material.

Divisão: Grande Unidade militar que contém entre 9.000 e 20.000 homens efetivos. Composta por diversos regimentos e/ou brigadas. O comando desta Grande Unidade é sempre exercido por um oficial general.

Regimento: Unidade militar composta por vários milhares de homens e constituída por batalhões da mesma arma. O comando do regimento é sempre exercido por um Coronel.

Batalhão: Unidade militar de campanha composto por várias centenas de homens da mesma arma. Constituído por várias unidades de escalão companhia. Os batalhões nas armas de Cavalaria e Artilharia designa-se por Grupos. Comandado por um Tenente-Coronel.

Companhia: Pequena Unidade militar de campanha que contém 120 a 200 homens efetivos. Constituídas por pelotões. Na Artilharia denominam-se de Baterias e na Cavalaria por Esquadrões. Comandada por um Capitão.

Lista de abreviaturas e siglas por aparecimento

EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
URSS	UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
RFA	REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
JCS	JOINT CHIEFS OF STAFF/ESTADO-MAIOR CONJUNTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
OTAN/NATO	ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE/NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION
NSC	NATIONAL SECURITY COUNCIL/CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA
SACEUR	SUPREME ALLIED COMMAND EUROPE/SUPREMO COMANDO ALIADO NA EUROPA
SHAPE	SUPREME HEADQUARTERS ALLIED POWERS EUROPE/ESTADO-MAIOR SUPREMO DAS FORÇAS ALIADAS NA EUROPA
SACLANT.....	SUPREME ALLIED COMMANDER ATLANTIC/COMANDO SUPREMO ALIADO DO ATLÂNTICO
STANAVFORLANT.....	STANDING NAVAL FORCE ATLANTIC/FORÇA NAVAL PERMANENTE DO ATLÂNTICO
SAC.....	STRATEGIC AIR COMMAND/COMANDO ESTRATÉGICO AÉREO
SD.....	STATE DEPARTMENT/DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
MNE.....	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
MAP.....	MILITARY ASSISTENCE PROGRAM/PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MILITAR
MAAG.....	MILITARY ASSISTANCE ADVISORY GROUP/GRUPO DE ACONSELHAMENTO E ASSISTÊNCIA MILITAR
MDTP.....	MEDIUM TERM DEFENSE PLAN/PLANO DE DEFESA DE MÉDIO PRAZO
PCP.....	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
TA.....	TIPO AMERICANO

TP.....	TIPO PORTUGUÊS
EME.....	ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
CE.....	CORPO DE EXÉRCITO
RM.....	REGIÃO MILITAR
C.M.S.M.....	CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA
C.I.M.S.M.....	CAMPO DE INSTRUÇÃO MILITAR DE SANTA MARGARIDA
G.U.....	GRANDE UNIDADE
GDCC.....	GRUPO DIVISIONÁRIO DE CARROS DE COMBATE
ECC.....	ESQUADRÃO DE CARROS DE COMBATE
QG.....	QUARTEL-GENERAL
RI.....	REGIMENTO DE INFANTARIA
BI.....	BATALHÃO DE INFANTARIA
DAE.....	DIREÇÃO DA ARMA DE ENGENHARIA
CEP.....	CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS
RAL.....	REGIMENTO DE ARTILHARIA LIGEIRA
GAC.....	GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
RAP.....	REGIMENTO DE ARTILHARIA PESADA
GACA.....	GRUPO ANTI-AÉREA CONTRA AERONAVES
GAAA.....	GRUPO DE ARTILHARIA ANTI-AÉREA
EPC.....	ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA
GCC.....	GRUPO DE CARROS DE COMBATE
RC.....	REGIMENTO DE CAVALARIA
EREC.....	ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO
EPE.....	ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA
BENG.....	BATALHÃO DE ENGENHARIA
RE.....	REGIMENTO DE ENGENHARIA
CTM.....	COMPANHIA DE TRANSMISSÕES

GCS.....GRUPO DE COMANDO E
SERVIÇOS

BSAN.....BATALHÃO SANITÁRIO

GCAM.....GRUPO DE COMPANHIAS
DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR

COMP.....COMPANHIA

CDMM.....COMPANHIA DIVISIONÁRIO
DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL

RL.....REGIMENTO DE LANCEIROS

GCTA.....GRUPO DE COMPANHIAS
DE TREM AUTO

CALTG.....COMPANHIA AUTO LIGEIRA
DE TRANSPORTES GERAIS

EM.....ESTADO-MAIOR

CEME.....CHEFE DE ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO

Introdução

A presente dissertação é sobre *Portugal e a OTAN: a génese do Campo Militar de Santa Margarida (1948-1956)*, revelando como foi o processo de fundação desta organização internacional, a integração do nosso país e a influência desta no Exército nacional, com especial incidência na base referida no título, relatando a sua construção e desenvolvimento durante os seus primeiros anos.

A ideia para este trabalho deu-se quando me apercebi que não existia um estudo, académico civil. Sendo eu um entusiasta da historiografia militar e das relações políticas internacionais, o tema surgiu como ligação de ambas as áreas. Ao mesmo tempo, estudar o pós-guerra da segunda metade do século XX sempre me suscitou interesse, o que deu ainda mais peso a esta escolha.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte é um dos pináculos do mundo pós 2ª Guerra Mundial, para além disso é um marco na historiografia militar da idade contemporânea. Entender como esta foi fundada, qual foi o processo da nossa integração e os fatores que esta criou dentro das Forças Armadas lusas, especialmente o Exército são alguns dos aspetos importantes neste projeto. No que se refere ao objeto de estudo em si, o Campo Militar de Santa Margarida, e estando este intimamente ligado à OTAN, tentei compreender como esta foi construída, o seu desenvolvimento e o seu impacto no Exército português durante os seus primeiros anos de operacionalidade.

Existe uma ligação pessoal com este edifício militar, já que vivo na zona onde este se insere e tendo eu vivido nele, quis compreender, de forma um pouco mais exaustiva, o impacto que esta base teve na região e nas suas gentes. Do mesmo modo, quis fazer uma pequena homenagem pessoal ao Campo e à instituição que a tutela, o Exército português, que tanto já fez por mim.

Após uma primeira leitura da bibliografia e das fontes que foram utilizadas ao longo deste trabalho, sabendo que não existe um estudo académico civil sobre o tema, como já foi referido, procedi à enumeração de objetivos ambicionados nesta dissertação. Começando por procurar entender como surgiu a OTAN, bem como a entrada de

Portugal, no sentido de perceber qual foi o processo de criação desta Organização internacional e como foi o “caminho” que levou Portugal a ser integrado no Pacto do Atlântico Norte; saber qual a razão principal para a entrada do nosso país na OTAN; conhecer o impacto que esta instituição internacional teve na política externa portuguesa e no Exército português, especificando o que mudou, ou não, no que se refere aos programas externos do Estado Novo e às mutações que foram levadas a cabo no Exército nacional após a entrada na OTAN. Em relação ao Campo Militar de Santa Margarida, e estando este ligado à Organização, tentar compreender a razão porque foi construído; entender a escolha do local onde foi edificada a base, percebendo as razões que levou o governo a optar pela zona onde o Campo se insere; averiguar como foi edificado o Campo, relatando o processo de construção de algumas partes deste; tomar conhecimento sobre a Grande Unidade que se formou na base e enumerar as suas constituintes; conhecer a opinião interna sobre a base e as consequências que esta teve no Exército português; saber qual o impacto que o Campo teve na população da região onde este se situa.

Indo ao encontro destes objetivos, procedi à elaboração de diversas questões de investigação. Estas serão respondidas ao longo deste trabalho, com base na informação retirada da bibliografia e das fontes consultadas, destacando as seguintes. Qual foi o processo de criação da OTAN? Como se procedeu à entrada de Portugal na Organização do Pacto do Atlântico Norte? Qual o impacto da OTAN na política nacional e no Exército? Quais os objetivos da criação do Campo Militar de Santa Margarida? Quais as razões para escolher o local? Qual a constituição da Grande Unidade formada no Campo? De que forma a base impactou a política nacional e o Exército? Qual o impacto que o Campo Militar de Santa Margarida teve para a região e população onde está localizado?

Em termos bibliográficos, o panorama é um pouco pobre, pois existem poucos trabalhos sobre o tema, o que se saldou numa repetição de obras ao longo da dissertação.

Para tal socorri-me de algumas obras bibliográficas sobre o tema, seja referente à OTAN, seja ao Campo Militar de Santa Margarida. A obra *Portugal e a NATO: o reencontro da*

*tradição atlântica*¹ do Professor José António Telo, foi usada para a contextualização do trabalho, o pós-guerra internacional e nacional, a referência ao espaço geográfico da Organização do Atlântico Norte e nas diversas fases do capítulo sobre o processo de integração de Portugal na OTAN e sobre o Campo Militar de Santa Margarida.

*50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*² do Coronel Armando Borges, deu informações sobre o pós-guerra, bem como o processo de construção do Campo e a Grande Unidade ali formada.

A obra *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*³ de Tiago Moreira de Sá, forneceu um contexto mais profundo sobre este período após 1945, tal como *Portugal Século XX: crónica em imagens 1940-1950*⁴ de Joaquim Vieira, bem como a *Nova História Militar de Portugal*⁵ de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, embora estas obras sejam de um âmbito mais geral.

Para dar uma contextualização acerca da OTAN recorri à obra *Pode Portugal ter uma estratégia?*⁶ de Bruno Cardoso Reis, embora esta contenha pouca informação sobre esta temática no período por mim trabalhado.

Nem todas as fontes estavam disponíveis. É exemplo claro o facto de no dia em que me desloquei ao Arquivo Histórico-Militar, em Lisboa, terem chegado no mesmo dia alguns documentos da História da Brigada Mecanizada, atual Grande Unidade do Campo, bem como da base. Estes poderiam ter sido fulcrais à minha investigação, mas como ainda

¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7.

² BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002.

³ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4.

⁴ VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens 1940-1950*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. 972-42-1908-9.

⁵ BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 972-42-3071-6. Vol.4.

⁶ REIS, Bruno Cardoso – *Pode Portugal ter uma estratégia?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. 2019. 978-989-8943-42-2.

não tinham sido alvo do processo de arquivismo, os mesmos não puderam ser recolhidos e analisados.

O caminho da Investigação

No que se refere à metodologia, existem três fontes inéditas que se vieram a revelar importantes para a melhor compreensão dos factos que são descritos ao longo deste estudo.

A primeira delas é a entrevista que o Sr. João Lopes e a sua esposa, Sra. Maria Teresa Lopes⁷ me concederam, dois habitantes do concelho de Constância que me transmitiram a sua vivência pessoal sobre o fator social e civil do Campo. A segunda são os documentos que encontrei e que me foram disponibilizados pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar⁸. E finalmente o *Manual da OTAN*⁹.

Todas estas fontes fizeram com que várias lacunas da investigação se complementassem. Seja referente à área do estudo sobre a OTAN, seja sobre o objeto de estudo, o Campo Militar de Santa Margarida. Mais adiante falarei, mais detalhadamente, sobre esta entrevista, mas esta deu-me uma nova compreensão sobre a base que até aí não tinha conhecimento. A segunda fonte inédita, que é um conjunto delas, deu-me a perceber como decorreu, de uma forma mais legislativa e precisa, a construção de alguns edifícios e outras áreas do Campo. Finalmente, a última, relata, de uma forma global, como funciona, ou funcionava, a Organização do Pacto do Atlântico.

No que se refere às fontes em si, destacaria a coletânea de fontes *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*¹⁰, uma fonte secundária, que revelou-se de extrema importância para o desenvolvimento da informação acerca da construção da base. Identificada no meu acervo, foi das primeiras fontes com que tive contacto e com que no início deste estudo trabalhei mais.

⁷ Entrevista à Senhora Maria Teresa Lopes e Senhor João Lopes. 17.08.2021.

⁸ Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar . Lisboa. 1953-1954.

⁹ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN.

¹⁰ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol. I e II.

A *Revista Militar*¹¹, uma fonte primária, no sentido em que inclui artigos sobretudo de protagonistas, ajudou a entender como foi descrito pelo próprio exército nacional o processo de construção da base. Sendo verdade que só uma reportagem desta fonte escrita foi usada, esta deu informação de qual foi a opinião dos militares nacionais sobre a base e como esta evoluiu. Encontrada devido a uma das obras bibliográficas (*Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*), procedi à sua requisição na Biblioteca do Exército. Destas fontes selecionei as que se encontravam entre os anos de 1948 a 1960. Os documentos encontrados no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar¹², uma fonte primária, também para complementar a parte do estudo sobre a edificação do Campo, foram importantes, pois deram a entender como foram construídas partes da base, como é o caso dos acessos e da Estação de Caminho-de-ferro, bem como esclarece como era a relação entre as autoridades militares e as autoridades civis e a população da região. Após algum tempo a investigar os arquivos dos diversos órgãos do Exército, deparei-me com este gabinete, que teve um saldo positivo na minha investigação. A seguinte fonte foram as *Ordens do Exército*¹³, esta fonte primária foi identificada durante a minha visita à Biblioteca do Exército, onde a requisitei e recolhi legislação desde 1948 a 1958. A informação que me deu encontra-se ligado aos efeitos que a Aliança teve no exército português.

O *Tratado do Atlântico Norte*¹⁴ foi usado como fonte primordial sobre os princípios e objetivos da OTAN, sendo esta uma fonte primária. Encontrado logo no início da investigação, foi analisado durante algum tempo para retirar informação sobre os aspetos basilares da Organização. O *Manual da OTAN*¹⁵, uma fonte secundária que esteve também presente no meu acervo, foi importante para retirar a informação sobre a zona do estudo que retrata as infraestruturas da OTAN ou para descrever os órgãos desta. Finalmente, o *Diário do Governo*¹⁶ foi a primeira fonte primária que fui procurar,

¹¹ *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da Revista Militar, 1953-1960.

¹² Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar . Lisboa. 1953-1954.

¹³ *Ordens do Exército*. Lisboa. 1948-1958.

¹⁴ NATO – *Tratado do Atlântico Norte*. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A.

¹⁵ *Manual da OTAN*. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN.

¹⁶ *Diário do Governo*. Lisboa. 1948-1958.

estabelecendo como premissa o Campo Militar de Santa Margarida, onde só encontrei uma informação sobre um dos acessos à base.

Em relação ao testemunho oral, que é único, após andar à procura de civis que fossem ainda vivos e que tivessem trabalhado na base, não encontrei ninguém, pelo que me direcionei para gentes que tivessem usado o Campo de diversas formas, isto é, civis que aproveitaram as diversas formas que lhes permitiram conhecer o espaço militar.

Esta entrevista¹⁷, que envolveu duas pessoas que viveram a sua adolescência durante a década de 1950, deu-me o micro panorama social da base, qual o impacto social da base na região e nas suas gentes, bem como o uso pessoal que estas duas pessoas fizeram do Campo, desde os espaços de lazer até à questão alimentar, passando pelos acontecimentos e instituições nele inserido.

A lacuna social e civil desta investigação foi preenchida por este testemunho oral, pois a maior parte da investigação é só sobre o aspeto militar e político do objeto de estudo e quis dar uma visão menos técnica e mais prática, e não tanto militar, deste.

Recolhidas e analisadas as fontes, elaborei fichas de leitura temáticas que me permitiram depois ir delineando a estrutura e o conteúdo da tese. Antes de recolher e analisar as fontes, tinha uma ideia do trabalho que foi alterado com a sua análise. No início, o objetivo era retratar mais exaustivamente a criação e entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte, as suas repercussões no nosso país, especialmente a nível do Exército e pegando nesta premissa desenvolver o estudo, de uma forma muito mais profunda, sobre o Campo Militar de Santa Margarida, desde a sua construção, passando pela Grande Unidade até às atividades que foram feitas nele.

Após o recolhimento e tratamento das fontes, a visão sobre o projeto mudou, delineei que deveria falar, mais restritivamente, sobre a OTAN, deveria analisar a principal informação do *Tratado do Atlântico Norte*¹⁸ e que era imperativo relatar os organismos

¹⁷ Entrevista à Senhora Maria Teresa Lopes e Senhor João Lopes. 17.08.2021.

¹⁸ NATO – *Tratado do Atlântico Norte*. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A.

que tutelam o Pacto do Atlântico, a partir do *Manual da OTAN*¹⁹. Foi deixada a ideia de ligação direta entre esta Organização e a base e foi projetado uma ligação através da integração de Portugal na Aliança. Assim, a legislação militar ajudou a reforçar esta zona da investigação, bem como o impacto que o Campo e a própria OTAN teve no Exército e na política interna e externa nacional. A obra do Estado-Maior do Exército, a *Revista Militar*²⁰, o *Diário do Governo*²¹ e os documentos do gabinete da Engenharia Militar²² levaram-me a estruturar o capítulo da construção do Campo Militar de Santa Margarida, mas também a reforçar alguns pontos de vista de certos atores neste procedimento. Assim, as fontes serviram de “bussola” em aspetos mais incisivos que a bibliografia não me dava, mas também a estruturar fases da dissertação que não estavam exatamente construídas.

1. Contexto histórico, político e militar no pós 2ª guerra mundial

1.1. O pós-guerra internacional

O mundo pós 2ª Guerra Mundial vai ser denominado por um ambiente político, ideológico e militar simplificado no termo “Guerra Fria”.

Este conflito resume-se a uma sequência de crises num quadro mundial, com o foco na bipolarização do poder internacional, EUA vs. URSS. No final deste conflito, o continente europeu estava dividido em dois, tendo um lado, como protetor e líder de bloco, a União Soviética, e a Europa ocidental, tendo como protetor e líder ideológico, os EUA. Isto devia-se a que, no decorrer da guerra, os exércitos soviéticos foram muito para lá das

¹⁹ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN.

²⁰ *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da Revista Militar, 1953-1960.

²¹ *Diário do Governo*. Lisboa. 1948-1958.

²² Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar . Lisboa. 1953-1954.

suas fronteiras, para o ocidente, exercendo pressão política nos países recém-libertados. Algo que também aconteceu do lado ocidental europeu²³.

No dia 26 de junho de 1945, é assinada a Carta das Nações Unidas, na cidade de São Francisco, nascendo assim a Organização das Nações Unidas (ONU). Foi criada para preservar a paz e a cordialidade entre as nações. Esta organização é o aperfeiçoamento da sua antecessora, a Liga das Nações, procurando melhores resultados²⁴.

O primeiro momento de tensão ainda acontece nesse ano, 1945. No decorrer da 2ª Guerra Mundial, as três principais potências aliadas, EUA, Reino Unido e União Soviética, enviaram para a Pérsia tropas com o intuito de proteger o petróleo do país de cair nas mãos do Eixo, principalmente dos alemães e italianos. Ao mesmo tempo serviu para proteger o único corredor existente de ajuda estado-unidense à URSS²⁵.

Acordou-se que após a guerra, e num período de seis meses, as tropas aliadas deveriam sair do território persa. Tal aconteceu por parte dos aliados ocidentais, EUA e Reino Unido, mas não por parte de Moscovo. Tal situação causou admiração no presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, e preocupação por parte do governo britânico. Tal facto leva as potências ocidentais a questionarem-se sobre os objetivos de Estaline para o Médio-Oriente, julgando-se que este pretendia usar a 2ª guerra mundial como oportunidade para estender o seu poder ao norte da Pérsia e, a partir daí, ao golfo Pérsico, tendo como alvo uma parte da Turquia.

Estes pensamentos eram fundamentados pelas ações de Estaline, por exemplo, na região do Azerbaijão, onde tentava destabilizar o poder persa aí instituído, com recurso às suas tropas aí estacionadas. Ao mesmo tempo, Moscovo ajuda na criação do partido Tudeh, o partido comunista da Pérsia, e a detenção de diversos adversários, bem como a quase independência da região Azeri, não formal. Pressionado por britânicos e estado-

²³ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002, p. 12.

²⁴ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002, p. 14.

²⁵ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 407-408.

unidenses, o “Pai dos Povos” responde que enquanto o governo persa for um problema para a URSS, as suas tropas irão permanecer no território.

A resposta persa, ajudada pelos EUA, é a apresentação de um protesto na sessão inaugural do Conselho de Segurança da ONU, no dia 19 de janeiro de 1946. Esta resumia-se a uma acusação da Pérsia à União Soviética sobre esta estar a interferir em assuntos domésticos persas, algo que estava em direta violação da Declaração Tripartida de Teerão, durante a guerra, e da Carta das Nações Unidas. Outras críticas são que Moscovo é a causa da crise económica, devido à destabilização do país e à imposição de barreiras para a passagem de bens, a permanência de tropas soviéticas, na designada «Zona Soviética», e o apoio aos dissidentes Azeris da região do Azerbaijão persa²⁶.

Tendo sofrido pressões internacionais, Estaline continua este “jogo” por mais uns meses, mantendo negociações com o governo persa, mas continuando com as suas tropas na região em questão e a promover a agitação social. Mas o aumento da crise, na primavera de 1946, leva o líder soviético a recuar. O presidente dos EUA, quando sabe que as tropas soviéticas estão a dirigir-se para Teerão, Turquia e Iraque, reage, decidindo que o seu país terá de enfrentar o expansionismo soviético no Próximo Oriente até à última, sendo que é conhecido que Truman, ao falar com o seu núcleo mais restrito, terá dito que os EUA poderiam «entrar em guerra com a União Soviética por causa do Irão»²⁷.

No entanto, o líder estado-unidense toma uma postura mais moderada, e na seguinte reunião do Conselho de Segurança da ONU afirma que as tropas soviéticas devem retirar do território persa. O líder soviético ao ver que senão o fizer, tal pode escalar para uma guerra direta com os EUA, e retira as suas tropas em maio de 1946.

Esta crise foi importante para os EUA e para Truman, pois este compreendeu que tinha de ter em conta, e muita, as ambições expansionistas soviéticas. Tal foi comprovado em

²⁶ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 408.

²⁷ FEIS, Herbert – *From Trust to Terror, The Onset of the Cold War, 1945-1950*. Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 1970, pp. 86-87.

fevereiro desse ano quando, no discurso de Estaline para o Soviete Supremo, este defende a pureza ideológica, bem como os novos sacrifícios com que o comunismo vai ter de lidar, por causa das contradições do capitalismo. Dizer que nos EUA, tal foi visto como uma quase declaração de guerra²⁸.

No dia 22 de fevereiro, George Kennan, escreve o «Longo Telegrama». Este documento iria moldar a política externa estado-unidense durante a “Guerra Fria”. Neste, o diplomata, que estava em Moscovo, mas que antes esteve em Portugal, diz que os EUA deviam deixar a culpabilização pela intransigência de Moscovo, pois o problema estava no núcleo interno da política externa russa, que afirma ser uma «amálgama de fervor ideológico comunista e antiquado expansionista czarista»²⁹. Da mesma forma, dizia que o comunismo era fulcral para a política externa do “Pai dos Povos”, pois este achava que o capitalismo era hostil e um obstáculo entre a URSS e os EUA «inerente à perceção do mundo exterior» por parte do Kremlin e não o produto de «algum equívoco ou deficiente comunicação». Assim, o governo dos Estados Unidos tinha de se preparar para um confronto grande com Moscovo.

Em março, Churchill profere o seu discurso da “Cortina de Ferro”, na Universidade do Missouri, onde alerta para o expansionismo soviético, afirmando que descerá entre “Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático” uma «Cortina de Ferro», que irá cobrir todas as capitais da Europa Oriental. Para o político britânico, era importantíssimo a aliança entre os EUA, a Commonwealth britânica e a comunidade europeia, já com a Alemanha inserida, para controlar Moscovo³⁰.

Seguiram-se a crise turca e grega. Na Turquia, a URSS tentava persuadir Ancara a um ajustamento sobre o seu território e ceder o estreito dos Dardanelos, a única forma de

²⁸ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 409.

²⁹ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 409-410.

³⁰ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 410.

ligação que a União Soviética tinha ao Mediterrâneo. Em agosto, Truman envia um navio de guerra, o USS Franklin D. Roosevelt, para o Mediterrâneo Oriental e Estaline recua³¹.

Na Grécia, começa a guerra civil entre o governo pró-ocidental e as milícias comunistas, apoiadas por países satélites como a Jugoslávia, Bulgária e Albânia. Isto deu a ideia aos estado-unidenses que estava em marcha uma ofensiva geopolítica comunista no Mediterrâneo Oriental. Truman aceitava a esfera de influência na Europa de Leste, mas não na Grécia e na Turquia, pois assim poderia atacar o Médio-Oriente, a Europa e o Norte de África. O Momento nuclear na crise grega, deu-se entre 1946-1947, quando o Gabinete britânico apercebeu-se que já não poderia ser a grande potência a ajudar o governo helénico, e por isso pediu a Washington para tomar esse papel. Os norte-americanos estavam preparados para assumir o lugar dos britânicos, mas o seu principal objetivo não era só o país helénico. O Secretário de Estado americano, Dean Acheson, disse num esforço para convencer um Congresso reticente, que a União Soviética tinha em marcha um plano para conquistar três continentes. Se a Grécia caísse para os Soviéticos, então era só uma questão de tempo que o mesmo acontecesse à Turquia, Pérsia e Ásia Menor. Após isto, nada poderia conter o avanço comunista em África, através do Egito, e na europa através de França e Itália³².

Devido ao impacto do discurso do Secretário de Estado, a 12 de março de 1947 Truman apresenta ao Congresso um amplo plano de ajuda à Grécia e à Turquia, numa verba de 400 milhões de dólares, tendo como fundamento uma luta entre a liberdade e a opressão. Naquilo que ficou conhecido por Doutrina Truman, o chefe de Estado norte-americano afirmou que «a política dos Estados Unidos tinha de consistir no apoio às pessoas livres que resistem às tentativas de subjugação por parte de minorias armadas ou pressões externas»³³. Traduzindo-se, não era só apoiar Atenas e Ancara, mas sim os países livres que resistiam ao avanço expansionista soviético e ao comunismo.

³¹ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 410-411.

³² SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 411.

³³ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 411-412.

Na Europa, a situação era desesperada, países como Itália, França, Reino Unido e Alemanha estavam devastados a nível económico. Segundo Kennan, o problema, nesta parte do mundo, não era o comunismo em si, mas sim a exaustão física e espiritual dos europeus. Sendo este continente de importância máxima para os EUA, e com receio que a URSS viesse a cobrir a Europa com a sua influência, em 5 de junho de 1947, o Secretário de Estado estado-unidense, George C. Marshall, anuncia ao mundo, em Harvard, que o governo estado-unidense iria ajudar os europeus a nível económico, para evitar «distúrbios políticos» e «desespero». Estes problemas socioeconómicos eram visto como terreno fértil para a propagação do comunismo na Europa, e a sua expansão. Segundo Marshall «qualquer governo que esteja disposto a ajudar na tarefa de recuperação [da Europa] encontrará (...) total cooperação por parte do governo dos Estados Unidos», apontando, também, para os países que estavam na alçada da URSS³⁴. O Plano Marshall tinha três objetivos: recuperar a economia europeia e internacional; criar uma solução para a questão alemã, pois o presidente estado-unidense achava que a Alemanha deveria estar incluída numa economia europeia revitalizada, mas que não fosse ameaçadora para a França nem para os EUA; e dividir a esfera de influência russa, razão pela qual esta ação foi estendida à URSS e seus satélites³⁵.

Quando terminou, em 1952, o Plano Marshall custou aos norte-americanos 13 mil milhões de dólares, uma quantia que excedia em muito a totalidade da ajuda ao exterior feita pelos EUA até à data, sendo fulcral para a recuperação económica da Europa. Para além disso, este plano da administração norte-americana acabou por ser a mola impulsionadora da integração europeia.

O nuclear da política externa norte-americana durante a Guerra Fria ficou definida em julho de 1947, altura em que a revista *Foreign Affairs* publica um artigo denominado «The Sources of Soviet Conduct», mais conhecido por *Artigo X*, que constitui uma bíblia para os sucessivos governos dos EUA durante diversas décadas. Neste, George Kennan

³⁴ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 412.

³⁵ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 412-413.

desenvolve os argumentos já descritos no «Longo Telegrama» e criou os fundamentos para a Doutrina de Contenção. O diplomata dizia que a hostilidade da URSS às democracias era inerente à sua estrutura política interna e devido a tal, não haveria oportunidade para uma conciliação³⁶. A realização soviética era apoderar-se do vazio de poder no mundo, mas que quando encontra obstáculos «aceita-os filosoficamente e acomoda-se a eles». Assim, o norte-americano escreveu que a melhor forma de a contrariar e derrotar Estaline era por meio de «uma política de firme contenção, delineada para derrotar os russos com um constante contrapoder em todos os pontos em que dão sinais de invasão dos interesses de um mundo estável e pacífico». Para Kennan, este plano era bom para os EUA, pois o tempo estava a contar contra a URSS, já que devido à sua estrutura de poder haveria, mais cedo ou tarde, uma luta de poder que a ia transformar, dado não permitir uma «transferência legítima» de poder³⁷.

No ano seguinte, deram-se as últimas crises da primeira parte da Guerra Fria, o golpe comunista da Checoslováquia e o bloqueio de Berlim. A resposta soviética ao Plano Marshall foi o seu fortalecimento na Europa de Leste e forçar uma solução na questão berlinense. No país de leste enunciado atrás, em fevereiro desse ano, o partido comunista derrubou o governo de coligação, já ele cheio de políticos comunistas, que impôs um governo subserviente a Moscovo e a si próprio. Em Berlim, Estaline mandou instaurar um bloqueio às zonas de ocupação ocidentais da cidade, cortando assim todos os acessos terrestres a esta. Os estado-unidenses, não querendo entrar em guerra com Moscovo, mas também não aceitando o bloqueio, começaram uma incrível ponte aérea com o objetivo de levar abastecimentos, como alimentos e outros bens para os residentes de Berlim Ocidental. Isto saldou-se num sucesso e em maio de 1949 Estaline levantou o bloqueio³⁸.

³⁶ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 413.

³⁷ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, pp. 413-414.

³⁸ SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4, p. 414.

A ajuda à Grécia e a aprovação do Plano Marshall dá alento aos governos da Europa Ocidental. Ambos os países anglo-saxónicos de relevo concordam com a política de defesa dupla: a parte real, com acordos bilaterais com os EUA, alargados ao Canadá; outra oficial, que visa atrair os países da Europa Ocidental ao bloco de defesa atlântico. Neste ano, dos acordos entre os EUA-Reino Unido-Canadá sai o ABC.300, um acordo para a defesa do Atlântico Norte; a política de defesa oficial da Europa Ocidental é o Tratado de Bruxelas³⁹.

Esta última ideia sai das conversações entre Ernest Bevin e George Bidault, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico e Primeiro Ministro francês, respetivamente, em Dezembro de 1947. O resultado de tal é a necessidade da inclusão dos EUA numa defesa europeia, pois dá-lhe credibilidade. Ainda em 1947, Bevin dá a conhecer esta questão ao general norte-americano George Marshall. Os americanos estudam a questão e concluem que é do seu interesse encorajar tal acordo, mas que não podem, ainda, assumir tal empreendimento por causa de duas premissas: a primeira é que o Congresso não está pronto para a aprovar, pois este acordo vai contra os princípios da política americana; a segunda, 1948 é um ano de eleições presidenciais, o que faz com que fosse mau levantar um assunto tão polémico aquando da corrida para a Casa Branca. Sendo assim, a resposta é cautelosa: os EUA simpatizam com a ideia, mas gostariam de ver o que os Europeus conseguem fazer por si antes de se comprometerem; ao mesmo tempo, é mencionada a hipótese de um vultuoso programa de ajuda militar e dado a entender, de forma não oficial, que o assunto está congelado até às eleições presidenciais⁴⁰.

O Reino Unido e a França entendem a questão. Contactam os países do Benelux para alargar o âmbito do Tratado de Dunquerque, assinado no ano anterior. Ao mesmo tempo, surgem por todo o velho continente acordos de defesa regional, como o da

³⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p. 48.

⁴⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp. 48-49.

Noruega, que pretende atrair os países escandinavos; a Holanda, que sonda o Reino Unido; e a Espanha, que se aproxima de Portugal.

Os contactos são rápidos e levam ao Pacto de Bruxelas, em Março de 1948. Este tem um fundamento político, sendo redigido pelo Reino Unido. O primeiro artigo refere que os signatários devem em conjunto coordenar as suas economias, proporcionando um aumento das relações comerciais; outros artigos referem uma futura federação europeia, na qual os Estados membros devem sacrificar alguns direitos soberanos. Isto é acompanhado por um acordo militar, que consagra uma assistência automática, no caso de uma agressão a qualquer dos signatários no continente, e consultas, em caso de agressão noutra continente. Ao contrário do Tratado de Dunquerque, a Alemanha não é mencionada como potencial agressor.

A assinatura deste documento coincidiu com a o golpe comunista de Praga, o que fez com que a França alterasse a sua posição. Esta consiste em deixar de se opor à unificação das três zonas de ocupação da Alemanha Ocidental. George Bidault mudou a sua posição, e agora dá a entender que o seu país aceita a orientação americana, isto se os EUA rearmem a França, e a defenda na linha do Reno.

Ao mesmo tempo, os britânicos também revêm a sua estratégia. Um conjunto de documentos, aceites pelo gabinete em inícios de 1948 e redigidos por Bevin, estabelecem que a Rússia é a principal ameaça, reconhecem que as premissas iniciais do Reino Unido eram demasiadas ambiciosas, e reafirmam que existem três linhas de defesa do Reino Unido: a via marítima, o próprio Reino Unido e o Médio Oriente, já não sendo especificado o Mediterrâneo. Em relação à Europa, o gabinete britânico acha vital promover a sua capacidade de autodefesa, algo que só é possível se os americanos se empenharem e com a unificação alemã ocidental. Sublinha-se, ainda, a necessidade de reforçar o entendimento com os EUA e promover a criação de «alguma forma de união da Europa Ocidental», à qual o Reino Unido só participaria se achasse necessário⁴¹.

⁴¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p. 49.

Em resumo, o Reino Unido continua a sua política tradicional de apostar numa estratégia marítima centrada no Médio Oriente mas, agora, quer também apostar na necessidade de promover a autodefesa da Europa Ocidental, sem desviar parte dos seus recursos para tal, sentindo, cada vez mais, a importância de uma colaboração com os EUA. Para os americanos isto é importante, pois isolam a França nas suas ideias relativas à Alemanha. Paris, aliás, já retirou as objeções que tinha após a formação da CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Esta garantia o abastecimento de matérias-primas alemãs às indústrias pesadas francesas. Trata-se de um recuo significativo da França em relação à sua procura de uma estratégia autónoma. Tal não seria a única vez.

Em junho de 1948, as regiões de administração ocidental alemã começam a ser integradas e dá-se o início da constituição da RFA, naturalmente que sem a inclusão da zona soviética. A resposta russa é só uma: as crescentes dificuldades no acesso a Berlim levam ao bloqueio total do tráfego terrestre. Como resposta, os britânicos e os americanos levam a cabo uma ponte aérea, de forma a abastecer a zona ocidental da maior cidade alemã durante um ano. Os soviéticos ameaçam encerrar os corredores de acesso, mas nunca dão esse passo, o que dá a entender que não querem um conflito em solo europeu, tal como os americanos previram⁴².

Em meados de 1948, e com estes acontecimentos, o clima político muda e é necessário permitir o rápido avanço das conversações de defesa. Estas voltam à mesa após o Tratado de Bruxelas. Os cinco assinantes pedem aos EUA para pensar num entendimento de defesa alargado, pois a Europa já mostrou a sua determinação. É Bevin que contacta com Marshall e insiste, junto deste, que os EUA devem assumir um «compromisso de defesa» perante a Europa. A posição americana é cautelosa. O JCS (Joint Chiefs of Staff) é a favor da continuação dos contactos, e concordam com um programa de ajuda militar. No entanto, defendem que tal só faz sentido se se alargar aos flancos europeus, como a Alemanha, Áustria e Espanha, elementos importantes na defesa da Europa. O secretário da defesa estado-unidense, James Forrestal, realça que

⁴² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p. 50.

a França só pretende o rearmamento das suas 25 divisões, e vai insistir em planos de defesa irrealistas. O NSC (National Security Council) e o presidente aceitam a continuação dos contactos, mas como medida exploratória⁴³.

Na verdade, a administração americana está dividida sobre o pacto atlântico pretendido: insistir-se numa maior unidade europeia, com apoio dos americanos, mas sem uma direção explícita; ou deve-se apontar para uma comunidade de defesa atlântica, onde os EUA teriam um papel central? Ambas as hipóteses tem defensores de peso na administração e tal discussão prolonga-se durante a segunda metade de 1948. Ao mesmo tempo, prosseguem os contactos com os países do Pacto de Bruxelas, com um alargamento ao Canadá⁴⁴.

Com isto, Washington está em duas frentes: uma interna e outra perante os aliados europeus. A primeira tem uma grande questão: aprovar formalmente um acordo de defesa permanente com o continente europeu, algo contrário a todas as tradições. O exemplo para tal é o Pacto do Rio, assinado no ano anterior e que abrange todo o continente americano. Mas o Congresso não aceita que se assuma com a Europa um compromisso de defesa tão claro e quer uma formulação flexível.

George Kennan sugere a principal modificação para ultrapassar as reservas do Congresso. No Pacto do Rio afirma-se que «os signatários se ajudarão em resposta a um ataque a qualquer deles»; na OTAN, procede-se a uma fórmula mais vaga: os aliados «adotarão as medidas necessárias para restaurar e manter a segurança na zona do Atlântico Norte». Tal premissa tem ampla margem de manobra e permite tranquilizar o Congresso americano. Com esta, é aprovada a resolução Vandenberg, em junho de 1948, e que afirma que o Governo fica autorizado a assinar alianças defensivas fora do continente em tempos de paz.

⁴³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p. 51.

⁴⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp. 51-52.

No entanto, a posição americana continua a levantar questões internamente, já que esta é revista várias vezes, sendo, em finais de 1948, posta em causa pelos próprios, quando o conselho do Pacto de Bruxelas já aceitou a entrada dos países signatários na OTAN.

No que se refere aos aliados do “velho continente”, os americanos tem uma estratégia dupla. Sabem que o grande incentivo para este é a perspectiva de ajuda militar e o compromisso de defesa da Europa. Mas também sabem que cada país tem os seus planos, e que tenta implementá-los, como a França com as suas 25 divisões e até Portugal, com as suas irrealistas 15 divisões. Os EUA também conhecem os planos dos cinco países do Pacto de Bruxelas, no que se refere à ajuda americana, pois estes querem ficar com a totalidade da ajuda, sendo relutantes a qualquer alargamento. É o caso francês, já que este país já afirmou as suas ambições em ter um papel importante na defesa da Europa e nos órgãos de direção comuns. Para os americanos, a dificuldade está em encontrar uma política que ultrapasse tais obstáculos sem, claro, contrariar abertamente os futuros aliados, especialmente não agravando as divergências com a França⁴⁵.

A resposta encontrada é afirmar que o Tratado de Bruxelas deve fazer os seus preparativos para a defesa da Europa, sem adicionar os americanos, mesmo sabendo-se que os Europeus não podem deixar de concluir que tal é impossível. Em julho de 1948, o general Lemnitzer vai a Londres como observador das conversações dos parceiros europeus. A sua missão é falar o menos possível e, quando estes tiverem chegado a um impasse, defender a premissa de que se deve começar por estudar a coordenação de forças, sobretudo em campos básicos como as comunicações, comando e controlo, logística, aquisição de armamento, etc. Deve-se procurar dar a conhecer a ideia de que a Aliança deve ter forças equilibradas, mesmo que, independentemente, os países se devam especializar na função para que melhor estão adaptados. Tal significa que os

⁴⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p. 52.

signatários, individualmente, deixam de ter forças equilibradas e tornam-se dependentes do conjunto das forças da Aliança⁴⁶.

A missão deste oficial americano é parcialmente bem-sucedida, pois os parceiros do “velho continente” nem sequer fazem um plano de defesa europeu sem a intervenção dos EUA. Na verdade, estabelecem uma série de princípios. Tais premissas mostram os «preconceitos europeus» ou o preço político que os americanos vão ter de pagar para formar a NATO. Estes são os seguintes:

- 1- O inimigo deve ser parado em território alemão, especialmente o mais a este possível;
- 2- Todos os países devem ser defendidos contra ataques aéreos;
- 3- O Médio Oriente deve ser defendido, pois é crucial para a Europa;
- 4- O mesmo se aplica ao Norte de África;
- 5- As comunicações marítimas devem ser mantidas abertas.

Pondo de lado estes «princípios», que não passavam de desejos por parte dos europeus, estes só conseguem elaborar uma lista de poucas forças disponíveis, isto em 1949. Estas não chegam às 10 divisões modernas e chega-se à conclusão que não resistem a uma ofensiva russa, algo que convém aos europeus, pois desejam receber a ajuda americana⁴⁷.

Entretanto, os americanos estudam o melhor sistema de ajuda militar. Em julho de 1948, é aprovado pelo JCS o documento fundamental para tal. Neste reafirma-se a ideia de que os soviéticos não tem planos para uma guerra em grande escala nos próximos anos, mas vai analisar os pontos fracos e testar a resolução do Ocidente de várias maneiras. Isto leva a que seja necessário apoiar as zonas ameaçadas mas, também, concentrar a ajuda militar nas zonas vitais, já que se querem atingir os objetivos desejados num

⁴⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp. 52-54.

⁴⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.54.

período de cinco a seis anos. As zonas a terem uma ajuda significativa, são aquelas onde os planos de guerra dos EUA têm mais importância. É essencial que esta ajuda não comprometa o rearmamento americano, aprovado pelo presidente no NSC 14/1, uma resolução do Conselho Nacional de Segurança norte-americano, e que esta ajuda deve ser coordenada pelos fundos do Plano Marshall. Outro objetivo desta ajuda era a integração da indústria do país recetor no sistema ocidental, algo que também era uma das premissas do Plano Marshall.

Esta ação militar americana será sempre acompanhada por missões militares permanentes. Estas irão orientar o rearmamento de cada país recetor, vendo se tal obedece ao esquema geral aprovado. Ao mesmo tempo, devem ser estudado os contributos que cada país beneficiado pode dar ao esforço de defesa americano, seja em matérias-primas ou bases militares. Os países são examinados um a um e, a seguir, é-lhes atribuído um grau de prioridade na ajuda militar.

Tal prioridade só vai para o Atlântico Norte e Europa Ocidental, sendo que aqueles que recebem uma ajuda substancial são o Reino Unido e o Canadá. A França, a Turquia e o Benelux são tido como de «importância crítica». Após esta, vinha a terceira ordem de prioridade, «extrema, mas não crítica», constituída por aquelas nações que dominam bases estratégicas essenciais, como a Islândia, Noruega, Dinamarca e Portugal. O nosso país é classificado dentro da necessidade de assistência «moderada», sendo a sua ajuda militar «pequena», de nível III, o que é o mais baixo em termos de «fatores militares». O país vizinho aparece acima do nosso nível de ajuda militar.

Um pouco mais tarde, o JCS decide, e o presidente americano aprova, o início das negociações imediata para dar a ajuda aos países do Pacto de Bruxelas. Estas conversações devem seguir uma estratégia: os cinco países tem de começar a fazer um plano para uma defesa coordenada com os seus recursos; depois, devem determinar como podem aumentar o seu potencial militar através de cooperação entre si. Mais tarde, os EUA avaliam os pedidos de ajuda adicional e procuram integrá-los na filosofia

do seu programa. Os fundos da ajuda militar é substancial: 8 mil milhões de dólares em cinco anos, sem nunca exceder os 2 mil milhões anuais⁴⁸.

O objetivo militar para o Pacto de Bruxelas é armar 44 divisões até 1952, devendo os americanos reforçar para criar uma força de defesa continental de 50 divisões. É algo muito ambicioso, já que em 1949, os signatários deste Tratado têm, no continente europeu, 10 divisões⁴⁹.

Neste documento é dito expressamente a respeito das contrapartidas: «Se a Dinamarca e a Noruega se juntarem à NATO, devem ser feitos acordos com a primeira para obter bases na Gronelândia. Do mesmo modo, se Portugal foi incluído, deve obter-se um acordo de bases nos Açores.»⁵⁰

1.2. O pós-guerra nacional

No final da 2ª Guerra Mundial, o nosso país encontra-se numa situação estável. Manteve as suas fronteiras, tem reservas de ouro e monetárias, não foi afetado pela destruição que grassou na Europa e tem boas relações com as potências aliadas, exceto a URSS, e é interlocutor privilegiado na Península Ibérica, pois a Espanha estava isolada⁵¹.

Mas a posição de Salazar no panorama internacional não é vantajosa nem positiva. Se se virar para o Atlântico, verá que a velha aliança com os britânicos já não resulta, pois este perderam importância para os estado-unidenses. Adicionalmente, Portugal situa-se, agora, no meio da esfera de influência dos EUA, até tendo ilhas no meio do Oceano. O ditador português prefere desviar a sua atenção para o Atlântico Sul, devido às colónias e ao passado histórico, mas não consegue ignorar a força gravitacional da esfera

⁴⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.55.

⁴⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.55-56.

⁵⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.56.

⁵¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.25.

de influência atrás referida⁵². A Europa é outra preocupação para o Presidente do Conselho, pois os Soviéticos encontram-se no centro da Europa, em capitais como Berlim, Praga e Viena. Ao mesmo tempo, a diversidade política do continente, isto é, a existência de liberais, democratas e comunistas em países da Europa Ocidental, como França e Itália, era visto como algo que enfraquecia o regime a nível internacional.

O regime português acreditava que os russos poderiam apoderar-se facilmente da Europa Ocidental, devido à pouca vontade de lutar dos países que a constituem. Ao mesmo tempo, Salazar acredita que Franco irá cair em Espanha, pois tem a impressão que a França irá pressionar este para uma mudança radical de regime, tornando Espanha numa democracia, e levando a uma nova guerra civil, só que em outros moldes, com um pronunciamento de algumas fações das forças armadas a favor de uma democratização do regime, sendo o envolvimento luso uma realidade quase inevitável⁵³.

O Império era outra preocupação. O Reino Unido dá a independência à Índia e a Indonésia ganha a sua independência após uma guerra com os Países Baixos. Tal põe em causa Timor e Goa, tendo mais tarde a adição de Macau, depois da vitória de Mao na guerra civil chinesa. Isto faz com que o regime tenha medo que os primeiros episódios independentistas no império português se façam na Ásia, tendo os EUA tomado a posição de serem favoráveis à autodeterminação dos povos africanos e ser contra os impérios coloniais europeus, por interesse.

O pós-guerra não era bom para o Estado Novo por causa de diversos perigos interligados: o avanço soviético na Europa; o recomeçar da instabilidade dentro do país vizinho; a hegemonia estado-unidense e a sua falta de sensibilidade para os «valores tradicionais do Ocidente» e as autonomias que estavam a nascer dentro dos velhos impérios coloniais europeus, algo que vai alterar a política externa portuguesa. Durante os anos 30, Luís Teixeira de Sampaio, embaixador luso e Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros, tinha definido que a política externa do país deveria seguir a aliança luso-

⁵² VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens 1940-1950*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. 972-42-1908-9, p.189.

⁵³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.25.

britânica, mas que durante o grande conflito de 1939-1945 deveria manter a neutralidade. Agora, esta política iria ser reavaliada e alterada⁵⁴.

Era imperativo reavaliar a aliança com o Reino Unido, conhecendo o poder dos EUA. Os Estados Unidos conheciam os conflitos europeus, sendo importante a linha da defesa dos valores básicos do Ocidente, sabendo que se houvesse uma ofensiva russa, esta não iria parar na linha pirenaica, sendo que, se esta fosse ultrapassada, Lisboa não teria defesa possível. Segundo alguns políticos lusos, em conversações com os anglo-americanos, poderia haver uma nova guerra mundial, o que fazia com que esta linha tivesse um enorme significado estratégico para o Estado Novo⁵⁵. A resposta nacional teve diversas direções. A primeira era a necessidade de tornar, de novo, a Europa no eixo central do mundo Ocidental, e para tal deveria voltar a reforçar os seus laços com África.

A seguir, era a direção peninsular. A Península Ibérica era pensada como o último lugar da “velha Europa”, conservadora e ferozmente cristã, e para tal era necessário defendê-la do perigo comunista. Para isto, era imperativo defender a Espanha de Franco, pois só assim se defenderia o Estado Novo, geopoliticamente. A aproximação ao Reino Unido era outro fator importante. Esta nação era vista como um dos três mais importantes países do mundo atual, e julgava-se que era o único que poderia voltar a reerguer a «Europa Tradicional». Sabia-se que este antigo aliado já não tinha o peso que tinha anteriormente, mas não se esperava a queda que o país anglo-saxónico teve no pós-guerra. O poder que tinha era artificial e insustentável, algo que Portugal não se apercebeu. Mesmo assim, o Reino Unido é o único dos três grandes aliados que aceita as ditaduras peninsulares e defende os impérios coloniais europeus, algo que é uma das linhas de vida do Estado Novo.

Outro objetivo era o reforço do Império. Isto é, a reafirmação da Europa passava por uma ligação maior às suas colónias em África, formando um bloco único que fizesse

⁵⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.26.

⁵⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.26-27.

frente à URSS e aos EUA. Fazendo com que o último objetivo do ditador português fosse a aproximação aos EUA, pois assim o centro da geopolítica mundial passaria para o Atlântico Norte. Mas com esta nação havia diversos problemas, como a não garantia do império, a não-aceitação da dualidade peninsular, bem como dos valores latinos e católicos do Ocidente⁵⁶.

No panorama internacional, os anos de 1945-1949 serão de marginalização do nosso país, sendo o primeiro sinal disto a não convocação de Portugal para a Conferência de São Francisco em abril de 1945, que irá dar a Organização das Nações Unidas (ONU). Passado um ano, em 1946, a sua candidatura à entrada nesta organização mundial é vetada pela URSS no Conselho de Segurança.

A este isolamento junta-se a incapacidade de Salazar entender ou aceitar o período pós-guerra. Não aceita a nova ordem mundial, e a emergência de duas superpotências, não entende o declínio do Reino Unido e surgir do poder marítimo dos EUA.

A seguir, não aceita a importância da ONU; não entende a perda de protagonismo internacional da Europa, sendo que não entende a reconstrução europeia, pois acha que esta deveria ser feita a nível nacional e não internacional. E por último, não compreende que ambas as superpotências, por motivos diferentes e de interesse, sejam anticolonialistas europeias.

Outra coisa que o Presidente do Conselho não entende é a autodeterminação dos povos colonizados e que este é um princípio fundamental da ONU, pois muitos povos colonizados ajudaram no esforço de guerra, militar ou não, durante a 2ª Guerra Mundial, fazia com que a descolonização fosse uma realidade importante do pós-guerra e da segunda metade do século.

⁵⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.27.

Estes posicionamentos ditaram a evolução da política externa lusa, especialmente em relação à integração no sistema de defesa atlântico, a construção europeia e a questão colonial⁵⁷.

Com o aumento da Guerra Fria, a ameaça soviética é definida pelos Estados Unidos, bem como o protagonismo destes neste novo panorama mundial. Este panorama tem o seu primeiro ponto na política externa do Estado Novo com o acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os EUA, em fevereiro de 1948. Este acordo institucionaliza a permanência da base aérea estado-unidense nos Açores⁵⁸.

⁵⁷ BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 972-42-3071-6. Vol.4, p.56.

⁵⁸ BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 972-42-3071-6. Vol.4, pp.56-57.

2. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)

2.1. Princípios e objetivos

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN em português, NATO em inglês, é um organismo internacional criado no dia 4 de abril de 1949. Como já foi falado anteriormente, a OTAN/NATO teve dois antepassados, o Tratado de Dunquerque e o Tratado de Bruxelas. A aliança, por sua vez, é a continuação do Tratado de Bruxelas, mas de um ponto vista mais vasto, tendo mais países, como é o caso dos EUA e o nosso, bem como alguns aspetos diferentes do Tratado europeu, por exemplo já não refere uma junção política da Europa, sendo só de cariz político-militar genuíno.

Esta organização foi fundada como contraponto ao domínio territorial da União Soviética, e ao mesmo tempo, como forma de ajuda à Europa Ocidental devastada pela guerra de 1939-1945. Durante os setenta anos de existência da Organização, esta modelou-se por seis documentos, que se foram alterando à medida do tempo, os «Conceitos Estratégicos». Nos anos 50, este só tinha uma base: fazer da Aliança uma barreira estável contra a ameaça soviética. Ao mesmo tempo, a OTAN/NATO serviu para os EUA a nível económico, pois a Europa Ocidental era uma zona desenvolvida tecnologicamente, mas que devido à destruição da 2ªGM, estava devastada a nível económico, o que fazia com que a economia estado-unidense tivesse um mercado para as suas exportações.

Para os aliados europeus, especialmente para os mais pequenos como o nosso país, a premissa mais importante era manter os estado-unidenses na Europa, manter os alemães sob controlo e os soviéticos longe dos centros de poder do ocidente europeu⁵⁹.

No dia 4 de abril de 1949, o nosso país, bem como outros doze assinam o Tratado de Washington, tornando-se fundadores da OTAN/NATO. O Pacto do Atlântico só entraria

⁵⁹ REIS, Bruno Cardoso – *Pode Portugal ter uma estratégia?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. 2019. 978-989-8943-42-2, p.64.

em vigor no dia 24 de agosto desse ano, após os Governos dos países terem-no ratificado⁶⁰.

No entanto, a aliança têm alicerces concretos e com fundação naquele dia de abril de 1949. Estes princípios ainda estão presentes, e norteiam a organização, principalmente o «Conceito Estratégico».

Os principais parâmetros da aliança estão patentes nos quatro primeiros artigos do Tratado do Atlântico⁶¹.

O primeiro artigo afirma que cada Estado integrante da aliança deve seguir a Carta das Nações Unidas, sendo que se devem seguir por este documento universal para resolver tensões internacionais, de uma forma pacífica, não pondo em cheque a paz e o direito internacional, tal como está patente na Carta de São Francisco.

O segundo artigo é dito que as partes devem-se comprometer a criar relações internacionais pacíficas, amigáveis e fortes, isto para assegurar a estabilidade e o bem-estar, desenvolvendo as condições para tal acontecer, a nível internacional. Sendo depois pedido para haver cooperação económica entre todos os assinantes.

O próximo artigo afirma que deve haver cooperação entre as partes se houver um ataque, sendo que se deve desenvolver, mutuamente e individualmente a capacidade de resistência a um ataque⁶².

Finalmente, o último artigo que refere os princípios da Aliança, o 4º artigo, diz que os Estados pertencentes à Aliança se devem consultar, quando um dos países sentir que a sua segurança, independência ou integridade territorial estiver ameaçada⁶³.

⁶⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.79.

⁶¹ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A.

⁶² NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.1.

⁶³ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.2.

Em resumo, os princípios da aliança, e que estão patentes nestes quatro artigos, são a aceitação, por parte dos Estados da Organização, da Carta das Nações Unidas e o que nela diz para resolver os conflitos em que estão envolvidos. O segundo princípio é criar relações fortes e importantes, a nível internacional, promovendo a cooperação económica entre todos os assinantes. O terceiro princípio é que todos devem cooperar militarmente, existindo uma capacidade de resistência mutua e individual. O último princípio é que os Estados se devem consultar para agir, especialmente se for necessário o uso da força.

Após a referência aos princípios nucleares da aliança, irá se proceder ao desenvolvimento do objetivo da Organização. Este é só um e está patente no artigo mais importante de toda a OTAN/NATO: o artigo 5º⁶⁴.

Esta premissa fulcral do Tratado diz que se algum Estado da Aliança sofrer um ataque armado, este será considerado um ataque a todos. Para tal concordam que, em legítima defesa, o resto dos Estados devem ajudar o/s que sofre/em o ataque, como reconhecido pelo 51º artigo da Carta da ONU. Sendo necessária a aprovação de todas as partes, sem demora e individualmente. A ação usada pode ser, entre elas, o emprego da força armada, se assim tiver de ser, para restabelecer e garantir a segurança na zona do Atlântico Norte. Todas as decisões sobre o ataque e mesmo esta ação será imediatamente comunicada ao Conselho de Segurança. Tal estará terminado quando este órgão tomar as medidas necessárias para restaurar o equilíbrio internacional⁶⁵.

O artigo 6º⁶⁶ também é importante para o objetivo, já que o complementa. Este explica o raio de ação da força da organização. Este está dividido em dois pontos. O primeiro refere que a ação bélica será conduzida quando houver ataques a qualquer das partes na Europa, na América do Norte, contra a Argélia francesa, contra a Turquia ou contra

⁶⁴ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.2.

⁶⁵ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.2.

⁶⁶ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.2.

as ilhas sob jurisdição de qualquer Estado do Tratado na zona do Atlântico Norte ou a norte do Trópico de Câncer.

O segundo ponto é mais específico, referindo-se aos meios disponíveis e onde se encontram. Afirmando que será considerado um ataque a qualquer força terrestre, força marítima ou força aérea de qualquer Estado do Tratado, que estejam presentes nas regiões acima referidas ou nas zonas da Europa ocupadas pelos países deste acordo aquando da assinatura deste documento e a sua entrada em vigor. Outra zona abrangida é o Mar Mediterrâneo⁶⁷.

Concluindo, o grande objetivo da aliança é só um: a resposta conjunta a um ataque a algum dos seus signatários.

2.2. Estruturas: humanas e materiais

2.2.1. Conselho do Atlântico Norte: Humanas e materiais

O órgão cimeiro da Aliança é o Conselho do Atlântico Norte. Este é composto por representantes dos países membros, reunindo-se em dois níveis, ao nível dos ministros e ao nível dos Representantes permanentes, com categoria de embaixadores.

Quando o primeiro nível está reunido, os membros são representados por um ou mais ministros, sejam eles o dos Negócios Estrangeiros, Defesa, Finanças ou Economia, dependendo das questões das reuniões. Este nível reúne-se em dois momentos do ano: um na primavera, na capital de um dos países membros e no inverno, em Bruxelas na sede da OTAN/NATO.

O segundo nível reúne-se uma vez por semana, pelo menos, sendo que pode acontecer mais frequentemente, pois assim existe uma consulta permanente. O Conselho reúne-se a qualquer momento com um pré-aviso muito curto.

⁶⁷ NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A, p.2.

O lugar mais alto deste órgão é o de Secretário-Geral da OTAN/NATO, a presidência de honra do Conselho é rotativa pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de cada país membro, seguindo a ordem alfabética inglesa e com a duração de um ano⁶⁸.

Neste órgão os governos de cada uma das partes trocam os seus pontos de vista sobre as questões importantes, podendo estas ser do âmbito político, militar e económico, sendo ainda discutidos outros assuntos⁶⁹.

As questões militares são analisadas simultaneamente no «Comité dos Planos de Defesa». Neste, os países membros estão representados pelos Representantes permanentes de cada um, tendo como presidente o Secretário-Geral.

Este órgão é assistido por comités, uns permanentes e outros temporários. Estes são constituídos por representantes nacionais que estão presentes nas delegações de cada país. Estes estudam os problemas que lhes são apresentados pelo Conselho e emitem recomendações⁷⁰.

Na hierarquia, os comités mais acima, e logo mais importantes, são os que tratam dos assuntos políticos, exame da defesa, assuntos económicos, infraestrutura e orçamentos civil e militar.

2.2.2. O Secretário-Geral e o Secretariado Internacional

O Secretário-Geral é, como já foi dito, o presidente do Conselho do Atlântico Norte e também do Comité de Planos de Defesa. Da mesma forma, dirige o Secretariado Internacional, órgão que é composto de pessoal nacional dos países membros.

É direito do Secretário-Geral submeter assuntos à consulta do Conselho, mas também, de uma forma geral, promove a consulta e dirige o seu desenvolvimento⁷¹. Este cargo

⁶⁸ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.35.

⁶⁹ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, pp.35-38.

⁷⁰ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.38.

⁷¹ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.39.

pode ajudar num diferendo entre países membros, sendo que, com o consentimento destes, facilitar um inquérito, ou tomar parte num mediação, conciliação ou arbitragem. Abaixo do Secretário-Geral, existem quatro Secretários-Gerais adjuntos que estão encarregados de uma Divisão. Estes estão associados aos Assuntos Políticos, Planos e Política de Defesa, Apoio da Defesa e Assuntos Científicos. Cada Secretário-Geral adjunto é Presidente de um Comité que tem como missão ocupar-se dos assuntos da Divisão a que pertencem⁷².

O Secretário do Conselho é o Secretário Executivo, sendo que também é o do Comité dos Planos de Defesa. O serviço deste cargo fornece os recursos humanos burocráticos aos principais Comités e Grupos de Trabalho no Conselho.

2.2.3. Comité Militar

Este órgão é o mais alto comando militar da Aliança. É responsável pela elaboração das premissas e recomendações a serem expostas ao Conselho e ao Comité dos Planos de Defesa, relativos a questões militares e estabelecer diretrizes para serem consideradas pelos comandantes aliados e pelas autoridades militares subordinadas. Este órgão é composto pelos chefes de estado-maior dos países membros, sendo que a Islândia como não tem Forças Armadas é representado por um civil⁷³. Estes reúnem-se duas vezes por ano, ou quando considerem necessário. No entanto, para este Comité estar em trabalho permanente, cada chefe de estado-maior delega o lugar a um Representante militar permanente. Aquando das reuniões dos chefes de estado-maior, tratam de questões menores do órgão, pois as que têm maior amplitude, e devido à sua natureza, têm de ser aprovadas pelos chefes de estado-maior.

A presidência de honra deste órgão muda todos os anos, sendo usada a ordem alfabética inglesa para a sua rotação. A presidência real é feita por um Presidente permanente,

⁷² Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, pp.39-40.

⁷³ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.40.

sendo escolhido pelo Comité, para um período de dois a três anos. Este órgão é representado no Conselho pelo seu presidente, tendo sob a sua autoridade um conjunto de agências militares do Pacto⁷⁴.

Estado-Maior Militar Internacional

Este Estado-Maior integrado é dirigido por um Diretor que pertence a um dos Estados membros, sendo assistido por um Vice-Diretor encarregado pelas questões nucleares, cinco diretores adjuntos, oficiais-generais, e pelo Secretário do Estado-Maior Militar Internacional. Os antepenúltimos estão divididos pelas Informações, os Planos, as Operações, o Treino e Organização, a Gestão e Logística, Comunicações e Eletrónica. Este organismo é o órgão executivo do Comité Militar, e tem como missão assegurar a execução das diretivas e decisões do Comité, bem como preparar os planos e estudos que são necessários, fazendo também recomendações sobre todas as questões a nível militar⁷⁵.

2.2.4. Os Comandos da OTAN/NATO

O espaço estratégico da Aliança foi repartido, por causa de fatores geográficos e políticos, em três comandos: o Comando do Oceano Atlântico, o Comando europeu e o Comando do Canal da Mancha. Na América do Norte, os planos de defesa são feitos pelo Grupo de Planificação Regional Estados Unidos-Canadá. A forma como a autoridade é exercida nestes comandos varia em relação a diversos fatores e das situações em tempo de paz ou guerra.

Durante o tempo de paz, as forças dos Estados membros estão sobre o comando nacional, mas algumas estão sobre o comando do Pacto; outras ainda se encontram de reserva para os efeitos do Pacto. Os chefes dos três Comandos tem como

⁷⁴ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.41.

⁷⁵ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, pp.41-42.

responsabilidade os planos de defesa das respetivas regiões e saber qual o nível de eficácia e do número de forças necessárias.

A organização destes três organismos é flexível, já as ligações entre todos são bastante estreitas para permitir, em tempo de guerra, apoiarem-se mutuamente e deslocarem rapidamente as forças terrestres, aéreas e navais necessárias à Comunidade atlântica para encarar uma certa situação⁷⁶.

2.2.5. O Comando da Europa

A área geográfica deste comando estende-se desde o Cabo Norte na Noruega até ao Mediterrâneo e do Atlântico até Fronteira da Turquia, tirando Portugal e o Reino Unido. Este Comando está subdividido em diversos comandos menores. Este órgão militar é dependente do Supremo Comando Aliado na Europa (SACEUR), que tem o seu quartel-general, o Estado-Maior Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), instalado em Mons na Bélgica.

Este Comando Supremo tem autoridade sobre as forças móveis do Comando Aliado da Europa, sendo esta constituída por forças terrestres e aéreas de diversos países. A sua área de ação é especialmente os flancos Sul e Norte do dispositivo aliado, intervindo num espaço curto de tempo.

Na altura de paz, o Comando Supremo da Europa deve preparar e dar manutenção aos planos de defesa da sua área de ação, bem como manter e aprontar as forças que lhe estão afetas para o tempo de guerra. Este organismo deve ainda fazer sugestões ao Comité Militar para haver uma melhor execução dos planos.

Na altura de guerra, este irá dirigir todas as ações bélicas em terra, ar e água. As zonas interiores dos países e as suas águas territoriais são defendidas pelos países em si interessados em tal, no entanto, o SACEUR tem autoridade para prosseguir com as ações

⁷⁶ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.42.

que achar necessárias nessas regiões, se estas forem importantes para a defesa da sua zona de comando.

Existem treze países do Atlântico Norte que têm junto do SHAPE representantes militares que fazem a ligação entre este órgão e os chefes de estado-maior dos seus países. O Comandante Supremo e o Comandante Supremo adjunto têm Conselheiros políticos e científicos e um estado-maior de conselheiros militares⁷⁷.

2.2.6. O Comando do Oceano Atlântico

A zona geográfica deste órgão estende-se desde o Ártico até ao Trópico de Câncer, e da costa Atlântica da América do Norte até à costa da Europa e do Norte de África, tirando o Canal da Mancha e o arquipélago Britânico. Está subdividido num número de subcomandos.

O Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) tem subordinado a si a Força Naval Permanente do Atlântico (STANAVFORLANT). Esta é uma esquadra constituída por diversos navios de diversos países do Pacto que operam no Oceano Atlântico. Este organismo também é responsável perante a Comissão Militar.

Em tempo de paz, este comando prepara os planos de defesa, dirige exercícios de treino, faz normas de instrução e dá informações acerca das suas estratégias às autoridades da Aliança. Na altura de guerra, a sua missão é de garantir a segurança da área do Atlântico, proteger as vias marítimas e tentar manter o inimigo afastado destas. Deve, também, assumir a defesa das ilhas atlânticas, como a Islândia e o arquipélago açoriano.

Este comando só tem responsabilidades operacionais, mas não tem forças permanentes a si atribuídas, em tempo de paz. Mas, aquando de exercícios e de estado de guerra, são atribuídas forças que lhe estão reservadas oriundas dos países interessados. Sendo estas

⁷⁷ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.43.

forças de âmbito naval, na sua maioria, este comando, também, detêm forças terrestres e aéreas baseadas em terra⁷⁸.

2.2.7. Comando da Mancha e o seu Comité

A área geográfica deste órgão militar é a zona do Canal da Mancha e a zona meridional do Mar do Norte.

Este tem como premissa controlar e proteger o comércio marítimo nesta zona, bem como cooperar com o SACEUR na defesa aérea do Canal da Mancha. Num caso de emergência, as forças atribuídas a este comando serão marítimas, principalmente, mas tendo também meios aéreo-navais. O Comando deste organismo tem um Conselheiro para a Aeronáutica Marítima, sendo, também, o Comandante Aliado das Forças da Aeronáutica Marítima da Mancha. Estão ainda às suas ordens a “Força naval permanente da Mancha”, constituída por draga-minas da Bélgica, dos Países Baixos e do Reino Unido.

O Comité da Mancha é composto pelos chefes de estado-maior navais da Bélgica, do Reino Unido e dos Países Baixos, funcionando como órgão consultivo junto das Forças da Aeronáutica Marítima da Mancha.

2.2.8. Grupo de Planificação Regional Canadá-Estados Unidos

Tendo como área geográfica a América do Norte, este Grupo prepara e propõe ao Comité Militar planos de defesa para esta região, reunindo-se alternadamente em Washington e Otava⁷⁹.

⁷⁸ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.44.

⁷⁹ Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN, p.45.

2.3. Espaço geográfico envolvido: ao nível de países e de proteção

A aliança procura controlar um espaço geográfico grande. Este pode ser considerado como o Hemisfério Ocidental do globo terrestre, pois alberga a América do Norte, até às Caraíbas e México, as ilhas do Atlântico Norte compreendidas entre as costas este dos Estados Unidos e a costa atlântica da Europa, bem como toda a Europa Ocidental, desde Portugal na Península Ibérica até ao Reino Unido, RFA, numa via continental, saltando a Espanha, tendo como limite norte o Reino da Noruega e a sul a bacia do Mediterrâneo: Itália, Grécia, Turquia e até ao início dos anos 60 a Argélia.

Esta zona, como já referido anteriormente, tem um “comando central”, no entanto, este subdivide-se em outros “comandos”. Havendo um para a América do Norte, outro para o Norte da Europa, o do Canal da Mancha, o do Atlântico e o da Europa.

2.3.1. Os Açores e a sua importância estratégica

O arquipélago açoriano foi a principal razão para a entrada de Portugal na OTAN/NATO, como iremos ver a seguir. Este tinha uma importância estratégica enorme para os estado-unidenses, no durante e pós-2ª guerra. Este sistema geográfico não serviu só este país, mas também o Reino Unido, primeiro interessado em ter bases nas ilhas lusas.

Em 1950, a Força Aérea dos Estados-Unidos começa a rever os planos de guerra do SAC, Strategic Air Command (Comando Estratégico Aéreo). O objetivo desta revisão era adaptar este ao seu arsenal nuclear existente e a sua utilização. Como resultado passa a estar em cima da mesa um plano de uma ofensiva aérea atómica, tendo por base o bombardeiro B-47 e com o apoio do avião-cisterna KC-97⁸⁰.

⁸⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.113.

As bases a meio caminho, ou intermédias, eram de fator importantíssimo para os aviões de apoio atrás referidos, já que sem eles os bombardeiros não conseguiriam chegar à Rússia, nem às bases do Médio Oriente. São estas que permitem que as bases avançadas recebam elementos necessários transportados pelo ar nas primeiras horas. Se houvesse um ataque preventivo, os B-47 levantariam voo dos EUA, sendo reabastecidos durante o voo, fariam os seus ataques aéreos e aterravam nas bases avançadas. Aqui, o transporte aéreo já teria colocado o pessoal de terra e o armamento para ser usado na segunda vaga do ataque⁸¹. Isto não seria possível sem o uso, em larga escala, das bases intermédias para proceder ao transporte estratégico e reabastecimento em voo. As bases avançadas encontravam-se em Inglaterra, Marrocos, Egito e Líbia, a que se juntam as de Espanha em 1954. Já as intermédias estavam no Canadá, Gronelândia, Islândia, Inglaterra, Açores e Norte de África. Estas bases eram usadas para as operações dos aviões-cisternas e de transporte, ao mesmo tempo, os Açores serviam para reabastecer toda a zona sul do perímetro da NATO.

O arquipélago dos Açores foi bastante importante durante a primeira parte da década de 1950, devido às ofensivas estratégicas aéreas. Algo que estava no oposto dos anos imediatos à guerra. Nestes, os Açores serviram para uma ofensiva aérea convencional, sendo usadas como um pilar de uma ponte aérea para chegar às bases avançadas, sendo usadas especialmente por aviões de transporte. A partir de 1950, as ilhas atlânticas passam a ter o papel de receber os aviões-cisterna, mas também, o desdobramento do dispositivo do SAC, ou o apoio à ponte aérea desde o primeiro momento. Os Açores não deixaram de ter importância, mas a natureza dessa importância mudou graças à evolução da técnica.

A partir de 1955, a importância dos Açores diminui. Isto deve-se à nova aquisição do SAC, os B-52, bombardeiros ainda mais pesados que conseguem chegar a todo o território da União Soviética, sem terem de abastecer e que a partir de agora usam a

⁸¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.113-114.

rota do Pólo Norte⁸². Mas, os Açores passam a ter outras funções. Desde 1950 que as forças aliadas convencionais na Europa aumentaram, fazendo com que os EUA tivessem 4 divisões na Alemanha que teriam de reforçar diversas vezes. Isto faz com que os Açores continuem relevantes, pois com os novos aviões-cisterna, os C-124 e os C-97, a carga pode ser transportada para a Europa de uma forma eficaz, sendo que o arquipélago luso servia de plataforma giratória para as bases na Europa e no Norte de África.

Estes novos aparelhos podem fazer travessias atlânticas sem fazerem escala, mas o senão é levarem menos carga. Assim, com a paragem nos Açores, já poderão duplicar a carga a ser transportada pelo mesmo número de aparelhos, o que é tornado possível com uma pequena perda de tempo, aquando do reabastecimento em voo⁸³.

Até os caças táticos, que passam a ser usados no início dos anos 1950, como o F-84 e o F-86, podem voar diretamente dos EUA para o Norte de África ou Sul da Europa, mas só se forem reabastecidos em voo a partir das Bermudas ou dos Açores. Isto prova que os Açores continuam a ter importância em relação a todos os planos para o rápido reforço da Europa e do Médio Oriente.

Outra importância é a da guerra antissubmarina. A partir dos anos 1950, os Açores passam a ser usados como base antissubmarina. Entre 1950 e 1955, a URSS cria uma capacidade de desencadear uma guerra submarina no Atlântico. Este esforço russo é enorme, já que as novas classes de submarino começam em 1950, sendo que após seis anos, já 250 unidades tinham sido lançadas à água. Devido a este esforço, a partir de 1953, a marinha estado-unidense passa a considerar os Açores como uma base antissubmarina, pensamento estratégico que desde a 2ª Guerra não existia. O significado deste território em relação a comunicações, cobertura aérea e meteorológica do Atlântico, da recolha eletrónica de informações e da rede de ajuda à navegação mantêm-se.

⁸² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.114.

⁸³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.114-115.

Concluindo, a importância dos Açores no início dos anos 50 eram as seguintes:

- 1ª – Continua em relação à ofensiva aérea estratégica, como base de aviões-cisterna;
- 2ª – É uma placa giratória das pontes aéreas, sendo usada para reforçar o Norte de África e o Médio Oriente, bem como para as comunicações e cobertura do Atlântico;
- 3ª – É incrementada o fator da luta antissubmarina, pois existe uma ameaça bem real;
- 4ª – Mantém em termos de cobertura eletrónica, ajuda à navegação, comunicações e meteorologia⁸⁴.

2.3.2. A aproximação direta não resulta

Logo a seguir à formação da Aliança, os militares forçam o pedido de renovação das bases dos Açores, algo que passa para a esfera dos diplomatas. O subsecretário do Departamento de Estado dos EUA, William Dunham, diz que é necessário continuar com a aproximação cautelosa, não dando a entender que o seu país quer permanecer no arquipélago e portanto a não empreender obras de grande importância.

Nesta fase, os estado-unidenses já tinham assegurado direitos em termos de bases em outros locais. Na Gronelândia, os direitos são limitados, mas os dinamarqueses aceitam que sejam renovados regularmente; na Islândia, é aceite o livre-trânsito, mas está a ser negociado um novo acordo; no Reino Unido ainda não têm bases permanentes, porque ainda não as requisitaram; no Egito, o Reino Unido cede aos EUA as bases necessárias; no Magreb, a França procede a um acordo para ceder Port Lautey, bem como a existência de outras negociações para alargar o número de bases; na Grécia e Turquia,

⁸⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.115.

obtêm direitos limitados, por causa da falta de interesse; finalmente no Canadá, têm acesso a bases e a facilidades de comunicação. Assim sendo, só os Açores continuam pendentes, pois só existem direitos de trânsito de curto prazo, sendo que o governo nacional não deseja a sua renovação⁸⁵.

O Joint Chiefs of Staff realça que se deve usar a ajuda que a OTAN/NATO dá para receber direitos, sendo que os casos mais difíceis, como os Açores, devem ser conseguidos através de acordos bilaterais. Ao mesmo tempo, é pedido que se use o texto do Pacto, especificamente o artigo terceiro, que afirma que os países da Aliança têm a obrigação de se ajudarem mutuamente nas missões de defesa⁸⁶.

O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, num memorando interno, afirma que é imperativo negociar ao mesmo tempo com cada país os direitos militares específicos da resolução JCS 570/120, um documento onde se descrevem a rede de bases americanas no ultramar.

O Departamento de Estado dos EUA e o JCS juntam forças para formar uma equipa diplomática para levar avante a visão militar da aproximação direta, algo que os diplomatas e o SD, Departamento de Estado, sabe que vai contra os preconceitos do Governo luso. A pressão feita pelos militares sobre os Açores leva a que esta ação se torne imediata, talvez para convencer os militares que é necessário paciência.

Em outubro de 1949, o SD sonda Pedro Teotónio Pereira, o embaixador português em Washington. De forma hábil, os estado-unidenses dão a conhecer a importância que o território insular luso têm para as forças armadas dos EUA, isto para logo a seguir referirem a importância de um novo acordo, servindo-se da «filosofia NATO», ao mesmo tempo que pedem para incorporar na base açoriana uma estação de rádio e um sistema de navegação Loran. Teotónio Pereira responde de forma cautelosa, pois sabe quais as opiniões firmes de Salazar acerca do assunto. Refere um subgrupo de trabalho do

⁸⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.116.

⁸⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.116-117.

Atlântico Norte, uma proposta lusa que nunca teve aceitação, para discutir este assunto, da mesma forma, afirma que era preferível ter negociações bilaterais com os EUA, em vez de envolver países como a França ou o Canadá, mas dizendo que é só uma opinião pessoal.

Isto é a reação lusa quando os EUA tentam uma aproximação direta, contando que o tempo não é o melhor, pois o governo português já entendeu que a Aliança não tem planos para a defesa do território nacional. O embaixador dos Estados Unidos em Lisboa pergunta pelo alargamento do acordo de 1948, enquanto durar a OTAN/NATO, afirmando que permite «ultrapassar a base do presente acordo» e que dá o enquadramento político que faltava. Os EUA aceitam estudar tal, mas que se for, deve ser no âmbito do Pacto e que deve ser multilateral, mas acham ser do interesse de Portugal que isso seja algo discutido a nível bilateral, como o embaixador luso nos Estados Unidos afirmou⁸⁷.

A resposta portuguesa é negativa, explicada por uma carta informal do Presidente do Conselho ao embaixador luso em Washington. Nesta, o ditador português afirma que o seu governo há muito que já tinha a ideia de não permitir o estabelecimento de bases em tempo de paz, pois achava que a formação da Aliança levaria os estado-unidenses a dispensarem as facilidades nas ilhas atlânticas lusas, passando-as assim para os nacionais, e ainda afirmando que a estação de rádio e o posto Loran só se manteriam com pessoal nacional. Tal vai contra o pensamento dos EUA, que querem eternizar a sua presença nos Açores, mas também excluir qualquer outra potência das ilhas, num ataque direto ao Reino Unido, uma atitude que tem origem na 2ª guerra. No final, António de Oliveira Salazar mostra-se ressentido para com os estado-unidenses, pois afirma que estes não querem saber da parte continental nacional e só estão interessados nos Açores. Isto realça que nada mudou no pensamento do governante e no seu governo, mesmo com a formação do Pacto. Salazar realça que a sua preocupação é «evitar que se criem, através de concessões temporárias, servidões internacionais que

⁸⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.117.

bem poderiam converter-se, com diminuição nossa, em servidões e restrições de soberania de carácter definitivo»⁸⁸.

Com esta resposta negativa, o assunto volta ao início. Os diplomatas dos EUA provam que estavam certos ao preferir a aproximação mais lenta e demorada, e passam à tática indireta. Mas é o Reino Unido, ou por iniciativa própria ou por pedido estado-unidense, que tenta desfazer a má primeira impressão, para assim o processo recomeçar, por meio de uma diligência britânica ao embaixador luso em Londres, António de Faria. Aqui, os britânicos agradecem a posição portuguesa, pois poderia criar problemas no subgrupo da OTAN/NATO em que o Reino Unido está presente. Os britânicos ainda acrescentam que o Departamento de Estado estado-unidense não quis levantar logo a questão açoriana, mas que por pressão militar teve de o fazer. O Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico acrescenta que se evitem «situações extremas», reafirmando que o próprio Reino Unido têm bases estado-unidenses dentro do seu território, e que custam mais de um milhão de libras, anualmente, para as manter⁸⁹.

Nesta altura, Caeiro da Matta, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, envia a MacVeigh, embaixador dos EUA em Portugal, uma carta a esclarecer que o sentimento governativo nacional é de tratar a questão açoriana no seio da Aliança, de uma forma multilateral, excluindo assim a vertente bilateral defendida pelo embaixador luso nos EUA. Caeiro da Matta realça que as facilidades nas ilhas «excedem o âmbito dos acordos puramente bilaterais e devem ser definidas e acordadas dentro dos mecanismos do Pacto», fazendo com que o Acordo de 1948 não possa ser alargado, nem haver «oportunidades» para entendimentos bilaterais⁹⁰.

Ao afastar o acordo bilateral, a governação lusa está-se a antecipar ao plano estado-unidense e a pôr-se numa posição que obriga estes últimos a pagar um preço mais baixo, material e político, pelo uso das bases açorianas. O saldo difere, se os EUA usarem os

⁸⁸ Carta pessoal de Oliveira Salazar a Pedro Teotónio Pereira, datada de 26 de Dezembro de 1949. ANTT AOS/CO/NE-18-1.

⁸⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.119.

⁹⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.119-120.

Açores para «obrigações NATO», ou se fazem no âmbito unilateral, mesmo que resulte num saldo prático igual. Concluindo, Portugal seguiu a tática que favorecia os Estados Unidos, pois as ilhas atlânticas em questão eram importantíssimas para os planos unilaterais dos EUA⁹¹.

2.3.3. Uma nova tática

Ao falhar esta aproximação, os EUA tentam uma nova estratégia em que aliam os seus organismos com os da OTAN/NATO. É Theo Xanthaky, um trabalhador do pessoal da embaixada estado-unidense em Portugal que não tem um cargo oficial, mas que às vezes aparece como «conselheiro especial» ou como «intérprete», sendo ele a fazer a ligação entre a diplomacia, a defesa (MAAG) e os serviços de informação, que procede ao primeiro movimento. Tal iniciativa acontece aquando de um almoço de Santos Costa na embaixada dos Estados Unidos. Aqui, Xanthaky chama à parte o ministro para defender diversas premissas que vão de encontro ao pensamento português: que a guerra pode acontecer a qualquer momento; que mesmo que concordem com o pensamento estratégico luso, têm uma aliança europeia a manter e portanto não podem aceder a propostas portuguesas sobre a Península e a Espanha; que se a guerra estalar, o ataque soviético irá ser feito a partir do Pólo, logo os EUA têm de contra atacar a partir do Norte de África, tornando os Açores uma peça chave para a estratégia dos anglo-saxónicos; e que, finalmente, quando acabar a guerra, o governo luso pode ter a certeza que os EUA não têm ambições em relação aos Açores.

Isto tem duas importâncias, o que nele é falado e também por usar Santos Costa como veículo direto para Salazar. Ao mesmo tempo, Santos Costa mantém uma conversa com Nicolau Franco, embaixador espanhol em Portugal. Este acredita que a guerra está para breve, e que para tal, gostava de proceder a um acordo tripartido, entre Portugal-

⁹¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.120.

Espanha-EUA, com o objetivo de defender a Península; dizendo que é importante para os países ibéricos, não se envolverem na primeira parte do conflito, esperando para mais tarde avaliar a situação e «estabelecer o preço» para tal participação.

É isto que constitui a futura mentalidade militar portuguesa. Na sua maioria, entre os quais Santos Costa, acreditam que a guerra está próxima, fazendo com que o rearmamento das forças armadas seja imperativo, algo de longa data e o principal fator que levou estes a apoiarem a Aliança. Esta nova aproximação estado-unidense, bem como as ideias defendidas por Nicolau Franco, levaram a que Santos Costa tivesse dois objetivos que se complementavam, segundo ele: a de conseguir o rearmamento e um acordo a três para a defesa da Península.

Sendo assim, a partir de 1950 Salazar muda de atitude para com os EUA e dá espaço a Santos Costa para a condução do processo, levando a uma grande rotatividade de diplomatas. Esta tática salazarista é normal e de fácil compreensão: se os contactos entre Santos Costa-Washington-Madrid forem positivos, ótimo; se não, é possível dizer que é uma iniciativa pessoal não vinculativa, e prosseguir as negociações de maneira formal, algo que tinha chegado a um impasse com a famosa carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, Caeiro da Matta. Isto é uma das táticas preferidas do Presidente do Conselho: é uma concorrência à portuguesa, a criação de centros independentes com objetivos parecidos e começar uma disputa controlada entre esses centros⁹².

2.3.4. O enquadramento OTAN/NATO

Os Estados Unidos ao saberem da estratégia do funcionário da embaixada exploram-na, mas sem querer o acordo tripartido. Os militares lusos envolvem-se no planeamento OTAN/NATO, especialmente no grupo do Atlântico Norte. Os JCS dão indicações aos

⁹² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.121.

seus representantes neste grupo para que os projetos da OTAN/NATO sejam direcionados para a aquisição e criação de bases aeronavais nos Açores.

Os estado-unidenses dentro deste conjunto realçam a necessidade das ilhas atlânticas na defesa da Europa, no entanto, provam que estas só são estrategicamente importantes devido ao fator aeronaval, não sendo necessário a sua defesa local, já que a URSS não poderia atacá-las diretamente. Os militares portugueses respondem com um reforço dos meios bélicos para defesa das ilhas, afirmando que os soviéticos poderão decidir-se por um golpe-de-mão contra a Península, isto logo numa primeira fase. O objetivo de tal plano é aumentar a defesa das ilhas e da Península, bem como o envolvimento da Espanha.

Em abril de 1950, os EUA mudam de estratégia em relação aos Açores. Esta cinge-se a reuniões regulares entre os diplomatas, militares lusos e o grupo de trabalho, onde estão representantes do Plano Marshall, algo que vai contra o que se faz a nível nacional. Nestas, o JCS faz valer a obtenção dos direitos de longo prazo nos Açores, pois afirmam que estes são necessários para a segurança dos EUA. Outra ideia é de que os portugueses preferem contactos multilaterais no que se refere à Aliança, o que é importante para os EUA⁹³.

Isto exige uma estratégia multifacetada, tomando-se assim diversas decisões:

- Manter contactos com o aparelho militar nacional no âmbito dos planos da OTAN/NATO;
- Realçar que os planos da Aliança são a única forma de defender Portugal Continental, não dando acesso a um eventual envolvimento de Espanha;
- Informar os governantes lusos dos contactos paralelos com a Espanha, de forma a cobrir essa preocupação, mas afastando-a da OTAN/NATO;
- Interligar a questão dos Açores à concessão de ajuda militar, sendo «generosos» nesse campo;

⁹³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.122.

- Afirmar que as ilhas são «um contributo inestimável para a defesa e segurança, não só de Portugal e dos EUA, mas também dos outros membros da NATO»⁹⁴.

Assim, Portugal e os EUA chegam a objetivos comuns em abril de 1950. Ambos os países concordam que a questão açoriana deve passar para as discussões de caráter militar, numa junção complexa onde se encontram o planeamento da Aliança, o rearmamento luso e o envolvimento espanhol.

A partir daqui, o processo é previsível e automático, decorrendo ao nível militar e está ligado a três atuações paralelas: o planeamento OTAN/NATO, após a formação do SHAPE; a preparação da ajuda militar; e as ligações EUA-Espanha.

Em relação ao primeiro ponto, o JCS relembra aos representantes estado-unidenses que estes devem realçar as necessidades previstas nos planos de guerra do seu país, de forma a facilitar as negociações bilaterais em curso. Nisto deve-se incluir esta afirmação: «É absolutamente necessário conseguir direitos para bases entre nações da NATO durante a vigência do tratado, de modo a executar os planos de defesa e a assegurar a participação dos EUA, tendo em conta que eles têm a responsabilidade particular de levar a cabo a ofensiva aérea estratégica.».

Ao mesmo tempo, os estado-unidenses criam o MAAG em Lisboa, e começam a ajuda militar, algo que se saldou positivo para a questão açoriana.

Com estas duas iniciativas paralelas existe um excelente exemplo da flexibilidade possível. Os Estados Unidos podem desenvolver uma política externa multilateral, no âmbito da Aliança, e outra bilateral, tendo o mesmo objetivo, mas por meios diferentes e saindo do normal da diplomacia. Em final de 1950, os estado-unidenses criam uma equipa para a questão açoriana, que envolve representantes do Departamento de Estado, da defesa e do Special Assistant of the Secretary para questões de segurança nacional. Em Lisboa, o contacto com os militares nacionais é feita pelo MAAG, com a

⁹⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.122-123.

ajuda da “personagem informal” de Theo Xanthaky, fazendo com que a importância dos diplomatas desapareça⁹⁵.

O que se refere ao Pacto decorre rapidamente. Em primeiro lugar, os Estados Unidos fazem passar e validar pelo Standing Group e pelo Comité Militar a grande necessidade para bases nas Lajes e em Santa Maria, para depois ser aprovado a nível do planeamento regional um acordo bilateral feito na OTAN/NATO e que está válido até o Conselho dizer que tais facilidades já não são necessárias, isto é, que o eventual acordo açoriano só vai durar até a Aliança acabar. Em segundo lugar, é no Grupo do Atlântico Norte que se aprovam os planos de defesa da área, e onde se aconselha a abertura de conversações bilaterais entre Portugal e EUA para a questão açoriana. Isto acontece ao mesmo tempo da formação do SACLANT, Supreme Allied Command Atlantic, que será o segundo maior comando militar da Aliança, ao nível do SHAPE⁹⁶.

Isto faz com que as dúvidas lusas se desvançam, já que é a própria Aliança que as recomenda. Ao mesmo tempo, vai de encontro ao objetivo dos estado-unidenses sobre os contactos com os militares portugueses, pois estas recomendações foram feitas no âmbito dos planos de guerra⁹⁷.

2.3.5. Relançadas as negociações

Em Portugal, as negociações são coordenadas por Salazar, mas este encontra-se nos bastidores. A seguir na hierarquia só existe divisão, má coordenação, informações parciais e visões antagónicas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros continua a afirmar «não ser possível ceder bases permanentes em tempo de paz», isto depois de Santos

⁹⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.123.

⁹⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.123-124.

⁹⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.124.

Costa já ter acordado com os estado-unidenses essa cedência, uma decisão com apoio de Salazar.

Este ministro contacta o embaixador dos EUA em Lisboa, no final de 1950, para afirmar que é importante, no âmbito da Aliança, que se iniciem as negociações para um novo acordo bilateral a respeito da questão açoriana. Com isto, Santos Costa autoriza a construção de 400 mil pés quadrados de pista nas Lajes, como também novos depósitos, armazéns e obras nos portos, afirmando, ao mesmo tempo, que o acordo de 1948 deve ser encarado com «flexibilidade», isto é, que este pode ser prolongado enquanto durarem as conversações. Este ainda refere que toda a informação sobre as Lajes deve-lhe ser entregue, sem passar pelo MNE.

Passado algum tempo, o ministro envia uma carta ao general George Marshall a pedir que lhe seja enviada, a título particular, as propostas que se referem às ilhas, para assim dar uma opinião antes de estas serem oficialmente apresentadas. Esta iniciativa passa toda a fase inicial das conversações para o âmbito pessoal do ministro, fazendo com que no final do processo, Paulo Cunha enderece uma carta ao governante afirmando que «nada sabe» sobre o que está a acontecer. Isto é curioso, revelando que os passos do ministro estão em combinação com os de Salazar, pois este último faz com que se mude de política, fazendo um “curto-circuito” dos diplomatas.

A fase final arranca em fevereiro de 1951, sendo necessário tratar primeiro do âmbito da defesa, fazendo com que a chamada dos diplomatas só ocorra após haver um acordo. Nessa altura, chega a Portugal o brigadeiro James Selser, um oficial do SAC, com a equipa estado-unidense, composta por representantes de vários serviços⁹⁸.

Em Portugal, Santos Costa dirige as negociações, mas com ordens do Presidente do Conselho. Estas diretivas pediam um enquadramento dado por um acordo político, dentro da filosofia da Organização, para um uso defensivo das bases; isto deve ser interligado com um acordo de defesa, onde se descreve as facilidades concedidas em vários âmbitos, como uso em tempo de guerra, novas construções e instalações de

⁹⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.125.

equipamento em tempo de paz, permanência dos estado-unidenses e direitos de uso. Aceita-se o alargamento de infraestruturas para a Marinha e a Força Aérea dos EUA, bem como a permanência em tempos de paz, sendo que tal só aconteça até haver técnicos lusos formados.

O acordo de defesa foi escrito pelo próprio Salazar, e emendado por este durante as negociações levadas a cabo pelo ministro. Assim, o pensamento é o do ditador português, mesmo que não esteja à mesa das negociações. No entanto, é ele que perfaz a cedência básica e que está virado para a solução «original» de ceder bases sem algo em resposta diretamente. O Governo luso não quer ter uma cossoberania nas ilhas açorianas, e por isso formula algo que fica entre o acordo multilateral e bilateral: o enquadramento político é dado pelo texto da OTAN/NATO, os principais direitos tem a duração da Aliança, mas o acordo é assinado por dois países, sendo que este prevê o uso das instalações de um país pelas forças do outro país em tempos de paz, assim Portugal não tem a «cossoberania», pois em vez de ceder bases, dá direitos de uso.

Assim, o pensamento do acordo é de um contrato entre partes iguais, perdendo-se assim as contrapartidas que poderiam levar a pagamentos e criar obrigações vinculativas. Por isto, não é projetado um montante evidente para as contrapartidas, que nada têm a ver com os Açores, mesmo que a ligação seja evidente⁹⁹.

A nível jurídico é bem pensado, pois evita a cedência formal de direitos de soberania. Mas, na realidade, faz com que Portugal ceda direitos amplos e vagos, com premissas duvidosas e sem prazos que os portugueses possam ter sob seu controlo¹⁰⁰.

Os Estados Unidos ficam espantados com as concessões, pois esperavam que estas fossem mais pequenas e que não seguissem o que foi recomendado pela Aliança. Isto mostrou aos militares deste país as vantagens da aproximação indireta. O Governo

⁹⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.126.

¹⁰⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.126-127.

português cede o uso das bases nos Açores de acordo com o artigo primeiro do documento, sendo que insere o resto do acordo dentro do pensamento da OTAN/NATO. Ainda concede o armazenamento de materiais, artigo 7, e o trânsito de aviões militares dos EUA que procedam a missões no âmbito da NATO, isto nas Lajes, artigo 10, enquanto dura a Aliança. Traduzindo, os EUA podem usar os Açores em tempo de guerra, sem restrições, e em tempo de paz quando efetuarem missões no âmbito NATO.

O que é extraordinário, é que não há nenhuma forma de denúncia, para além da saída da NATO, por parte de Portugal. Sendo que o artigo 8º diz que só os EUA podem «em qualquer momento renunciar às concessões», isto é, os direitos fundamentais dos EUA são dados sem prazo de tempo fixo, mas que Portugal não tem forma de denunciar este acordo e sem premissas diretas.

Os estado-unidenses ficam surpreendidos, pela positiva, já que assim do nada é-lhes dado acesso a muito mais do que aquilo que esperavam. Fica em aberto a permanência de técnicos estado-unidenses nas ilhas açorianas em altura de paz, mas é evidente que as funções previam tal. A filosofia é que os estado-unidenses deem lugar aos técnicos lusos quando estes estivessem formados, sendo o prazo que autoriza esta permanência amplamente discutido, já que Salazar é sensível a tal. As instruções para Santos Costa são formais: «Em princípio, não repugna que no acordo se reconheça a possibilidade de utilização da base das Lajes para o caso de guerra que surja no período de validade do Pacto do Atlântico dentro do quadro defensivo encarado por ele (...) Mas não se deveria fazer aquela concessão [a preparação da base] senão através da aceitação do regime em que a base ficasse insofismavelmente entregue a pessoal português e fosse insofismavelmente evacuado de todo o pessoal americano no prazo convencionado»¹⁰¹.

Isto era importante para Salazar, mesmo que fosse de difícil perceção para Santos Costa, não se tratando de uma questão meramente «moral». O Presidente do

¹⁰¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.127.

Conselho sabia que a opinião estado-unidense sobre os impérios europeus não era bem visível e que esta benevolência poderia acabar rapidamente, desejando que este acordo fosse de curto prazo, sendo usado como arma de pressão permanente¹⁰².

Os EUA ao saberem das cedências lusas passam a ser generosos, fazendo com que os pedidos portugueses relativos à ajuda militar sejam logo aceites. No entanto as dificuldades vêm do lado dos nacionais, pois os portugueses em vez de pedirem novas concessões, pedem o material que já têm. Por exemplo, em vez de pedirem novos caças, pedem peças para os obsoletos caças britânicos a hélice, algo que já não serve no novo espectro da guerra. Os estado-unidenses confessam que já não há peças para Hurricanes, que nunca foram usados por eles, e que merecem estar num museu, mas oferecem-se para dar novos caças a jato. Da mesma forma, os nacionais pedem mais 2 C-54 para as missões de salvamento nos Açores, o que obriga os EUA a irem ao mercado civil comprá-los, pois já não são fabricados, e darem aos portugueses.

A partir daqui, as conversações passam a ser práticas. Uma equipa técnica dos EUA faz um reconhecimento aos Açores para ver o que é necessário, desde alargamentos até construção de infraestruturas. Os nacionais aceitam tudo, exceto a construção de habitações para as famílias dos militares estrangeiros. O ministro apostado em mostrar o seu poder, diz aos estado-unidenses que podem começar a fazer as alterações sem o acordo ainda estar concluído. Isto deixa o general George Marshall, Secretário da Defesa dos EUA, surpreendido. No arquipélago, a equipa técnica tem contacto com o general Sintra da aeronáutica portuguesa. Este é comedido e moderado, passando a imagem que só Santos Costa tem o poder de tomar decisões, fazendo com que a sua margem seja reduzida. Ao mesmo tempo, mostra a pouca simpatia que sente pelos estrangeiros¹⁰³.

Estabelecida a lista de novas facilidades, em Lisboa continuam as negociações, para onde vai a equipa do brigadeiro Selser e do capitão Kirkpatrick, sempre com Theo

¹⁰² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.127-128.

¹⁰³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.128.

Xanthaky atrás. Falam só com militares nacionais, sendo as três últimas reuniões com o ministro, havendo um acordo no final de junho, até sobre os anexos secretos. Os lusos acham e aceitam que deve haver uma presença estrangeira nos Açores em tempo de paz, para a construção de infraestruturas e o serviço e manutenção do material a instalar, no entanto, fica no ar quantas pessoas e por quanto tempo. Os EUA aceitam o número de pessoal e são generosos com o realojamento dos agricultores, pois estes foram deslocados por causa das instalações, bem como nos contratos com o pessoal português¹⁰⁴.

Santos Costa aceita cedências, mas Salazar quer um prazo inicial curto. A proposta deste, é que a presença estrangeira nos Açores fosse até 1954, altura importante na NATO, sendo que a partir daqui, segundo ele, ou começa a guerra ou então haverá um acordo à pacificação, levando a ser revista a permanência estado-unidense nas ilhas portuguesas. A resposta é até ao ano de 1958, pois os EUA afirmam que só aí é que os técnicos nacionais estão formados e prontos a cumprir o necessário. O ministro avança com outra data: setembro de 1956, sendo possível a qualquer das partes denunciar o acordo, com uma antecedência de um ano, isto se não se concordar com a renovação. Sendo que isto só se aplica a tempos de paz e não aos outros.

No início de julho, a delegação estado-unidense volta a Washington, já havendo um acordo entre estes e os militares lusos, onde apresentam oralmente as suas impressões.

Na mesma altura, o ministro envia um memorando a Paulo Cunha com o projeto, dizendo que tal já foi aceite pelo Presidente do Conselho, sinal de que não pode ser modificado. É a partir daí que começam as «negociações políticas», que na verdade não existiam, para além da permanência dos técnicos estrangeiros¹⁰⁵.

¹⁰⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.128-129.

¹⁰⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.129.

O acordo é muito grande e já inclui a parte política, tendo como pontos mais discutíveis o saber se o material a fornecer pode ser usado em África, mas isto é ultrapassado com formulações vagas, com várias interpretações. Os Estados Unidos nada dizem acerca disto nos acordos ou nos anexos, mas numa carta oficial dizem que se fosse necessário, numa emergência por exemplo, eles não se opunham a tal. Ambas as partes aceitam tal, mas claro, cada um fazia leituras diferentes disto¹⁰⁶.

Paulo Cunha não sabia nada da questão açoriana e nem a volta que as «negociações políticas» tinham tido. Do lado português, são lavadas a cabo pelo ministro e pelo conde de Tovar, do lado dos estado-unidenses são feitas pelo embaixador dos EUA e por Xanthaky, com começo em meados de julho. A prova de que Paulo Cunha não está dentro do assunto, é que este fala constantemente a MacVeagh da «soberania portuguesa» e impossibilidade de «bases em tempo de paz». Este entende o que se passa e explica ao português o novo panorama «teórico» da questão, que resultou das negociações militares: os estado-unidenses « «não querem bases em tempo de paz;» só pretendem aplicar as decisões da NATO, onde Portugal participa, que apontam para um acordo bilateral com Portugal de modo a desenvolver bases nos Açores para fins comuns»¹⁰⁷.

Nas discussões da diplomacia, o único ponto ainda em questão é o tempo da estadia dos estrangeiros em tempo de paz. Finalmente, chega-se a uma solução, a já defendida por Santos Costa, a de setembro de 1956, com tolerância até quatro meses, isto é até janeiro do ano seguinte. Os Estados Unidos aceitam isto como um mal menor, pois sabem que nessa altura os técnicos nacionais ainda não estão aptos e novas necessidades se vão criar ao longo do tempo, levando a ser exigido mais técnicos.

Em início de setembro de 1951 é assinado o acordo. Isto vem acompanhado por uma esquadra dos EUA de 26 navios, a maior esquadra presente no rio Tejo desde as

¹⁰⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.129-130.

¹⁰⁷Relato de MacVeagh da conversa com Paulo Cunha, datado de 23 de julho de 1951. NA RG 84.

invasões francesas. O texto oficial é pequeno, estando depositado na ONU. Existem 5 anexos secretos que falam de diversos aspetos como o estatuto jurídico dos estado-unidenses nas ilhas, passando pelas construções, equipamento a instalar, zonas de livre-trânsito, formação dos técnicos nacionais, etc. Outros dois importantes pontos são: o compromisso dos Estados Unidos contribuírem para o reforço da defesa nacional e o eventual uso de armas, provenientes da NATO, fora do espaço desta¹⁰⁸.

2.3.6. O acordo de 1951¹⁰⁹

No ano de 1951 a política externa muda. Esta é causada pelos Açores, pois assim o extremo ocidental da Ibéria torna-se importante, já que assim as grandes potências ocidentais encontram no Oceano Atlântico a profundidade estratégica que necessitavam. É graças a este bocado de terra, que Portugal é o único país não democrático a fundar a Aliança, sendo tolerado tudo, desde as desconfianças, as propostas estranhas e chocantes, o orgulho nacionalista à flor da pele e as teorias jurídicas bizarras e gritantes com laivos de oitocentismo.

A História já tinha mostrado que não era a primeira vez que estas potências queriam chegar a um acordo com Portugal. O novo era a forma de utilizar que agora era repensada. O território insular já não era de auxílio, mas sim de salto para três continentes, um elo do dispositivo militar global que assegurava o sistema ocidental. Não sendo abrangidos pela NATO, os Açores eram necessários para os planos de ofensiva aérea estratégica da defesa do Ocidente.

As razões para esta mudança eram técnicas e políticas. Política, porque os EUA eram o novo líder do hemisfério ocidental e ao contrário da estratégia britânica, estes necessitavam de usar as ilhas de forma ativa. Técnica, já que foram desenvolvidas três

¹⁰⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.130.

¹⁰⁹ Ordem do Exército nº4/52 de 20 de junho. O.E. I Série. 4 (52-20-06) 309-314.

novas formas de usar o arquipélago: um uso nuclear, com armas, as pontes de reabastecimento aéreas e a eletrónica associada à defesa. Sem estas razões para relançar os Açores nos planos ocidentais de defesa, os estado-unidenses não teriam a hegemonia que tiveram e o mundo ocidental não teria força para contrariar um inimigo maior¹¹⁰.

A evolução técnica é a origem da sucessão dos sistemas mundiais e isto obriga a rever o papel do espaço nacional e o alinhamento internacional do nosso país, sendo que em 1951 acaba-se a evolução começada em 1943. Este acordo «possível» dá à nova potência marítima, os EUA, tudo o que ela pede de necessário do espaço luso, revelando uma transição lenta e difícil, de avanços e recuos, onde Portugal tomou uma posição final complexa e rebuscada, onde se cede tudo e pouco se obtém.

Esta posição teve origem em Salazar, que pretende salvar os direitos a longo prazo de Portugal dentro de uma filosofia jurídica bastante tradicionalista, sendo que esta só aparece, porque Portugal não entende que o mundo mudou em 1945 e acha que pode pedir, aos estado-unidenses, aquilo que a Aliança Britânica lhe dava, isto é, a defesa do império e a dualidade ibérica. Até aqui estava bem, mas a partir deste ano, a situação muda de figura, e pedir e insistir em tal é não entender como funciona o mundo a partir daqui, pois os Estados Unidos não podem e não conseguem dar uma cobertura de defesa ao império nem ao perímetro peninsular a nível continental.

Foi esta questão que fez com que não houvesse um entendimento entre Portugal e os EUA durante o período de 1943-1951. Tal tem como base um irrealismo da administração do Estado Novo: o de definir aspetos de estratégia internacional para o país que nada têm a ver com o novo sistema mundial. Ao mesmo tempo, os estado-unidenses não se apercebem logo da questão, mas quando o fazem, sabem que não será fácil ultrapassar este “elefante branco”, sendo que só se apercebem em 1947, e quando o fazem, deixam de discutir os problemas e políticas de fundo com os portugueses,

¹¹⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.131.

sabendo que é perda de tempo, e passam a tentar uma estratégia de aproximação indireta, que lhes dê o que querem sem terem de pagar algo inaceitável.

A Aliança é a resposta, pois dá o panorama político e permite a utilização original de estratégias antigas, mas que ainda são importantes e com um saldo positivo. Do ponto de vista do Estado Novo, a cedência de 1951 é inevitável, pois entendia-se que os EUA era o centro do poder ocidental, no entanto, estes não iam dar o que se ambicionava a nível estratégico, por isso era necessário encontrar premissas para garantir o apoio político e o apoio militar e técnico indispensável¹¹¹.

Para os Estados Unidos, este acordo é importante, pois são cedidas várias facilidades de uso das bases em tempo de guerra por tempo ilimitado, criando problemas a Portugal e incluindo a sua zona atlântica na estratégia militar dos Estados Unidos, isto sem haver uma forma de denúncia. São dados direitos em tempo de paz que não são discutíveis no âmbito da Aliança, ou aprovados enquanto tal, sendo concedida só a permanência de técnicos dos EUA em solo açoriano em tempos de paz, até setembro de 1956. O acordo¹¹² é escrito de uma forma a que não haja contrapartidas diretas, não sendo possível invocar «direitos adquiridos» para o prolongamento da data. Isto revela uma política ambígua, que produz concessões importantes, mas que não se refletem num enunciado claro de contrapartidas diretas e indiretas¹¹³.

Quando o nosso país assina o documento, dá a entender que é algo «entre pares», dando a ideia que a diferença económica e técnica entre as partes não fosse grande. Isto é protagonizado numa altura em que os estado-unidenses são generosos, algo que é explorado em larga escala pelos outros países NATO, a começar pelo Reino Unido.

No entanto, qualquer militar sabe que num espaço temporal de dez anos é impossível os portugueses terem capacidade de gerir os aparelhos instalados no arquipélago. Por

¹¹¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.132.

¹¹² Ordem do Exército nº4/52 de 20 de junho. *O.E. I Série*. 4 (52-20-06) 309-314.

¹¹³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.132-133.

outras palavras, qualquer militar sabe que o prazo até 1956 é uma cortina de fumo que os EUA aceitam, pois é a melhor forma de abordar a questão de momento.

Devem ser referidos dois aspetos. O primeiro é que a atitude lusa entre 1945-1951 não é única. Na verdade é uma realidade externa dos países da Europa Ocidental, sendo mais uma tentativa de manter uma estratégia política irrealista dentro de um mundo em mudança, e de conseguir uma autonomia que não será de longo prazo. Sendo exemplo o Reino Unido, que tem como objetivo uma esfera de influência demasiado extensa, ou a França, que quer reconstruir a Europa dentro da ligação Paris-Londres sem um renascimento germânico. Da mesma forma que Portugal, a Islândia e a Dinamarca têm a mesma atitude para com os estado-unidenses em 1948¹¹⁴.

A diferença entre estes e o nosso país foi que estes reconheceram os seus erros cedo e fizeram as correções para evitar o pior: acabarem a assinar acordos claros e com contrapartidas evidentes. O nosso país, com este acordo, não altera os seus objetivos políticos de fundo, tentando obter de Washington o mínimo de apoio possível, para os alcançar de forma indireta. Dito de outra forma, e dando evidência do irrealismo que existia antes e continuou, o governo português achava que tinha encostado os Estados Unidos a um acordo que os obrigava a defender a Península e o império, quando na verdade isto era algo impossível¹¹⁵.

O segundo aspeto é, esta atitude lusa em relação ao novo poder mundial, os EUA, que corta com a tradição nacional e que leva a efeitos negativos a longo prazo. Isto é um corte, pois a tradição era a de encontrar uma posição positiva, em termos peninsulares e da Europa continental, com a potência marítima para garantir a defesa nacional, vantagens nível técnico, cultural e de importação de tecnologia, tendo efeitos negativos a longo prazo. Portugal, que estava numa posição boa para se desenvolver economicamente e tecnicamente de forma rápida no pós-guerra, atrasa-se por causa da resistência financeira da parte da zona do dólar, por causa do atraso da importação da

¹¹⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.133.

¹¹⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.133-134.

tecnologia que é o símbolo das sociedades pós-industriais, e finalmente, por falta de apoio interno a políticas de reforma institucional a longo prazo. Isto não se deve aos Estados Unidos, pois estes necessitavam realmente dos Açores e estavam prontos a serem generosos a pagar, mas sim ao posicionamento do governo nacional.

Isto leva a um grande intervalo, 1945-1951, na importação das técnicas básicas da revolução científica presente no pós-guerra. Após 1951, com a formação do MAAG e os fundos do MDAP, muitas das técnicas chegam ao nosso país, o que faz com que a mentalidade das Forças Armadas mude, bem como a mentalidade nacional. Mas, mesmo após este ano, a ajuda militar dos Estados Unidos para com Portugal é menor que com os outros países, não por causa dos estado-unidenses, mas sim por causa da anormal natureza do acordo¹¹⁶, que tem como culpados o Estado Novo e os seus governantes¹¹⁷.

3. O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM)

3.1. A entrada de Portugal – “A Revolução Serena”

O governo português acompanhou “ao longe” o processo do Tratado de Bruxelas, pois não queria participar neste, nem tinha sido convidado. A razão para tal era que os britânicos sabiam que algo que se referisse a uma federação europeia não interessava a Salazar.

Em 1949, o embaixador britânico em Lisboa fala exatamente neste pensamento. Num documento, o relatório desse ano, o diplomata diz que o Estado Novo só acredita num renascimento europeu através da ligação colonial a África, tendo o Reino Unido como «ponta de lança». Segundo o superior diplomata, os discursos federativos, de qualquer forma, eram criticados pelo ditador português, pois este achava que estavam «fora das

¹¹⁶ Ordem do Exército nº4/52 de 20 de junho. *O.E. I Série*. 4 (52-20-06) 309-314.

¹¹⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.134.

possibilidades e só servia para privar os estados individuais de um dos principais objetos pelos quais sempre estiveram dispostos a fazer sacrifícios – a independência dos seus povos». Estas relações eram encaradas como um mal necessário e que, embora os portugueses reconhecessem que só eles tinham a força para defender a Europa, nas palavras do embaixador britânico em Lisboa, «suspeitam que a América, por uma mistura de imperialismo e propaganda anticolonial, nos tenta expulsar de África [à Inglaterra], com consequências desastrosas para a posição portuguesa nesse continente.»¹¹⁸

O embaixador dos EUA em Portugal, MacVeagh, concorda com tal e atribui os «preconceitos» portugueses às características muito particulares da classe dirigente que «não pode deixar de ver com alarme o envolvimento crescente da América democrática e progressista nos assuntos europeus, pois acredita que o Governo mais não é que um meio para o seu bem-estar e proteção, tem uma visão da mudança legítima que não vai para além da sucessão de fações e encara as colónias principalmente como áreas para a exploração financeira». O embaixador é um dos representantes americanos mais duros em relação a Lisboa, que classifica de «fascista», mas sem grande compreensão do que é fascismo. Verifica-se que, na mesma altura em que encara com total desprezo a maior parte dos responsáveis lusos, mantém com eles boas relações, sendo que consegue o que quer de forma quase «natural». Os portugueses nunca chegam a entender as suas ideias e vêem-no como um «amigo de Portugal», que muito os admira. Isto mostra as qualidades de diplomacia do americano¹¹⁹.

Mais tarde, ambos representantes diplomáticos têm conhecimento que o Governo luso não vê com bons olhos as tendências para uma união maior, a nível europeu. Dando a conhecer os preconceitos que Lisboa tinha para com os EUA. O resultado é que o nosso país não é convidado para as negociações de Bruxelas, nem as que irão resultar na Aliança.

¹¹⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.62.

¹¹⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.62-63.

O Reino Unido e a América acham que as opiniões lusas, sobretudo em relação à Espanha, só iriam atrasar e lançar a confusão em todo o processo. Como os Açores obrigavam a incluir Portugal, era preferível só o fazer em último lugar, quando houvesse um acordo de base entre os sete, o que faz com que Portugal seja avisado dos contactos, mas não seja convidado a participar.

Os documentos dos dois embaixadores são um resumo das posições e preconceitos nacionais, e do medo com que Lisboa acompanha a evolução que conduz à OTAN. Os governantes lusos procuram e temem uma aproximação aos EUA. Tentam-se chegar a este país para dar alguma coerência à sua política de defesa, pois entraram num impasse. Para ganhar credibilidade interna, para ter acesso a créditos em dólares e para procurar consolidar os regimes ibéricos, pois o franquismo estava isolado internacionalmente, graças à ONU. Têm medo, porque julgam ser as suas consequências em África e pela forma como se concretiza a crescente subordinação da Europa aos EUA¹²⁰.

As relações, em finais de 1948, com os EUA estão num impasse. O próprio Presidente do Conselho de Ministros luso explicou a Nicolau Franco, embaixador espanhol em Portugal, que era impossível um acordo direto com os EUA, já que «os compromissos que pode legalmente tomar o Governo americano não tem constância ou valor compensador dos sacrifícios da nossa parte». Por outras palavras, Portugal tinha conhecimento que os EUA não iriam assumir um compromisso de defesa em relação ao Império, e não preparavam um plano de defesa da Península, o que fazia com que o Governo luso não cedesse bases nos Açores, como os americanos pediam. A posição nacional era que «jamais» aceitariam bases permanentes em tempo de paz. Havia, no entanto, um acordo provisório que cedia direitos de uso muito limitados nas Lajes, que se resumiam a facilidades de trânsito, o que obrigava a manter técnicos americanos enquanto não fossem treinados os técnicos portugueses necessários¹²¹.

¹²⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.63.

¹²¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.63-64.

Finalmente, em outubro de 1948, chega o primeiro contacto com Portugal, acerca da OTAN/NATO. No dia 4, chega a Caeiro da Matta, por intermédio de um diplomata britânico, um memorando que refere reuniões em Washington para vários contactos, especialmente com Portugal, Dinamarca, Islândia e Noruega. Tal documento tem o objetivo de saber a posição lusa e não convidar a participar. Mais tarde, MacVeigh esclarece que a sua conclusão é positiva. Isto era a estratégia diplomática anglo-saxónica a fazer efeito: os estado-unidenses ficavam em segundo plano, enquanto os britânicos faziam as diligências iniciais.

Caeiro da Matta não dá importância ao assunto, pois guarda o memorando na pasta pessoal, onde permanece esquecido durante semanas, não sendo transmitido ao resto do Ministério, nem a Salazar. No final de outubro, quando o embaixador António Faria está em Londres, um diplomata britânico questiona-o sobre a opinião lusa acerca da consulta feita. O embaixador de nada sabe sobre o memorando, mas tenta esclarecer o assunto mal chegue a Lisboa. Quando isso acontece, o memorando é recuperado da mala do Ministro onde estava «perdido», sendo que o embaixador é encarregado de redigir o primeiro parecer¹²².

Mas antes que este se pronuncie, os jornais portugueses do último dia do mês de outubro publicaram uma nota oficial do MNE sobre a “União da Europa Ocidental, ou o Tratado de Bruxelas”. Nela afirma-se que uma eventual adesão de Portugal é «supérflua», reafirmando que o nosso país já tem uma aliança com a Inglaterra. A nota, pela forma como foi redigida, é imediata e atribuída, de forma correta, a Salazar, e já que ninguém pediu a opinião do país luso a respeito do Tratado, fica a impressão que este documento é respetivo ao pedido de opinião acerca da futura aliança atlântica.

Sir Nigel, o embaixador britânico, pergunta ao Ministro se esta opinião é verdadeira, sendo que a resposta é negativa. No entanto, Caeiro da Matta acrescenta uma frase que provoca apreensão aos anglo-saxónicos: «O seu Governo [português] é de opinião que nenhum pacto de segurança do Atlântico Norte pode ter utilidade prática sem que a

¹²² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.64.

Espanha seja admitida e as forças treinadas e equipadas com armas modernas». O embaixador americano, ao saber deste diálogo, compreende que o comunicado dos jornais era para «consumo interno», algo que aponta para uma divisão na administração lusa.

O Presidente do Concelho dá uma entrevista, em Novembro, a Cyrus Sulzberger, do NY Times, onde confirma a ideia. Nesta defendem-se duas premissas: Portugal não necessita de incorporar a OTAN, para já, por causa da aliança com o Reino Unido, o que faz com faça parte desta por «inerência»; a segunda era a Espanha ser essencial para a defesa da Europa, sendo excluída por causa da «cegueira» francesa e britânica. Tal era uma forma de expor, ambígua e elegantemente, a tese do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, possivelmente, teve origem em conversas com Salazar. Estas eram coincidentes com o pensamento do ditador luso, que expunha as suas ideias de forma mais cuidada, de maneira a permitir futuros recuos, algo útil no futuro.

Este pedido britânico tinha sido proposto a uma administração dividida, onde a maioria dos militares defendia abertamente a adesão, e começava a ser crítico da orientação dominante. Os comunicados oficiais e a entrevista ao ditador português tinham como objetivo responder às críticas internas. Em debate estão duas posições, algo que é bem exposto em dois pareceres do MNE, publicados ao mesmo tempo¹²³.

Um deles é redigido por António de Faria, que redige, com grande cuidado, um documento que tem em conta as teses de Salazar e de Caeiro da Matta, em que defende a tese da adesão. Começa por afirmar que o Pacto do Atlântico está «despido de preconceitos ideológicos», diferente do Tratado de Bruxelas. A seguir, sabendo dos receios de Salazar, afirma que a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico Norte terá perigos, sendo presumível que os Estados Unidos queiram a entrada do nosso país na Organização, para depois adquirirem bases em território nacional. Dizendo que está na mão de Portugal realçar aos estado-unidenses que não se pode ir mais longe que o Acordo de 1948. O embaixador acertou quando imaginou que este era o grande receio

¹²³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.65.

do Presidente do Conselho. Salazar, ao ler o parecer, acrescenta à margem que nem isso se poderia fazer, já que este acordo, de 1948, tinha um prazo limitado, não havendo qualquer intenção de o prolongar para além do seu fim!¹²⁴

Este documento ainda aborda a questão espanhola, defendendo a premissa de que lhe convinha o isolamento de Lisboa, de forma a dar ao mundo a impressão de haver uma total identidade entre os regimes ibéricos. O resultado é que se devem acompanhar as negociações de perto e existe interesse numa adesão, sendo que «teríamos oportunidade de entrar de direito próprio no organismo internacional de segurança do mundo ocidental, sem os inconvenientes e perigos já hoje manifestados que a ONU, principalmente em material colonial, pode representar para os países nas nossas condições».

De diferente opinião, e exposta numa pró-memória do MNE, escrito, possivelmente, pelo próprio Caeiro da Matta, onde é salientado o interesse geral na existência de um «instrumento diplomático» de âmbito defensivo, algo que a OTAN não o era, pois o Velho Continente, «com a África dela dependente», e ajudada pela América, podia defender-se da agressão comunista. Mas a seguir se sublinham-se várias ideias negativas, que indiciam o afastamento de Portugal: pode haver pontos de fusão económica e política; deve ser excluída «completamente» a ideia de criação de bases americanas em território luso; é impossível um sistema de defesa eficaz sem os espanhóis¹²⁵.

Estas são, resumidamente, as duas teses em debate na administração. Mesmo que usem uma linguagem idêntica e façam jus aos preconceitos gerais, afirmam coisas diferentes. A primeira vê, de forma boa, a inclusão do nosso país num espaço atlântico, com a aproximação aos americanos, e vê na OTAN a grande oportunidade para Portugal se incluir nas instituições internacionais ocidentais em formação. A segunda preocupa-se com a manutenção do Império africano e a defesa dos regimes peninsulares, sendo que

¹²⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, pp.65-66.

¹²⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.66.

receia a aproximação aos EUA, condena a evolução recente da Europa e acha que devia ser mantido um bloco com a Espanha. O Ministro não chega a dizer, abertamente, que se deve recusar o convite anglo-americano, mas é essa a conclusão lógica da sua posição¹²⁶.

No dia 30 de dezembro de 1948, Lisboa envia um memorando aos britânicos e aos estado-unidenses a referir as suas objeções à OTAN/NATO. Neste documento é dito que para se defender a Europa é necessário a Espanha estar presente no Pacto. Londres fica chocada com tal, pois é a primeira vez na história que Portugal, para entrar numa aliança, pede a aderência de Madrid.

Passados dez dias chega a resposta. Esta diz que a Aliança nada têm a ver com uma federação, logo não há que ter receios. A seguir é dito que a cedência de bases não é obrigatório e que os EUA estão prontos a ter um compromisso com Espanha, mesmo que vá contra os desejos dos outros aliados.

A resposta lusa só acontece no dia 8 de março de 1949 devido às eleições presidenciais que decorreram durante essa altura no nosso país. Neste período, o texto final do Tratado estava a ser ultimado. A resposta portuguesa volta aos argumentos anteriores¹²⁷.

Nesta apontam-se quatro problemas, dando-se a perceber que qualquer um seria impeditivo da adesão lusa ao pacto:

- 1- Portugal não se quer envolver nos assuntos europeus, sendo o período de 20 anos (de vigência do Pacto) não aceite, pois, segundo a visão nacional, nos próximos 10 anos a única ameaça é a russa e que, num prazo maior, podem surgir outras;

¹²⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.66-67.

¹²⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.67.

- 2- A península é uma em termos geográficos e estratégicos, algo contrário ao que sempre foi o pensamento nacional, e que a Espanha devia ser integrada no Pacto num futuro próximo;
- 3- O Pacto exclui as colónias, sendo que se houver um ataque a estas pode vir a acontecer uma consulta ou ajuda por parte do Pacto. Com isto pedem-se esclarecimentos especiais aos americanos;
- 4- Sugere-se a integridade territorial total dos países aderentes, isto para tentar abarcar as colónias e combater a sua autonomia.

Esta resposta foi enviada no dia de aprovação do texto final do Tratado, e em que foi decidido enviar convites aos países com os quais havia contactos. Portugal foi a exceção porque, mesmo que tenha sido sondado em outubro do ano anterior, este só tinha formado uma opinião seis meses depois, e que era crítica da Aliança e levantava problemas insolúveis¹²⁸.

Em Washington, esta informação é recebida pelo embaixador Pedro Teotónio Pereira. Esta é acompanhada por um telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros que esclarece os seus receios, sendo a primeira o “desconhecimento de tudo” em relação às negociações. Outra preocupação é a fusão deste Pacto com o de Bruxelas, o que já evidencia uma federação europeia, à qual o país não quer pertencer. A seguinte é o medo que Portugal tem de que o Pacto sirva para que os americanos ocupem bases, criando assim “Gibraltares” em solo luso, algo que se recusa. Ainda se teme que o Pacto se vire contra a Alemanha, dado a sua longa duração. A incerteza da posição espanhola, que não é clara. E finalmente, acha-se que todo o processo foi rápido demais e “precipitado”, pelo que “Portugal não tem manifestado pressa nem empenho para tomarmos parte nas negociações e aderirmos como fundadores do Pacto”. Vê-se o

¹²⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.68.

quanto este documento é “duro” e negativo para com a OTAN, dando a entender a não adesão do país luso¹²⁹.

O embaixador português, Pedro Teotónio Pereira, defende a adesão e fica impaciente com a resposta de Lisboa. Este resolve responder, dizendo que os receios do governo luso são infundados, visto que as decisões do Pacto serão tomadas por unanimidade e nada tem ligação com o Pacto de Bruxelas. Também reconhece que a OTAN não pode dar bases aos EUA, sem o consentimento de Portugal; a França exigiu um prazo de vinte anos, tendo os EUA preferido um menor, pois não era possível negociar tal coisa, mas dando a Portugal a alternativa de poder sair do Pacto quando quisesse; os EUA dão as garantias do texto do Tratado, e não acrescentam nada em relação às colónias; a entrada de Espanha está posta de lado, por escolha dos países europeus, mas os americanos dizem que a integração do país luso na OTAN ajuda a posição espanhola.

No final, o embaixador responde: «As pressões futuras acerca dos Açores não dependem de estarmos ou não no Pacto do Atlântico. A minha dúvida reside em saber se estamos em melhor posição fora dele para nos defendermos de pretensões alheias do que aderindo, sob reserva de recusa incondicional sobre possíveis Gibraltares, mencionada por V.Exa. [Caeiro da Matta] (...) Acerca de Espanha, não duvido que a resistência principal provém de Inglaterra, França e outros países europeus com governos socialistas.»¹³⁰

O convite oficial só chega em Março, tendo o embaixador britânico remetido o texto final do Pacto e esclarecendo que ainda não tem ordens para o entregar oficialmente. Acrescenta ainda que não vê incompatibilidade entre a OTAN e o Pacto Ibérico.

O convite oficial é entregue pelos americanos, juntamente com o texto do Tratado que será assinado em Washington na primeira semana de Abril. Na verdade, os anglo-saxónicos, ao verem o medo sem fundamento dos portugueses, enviam uma espécie de

¹²⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.68-69.

¹³⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.69.

ultimato: o Pacto será assinado tal como está; Lisboa tem duas semanas para decidir se participa ou não. Esta pressa provinha dos países europeus que estavam impacientes que a ajuda americana chegasse até eles, e que só seria possível com a OTAN/NATO¹³¹.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português envia um memorando, a Washington, a quando da discussão da entrada na Aliança pelo Governo. Neste documento dá a sua opinião sobre o assunto, afirmando que o nosso país não tem interesse em entrar na organização durante um prazo de dez a vinte anos¹³².

Pedro Teotónio Pereira responde no dia seguinte dizendo que o State Department, Ministério dos Negócios Estrangeiros americanos, afirma que não podem ser feitas alterações neste momento, nem que se pode aceitar uma adesão lusa no pretexto de reserva, sendo que a única opção é aceitar ou não o que existe, sem mudar alguma coisa. Com isto, Teotónio Pereira, António de Faria e Santos Costa afirmam-se como grandes defensores da adesão à OTAN/NATO.

Nesta fase, o Reino Unido intervém, já que a administração portuguesa está dividida e hesitante. Bevin chama o embaixador português em Londres e, numa atitude estranha, faz «um apelo instantâneo em seu nome pessoal para a assinatura do Pacto do Atlântico». Este diz que foi o Reino Unido a referir-se aos vinte anos mínimos, mas que inicialmente considerou mais. Na fase final com o embaixador luso, o governante britânico diz que é um «apelo pessoal» ao Dr. Salazar, pois sabe que é aí a origem das reservas mais significativas. Dada a importância deste apelo, o embaixador britânico faz uma diligência idêntica em Lisboa ao embaixador António de Faria.

Os EUA deixam que sejam os britânicos a ter a iniciativa. Só em 22 de Março é que a embaixada americana faz uma diligência parecida em Lisboa. Nesta altura, MacVeagh faz chegar a Salazar uma «mensagem pessoal» do Secretário de Estado. Esta estava em linguagem cordial e quase de confiança íntima. No entanto, não altera nem uma

¹³¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.70.

¹³² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.76-77.

vírgula às anteriores posições. Fala da justificação do prazo de vinte anos, queixando-se que ele foi «imposto» pelos países europeus, e termina com um «apelo pessoal» dirigido a Salazar¹³³.

Esta adesão é discutida em três reuniões de Conselho de Ministros, que se iniciam a 19 de Março de 1949 e se prolongam até dia 23. Este facto demonstra que esta premissa foi algo que deu lugar a um debate aceso, numa administração dividida. Salazar não teve posição, inicialmente, mas deu a entender que não aceitaria os argumentos espanhóis e que era favorável a uma adesão. Santos Costa, falando em nome das Forças Armadas, é apoiante da adesão, já que a considera fundamental para a futura política de defesa. Os únicos ministros que são contra são Cavaleiro Ferreira e José Frederico Ulrich, mas outros colocam reticências e reservas de diversas formas¹³⁴.

Uma das razões para tal é, sem sombra para dúvida, a pequena ajuda americana protagonizada no “Plano Marshall”, o que faz com que se desconfie que esta nova organização não será diferente. Portugal era o país que menos beneficiava da ECA, Economic Cooperation Administration, já que no primeiro ano, por causa do orgulho, não pediu nenhuma ajuda ou crédito. No segundo ano, 1949, faltam dólares para comprar diversos produtos importantes e pede um crédito de 100,6 milhões de dólares para o ano seguinte. Os organismos de coordenação desta organização, onde Portugal nunca teve ação, corta o montante para 10 milhões, algo que seria condenado pelo SD (State Department) americano, pois era obrigatório ter boas relações com Lisboa por causa dos Açores. Tal ação, que nunca mais foi repetida, levou a que os «ministros económicos» tivessem a atitude de reserva que tinham em relação à OTAN/NATO.

A decisão oficial do governo é favorável à adesão. Como foi dito por Salazar num discurso à Assembleia Nacional, «Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes.»

¹³³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.77.

¹³⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.77-78.

Assim, Caeiro da Matta e António de Faria vão a Washington para assinar o Tratado. Por volta desta altura, estão na capital norte-americana os ministros dos negócios estrangeiros dos outros países fundadores, o que faz com que a ocasião seja aproveitada para contactos bilaterais.

Para o nosso país, estes cingem-se aos EUA e ao Reino Unido, o que mostra o isolamento do nosso país em relação às nações da Europa Continental. As conversas com o Ministro são formais, protocolares e uma perda de tempo. Em contrapartida, o embaixador é que mantém as conversações mais úteis, conseguindo esclarecimentos do SD em relação a Espanha¹³⁵.

O Ministro luso comete uma “gaffe” enorme quando toma a palavra e sugere que os restantes países devem afirmar que o Pacto não é incompatível com o Pacto Ibérico. A reação é um silêncio gelado e longo, mas o Secretário de Estado Dean Acheson entendeu que se tratava de um erro pessoal e tenta emendar, alegando que os EUA e o Reino Unido já tinham concordado em que não havia incompatibilidades, e assim pode-se seguir em frente.

Paul-Henri Spaak, Primeiro-Ministro belga, ao estranhar a afirmação portuguesa, intervém e afirma o que todos pensam: que cabe ao nosso país saber se os acordos de âmbito internacional assinados por Portugal são ou não compatíveis entre si, não havendo obrigação dos outros países do Tratado de se pronunciar.

No dia 4 de abril de 1949, o nosso país, bem como outros doze assinam o Tratado de Washington, tornando-se fundadores da OTAN. O Pacto do Atlântico só entraria em vigor no dia 24 de agosto desse ano, após os Governos dos países terem-no ratificado¹³⁶.

Este acontecimento, como nos diz a sua designação, procedeu-se de forma calma e ao longo do tempo, mais propriamente durante a década de 1950, e que levou a uma mudança de mentalidade dentro da organização militar nacional, bem como uma forma

¹³⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.78.

¹³⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.79.

mais «democrática» de ver e de organizar o Exército português. Esta «Revolução» irá ter implicações a longo prazo dentro e fora do aparelho militar.

Quando acontece a entrada de Portugal na aliança, existem duas questões importantes referentes à defesa: a reorganização de 1935 e a terceira fase do rearmamento de 1935. A primeira questão era a criação de um Ministério da Defesa¹³⁷, algo importante e um passo político para a subordinação das Forças Armadas ao poder político. A segunda tem a ver com a criação de 15 Divisões, para a defesa da Península Ibérica sem a cobertura da Aliança.

Com a integração de Portugal na OTAN/NATO, a Censura toma uma atitude mais aberta em termos de assuntos militares. Caso é do General Raúl Esteves que publica um artigo no Diário de Notícias sobre a defesa da Europa. Neste, o oficial general critica a linha de defesa dos Pirenéus, dizendo que este plano tem origem num coronel estado-unidense, não dizendo a verdade, que é uma ideia do Governo. Este oficial-general publica mais tarde outro artigo, onde desenvolve este argumento, mas agora dizendo que a sua autoria era um obscuro autor checo que ninguém conhecia, no entanto, o seu alvo é a política do Ministro da Defesa. Estes artigos não levam à revisão dos planos de Defesa nacional, mas é o primeiro ataque publico, permitido pela Censura, fundamentado e partindo de um General¹³⁸.

Os militares nacionais estavam na expectativa, cautelosamente, em relação à Aliança, pois era expectante a vinda de material militar para o rearmamento, mas de forma quase indelével, já que não se queria pedir algo em específico para depois dar peso aos EUA nas negociações do Açores. As Forças Armadas portuguesas atuavam de forma diferente das suas homónimas europeias, já que estes faziam pedidos, desde o início, levando a que tivessem uma grande fatia da ajuda militar estado-unidense.

Os aliados anglo-saxónicos estranham a atitude lusa, os estado-unidenses especialmente não entendem. Os britânicos explicam aos EUA no relatório do ano de

¹³⁷ Ordem do Exército nº4/50 de 15 de agosto. *O.E. I Série.4* (50-15-08) 94-97.

¹³⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.201.

1950. Este diz que Portugal irá forçar um «isolamento relativo» enquanto achar que a defesa da Europa deve ser feita no Reno, ao mesmo tempo que não acredita nos poderes da OTAN/NATO. Isto deve-se ao «anticolonialismo dos americanos, que muitas vezes suspeita não passar de um imperialismo do dólar mal disfarçado»¹³⁹, sendo que pesam as políticas dos britânicos e franceses em relação a África. O nosso país continuará a centrar os seus esforços de defesa na Península, vendo com grandes desconfianças os pedidos de bases e de cooperações em diversos projetos, pois está «ressentido» por não ter participado no processo de formação da OTAN/NATO.

O Reino Unido está certo, a Península e África são os pontos essenciais das políticas de defesa de Portugal em 1949-1950. A Aliança em nada têm importância para o nosso país nesta altura.

Santos Costa, nesta altura, manda notas a Salazar dizendo que não se pode confiar na capacidade de defesa de França. O Ministro defende que o conflito irá começar com um golpe-de-mão contra Península Ibérica e as ilhas atlânticas, tendo as forças nacionais e espanholas o dever de assegurar a sua própria defesa, não podendo confiar nos americanos para o fazer. A ideia é estranha, mas relevante, pois os americanos já tinham estudado um ataque desta forma, mas chegaram à conclusão que era muito improvável, pois se fosse tentado, estes poderiam lançar um contra-ataque com uma força de tal forma esmagadora que destruiria todas as forças inimigas empenhadas, pelo que o cenário não causava alarme¹⁴⁰.

Este golpe-de-mão é impensável. Na verdade, o que o Ministro teme é um golpe de Estado em ambos os países autoritários da Península, o que faz com que ambos os países, em conjunto, façam planos para conter possíveis pronunciamentos militares. Santos Costa não só afirma que a defesa ibérica deve continuar a ser a importância nacional, mas também sublinha que o rearmamento previsto deve ser completado, pois

¹³⁹ Relatório Político para 1950: PRO FO 371/96124/36887.

¹⁴⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.202.

«A guerra pode realmente estalar de um momento para o outro. Se os Russos a não fazem antes de 1954, podem os anglo-saxões desejá-la»¹⁴¹.

Isto resume muito bem a posição lusa, passado um ano da formação da Organização. A atitude em relação aos Açores já se alterou substancialmente, mas a anterior política de defesa mantém-se. Uma das questões para este imobilismo é os reduzidos contactos com os militares estrangeiros da OTAN/NATO, que só estão presentes no topo da hierarquia. O Governo não pediu ajuda militar, passando a ter um duvidoso privilégio de ser a única nação da Aliança a não beneficiar da primeira e substancial fatia americana, que era a mais generosa de todas, já que foi dada sem condições¹⁴².

Dizer que a Organização, nesta fase, não dá quase nenhuma atenção a Portugal. Os estado-unidenses preocupam-se com os Açores, mas não com as Forças Armadas nacionais, a sua inoperacionalidade numa guerra moderna ou as ideias obsoletas de utilização em caso de conflito. Isto é totalmente ignorado¹⁴³.

Em 1950 é o Reino Unido que, de várias formas, procura dar a entender ao Governo luso algo que sabe perfeitamente: as Forças Armadas portuguesas pouca uso terão numa guerra moderna e o crescimento quantitativo baseado no Exército não é a solução. Os adidos militares britânicos, nos seus contactos, procuram dar a imagem de que a preocupação nacional deve ser a modernização e atualização do comando, sendo que a atenção deve ser desviada para a Marinha e Força Aérea, isto é, os fatores de valorização do espaço atlântico. Quando o Ministro visita Londres, o embaixador Sir Ronald envia instruções para que lhe façam sentir que o verdadeiro esforço luso para a defesa do continente só acontece se houver um aumento dos meios aeronavais.

Isto é importante e faz ver que existe um abismo entre os militares nacionais e os da OTAN/NATO. Os portugueses só pensam em defender a Península, achando que as antigas e obsoletas divisões existentes podem defender os Pirenéus em conjunto com

¹⁴¹ ANTT AOS/CO/NE-17-1.

¹⁴² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.203.

¹⁴³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.203-204.

as obsoletas divisões espanholas. Os britânicos e americanos sabem que as Grande Unidades existentes na Península, 32 ao todo, sendo 10 portuguesas, de nada servem numa guerra atual e de nada vale criar outras. Em contrapartida, para estes o espaço atlântico luso e a melhoria qualitativa é importante, mas não para os portugueses.

As conceções são díspares, os documentos de 1935-1950 provam à exaustão que os militares nacionais não conhecem da pouca utilidade real do «exército de massas» para tudo o que não sejam questões nacionais. Só os contactos com a Aliança é que mostra aos melhores da futura geração que existe um fosso, relativo a questões militares, entre si e os restantes militares do Pacto. Um militar anglo-saxónico afirmou que as Forças Armadas nacionais dos anos 50 estavam mais perto das deles no início dos anos 30 e que em termos de treino, comando e logística, nem sequer isso¹⁴⁴.

Por detrás destas políticas de defesa nacionais, existe a preocupação da defesa da Península contra um inimigo político interno, algo que não pode ser discutido com a OTAN/NATO. Esta ideia, juntamente com a do «exército de massas» domina o pensamento estratégico e militar luso, sendo que os militares o encaram como uma forma de autovalorização e pelos políticos como uma forma de autodefesa¹⁴⁵.

O objetivo da ajuda militar é permitir o crescimento e modernização das Forças Armadas, dentro dos parâmetros admitidos pela OTAN/NATO, de modo a criar um dissuasor crível na Europa Ocidental. Mas para além disto, existe outro importante: o de modernizar e organizar as Forças Armadas das nações europeias segundo os padrões da Aliança, de modo a originar uma teia de interdependências que os mantenha ligados ao bloco Ocidental. Outro dos vetores é que a Organização deve manter forças equilibradas, algo que tem origem nos americanos e aprovado pela OTAN/NATO. No

¹⁴⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.204.

¹⁴⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.204-205.

entanto, isto não se aplicava aos países isolados, estes deveriam desenvolver as capacidades melhor adaptadas a cada um, obtendo forças nacionais desequilibradas¹⁴⁶.

Para os EUA, a ajuda militar a Portugal era imperativa. A razão para tal é que os estadunidenses conheciam a desconfiança dos governantes portugueses em relação à «internacionalização», à incompetência das chefias militares, independência das atitudes, relativas à estratégia em relação ao império e à Europa, bem como a importância política dos militares.

Portugal excluiu-se da primeira fatia de ajuda militar americana, porque os responsáveis lusos não fizeram pedidos concretos enquanto não arrancavam as negociações dos Açores. Na verdade, do lado dos americanos, o objetivo inicial era dar uma ajuda «reduzida». Esta falta faz com que a ajuda passe a zero, fazendo com que o nosso país não seja contemplado no documento aprovado no Congresso americano em setembro de 49. Este permite ao Presidente americano, Truman, assinar o Mutual Defence Assistance Act (MDAA), em outubro desse ano. O valor da ajuda é de 1314 milhões de dólares, que vão para os países OTAN/NATO, exceto Portugal.

Os EUA esperam um pouco e estudam uma tática interessante para o peculiar caso luso. Os adidos militares em Lisboa estão fartos de afirmar que o problema é a mentalidade vigente e a incompetência e falta de conhecimentos técnicos do comando. Os relatórios destes salientam o «extremo orgulho» nacional, o respeito pela hierarquia e pela idade. Sublinham a filosofia de educação que vigora no país, apontam a falta de iniciativa individual, existindo uma passividade por parte dos escalões intermédios, sendo a originalidade e a mentalidade criadora esmagada. As coisas mais elementares em Portugal têm de ser aprovadas pelas chefias e os oficiais de carreira rápido aprendem que a mentalidade independente e original são extremamente perigosos e não são

¹⁴⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.206-207.

aconselháveis a quem queira ter um bom futuro. Se o existe é preferível que seja disfarçado ou silenciado¹⁴⁷.

Esta ideia faz com que o adido militar americano na capital recomende que o futuro chefe do organismo de coordenação da ajuda militar seja um general antigo e muito condecorado, mesmo que seja fachada para que alguém mais novo possa exercer o verdadeiro cargo. Isto é, para os americanos conseguirem o que querem, poderem exercer o seu método normal e dar a primazia à eficácia, têm de respeitar a hierarquia, algo que dará muitos bons resultados no futuro¹⁴⁸.

Ao se aprovar o plano de ajuda militar, surge a organização central: o MAP (Military Assistance Program), que tem como responsável o Secretário de Estado, tendo como participantes o Departamento de Defesa e a ECA (Economic Cooperation Administration), isto é ativado em finais de 49. São criadas as organizações locais nas nações recetivas, sendo decidido que em cada país se cria um comité do MAP (o MAAG, Military Assistance Advisory Group), no papel este é coordenado pelo chefe da missão diplomática americana, mas, na verdade, é controlado por um militar. Nisto, cooperam também os agentes da ajuda económica e os responsáveis das relações públicas, informações e propaganda, elementos essenciais em todo o programa. O peão mais importante do MAP é o representante militar, sendo ele o coordenador de uma grande equipa que chega aos 50 elementos, no caso luso, até às largas centenas, no caso de França.

A missão destes elementos é muito mais que «entregar a ajuda militar» ou «treinar as FA», a principal é política. Promove uma reorganização destas, coordena o esforço de rearmamento, observa se este é compatível com os planos aprovados da NATO, confirma o uso final e propõe programas de treino para atualizar as táticas e métodos de gestão. É de grande envergadura esta missão, algo que tenta integrar, de forma

¹⁴⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.207.

¹⁴⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.207-208.

segura, o país recetor da ajuda no sistema ocidental e nas missões dadas a estes pelos EUA.

A Aliança arranca com o Canadá, Reino Unido, França e Benelux, já que são a prioridade militar. Num segundo plano, está a Itália, Grécia e Turquia, por causa da pressão comunista. Portugal fica de fora¹⁴⁹.

Em finais de 1949 decorrem os primeiros contactos entre o Estado-Maior luso e o pessoal do MAP, em Londres e Paris em reuniões, tendo um âmbito exploratório. O principal objetivo destas é facilitar o arranque das negociações por causa das ilhas açorianas. Num documento enviado ao pessoal do MAP é relatado que nos países recetivos de ajuda, mas em que os EUA têm planos para terem direitos de bases, é necessário «procurar uma aceitação destas facilidades através de negociações bilaterais, antes de lhes fornecer ajuda militar»¹⁵⁰.

No entanto, tudo isto é preliminar, é necessário esperar pela Guerra da Coreia para se ver os primeiros planos de ajuda militar americana que abrangiam Portugal. Tal deveu-se à mudança política dos EUA e à multiplicação do nível de ajuda militar. Assim, o Governo de Salazar apresenta o documento para a ajuda, a seguir os americanos arrancam com a formação do MAAG de Lisboa.

Em agosto do mesmo ano, 1950, uma missão para a ajuda militar americana a Portugal é criada em Washington, que por sua vez, parte para Londres onde recebe instruções do MAP na Europa. Esta missão é dirigida por Eli Stevens do SD (State Department), tendo como responsável militar o coronel William Lee. Esta vinda foi combinada pelo General Barros Rodrigues a quando de uma visita à capital norte-americana no âmbito da OTAN/NATO.

Esta permanece em Lisboa durante um mês, de finais de agosto a finais de setembro, esclarecendo aos nacionais o objetivo do aumento da ajuda. Explica que uma guerra

¹⁴⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.208.

¹⁵⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.208-209.

geral não deve acontecer até 1954, na Europa, mas que acontecimentos idênticos à da Coreia podem se tornar reais noutros sítios, como em Berlim, indicando que a principal premissa americana, para já, é pôr a indústria de defesa a laborar numa base alargada e fazer nascer, até esse ano, as forças para resistirem a um ataque Soviético, desenvolvendo o treino e as instalações para esse fim, sendo requisitado a todos os países da Aliança que faça listas concretas das suas necessidades. Os americanos ouvem os portugueses e deparam-se que estes são irrealistas e têm uma falta grande de conhecimento técnico, sendo que a exceção é a Marinha, que desde há muitos anos tinha contacto com o Reino Unido, sendo pequena, mas relativamente moderna e com um pensamento diferente¹⁵¹.

O General Federico Lopes da Silva, dá aos americanos um lista com as «deficiências da Força Aérea». Nesta, o oficial diz que só é necessário fornecer peças para os Hurricanes e Spitfires, caças britânicos da 2ª Guerra Mundial e que já estavam obsoletos, aqui se mostra que o objetivo deste ramo, que ainda não era um ramo independente dentro das Forças Armadas, é a substituição destes por «melhor equipamento», mas esclarece-se que o P-51 Mustang é a melhor opção de substituição. Os americanos ficam mal impressionados com tal, pois sabem que os caças portugueses e aqueles que pedem como substituto de nada servem neste novo tipo de guerra. A premissa inicial americana para a Aeronáutica lusa era equipar esta com caças a jato, mas ficam surpresos com este pedido, ainda, a hélice. O Exército continua a bater na mesma tecla, o crescimento de 15 divisões sem qualquer preparação qualificativa. A Marinha, como já foi referido, tem um bom discurso, sendo que afirma que têm problemas de atualização tática, organização e modernização da força¹⁵².

Com isto, o pessoal do MAP sabe que o caminho a trilhar irá ser lento. Nota-se uma mudança de intenções e de clima político, sendo que muitos militares nacionais acham que a guerra vai começar em breve. O general Abranches Pinto, Ministro do Exército,

¹⁵¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.209.

¹⁵² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.209-210.

reage positivamente ao envio de tropas lusas para a Coreia, afirmando que a Europa necessitava dos EUA para se defender. Este ministro é visto como um dos «amigos dos EUA», que ascendem com a OTAN/NATO, tendo um pensamento diferenciado do normal. Os americanos tinham uma esperança que o programa de treino impulsionasse a rápida promoção desta nova geração.

Os contactos de Santos Costa com os adidos militares dos EUA, tornam-se mais recorrentes em finais de 1950. Santos Costa evita outros contactos destes com o resto da hierarquia militar nacional, mesmo em termos de vida social. Os americanos têm a tática de não criticar de frente o irrealismo militar luso referente ao Exército, e nunca revelar a sua opinião referente às 8 a 10 divisões que os portugueses continuam a achar que estarão prontas a combater após algumas semanas depois da guerra começar, sendo que os norte-americanos riem-se entre si, mas não referem nada. O Coronel Fields e outros, salientam que a ajuda tem de começar por algum lado, sugerindo que esta começa-se por formar técnicos, dando prioridade à Marinha e à Força Aérea, usando argumentos «inocentes», como a sua formação ser mais complexa e demorada, levando a que se tivesse de arrancar o mais precocemente¹⁵³.

Esta aproximação, que permite estabelecer, no final deste ano, os alvos para a ajuda americana no FY51 (Fiscal Year 1951).

Os EUA insistem, por agora, em dar importância ao desenvolvimento aeronaval, usando os argumentos técnicos e aproveitando o facto de, segundo os lusos, o rearmamento do Exército estar «mais avançado». Resultado desta aproximação é a inversão dos desejos do Ministro. A ajuda militar inicial começa com 40 milhões de dólares para a Força Aérea, a mesma quantia para o Exército e 65 milhões para a Marinha, isto serve de cerne ao acordo para o arranque do programa MDAP, assinado em janeiro de 1951. Isto faz com que o General Eisenhower visite o nosso país nesta altura¹⁵⁴.

¹⁵³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.210.

¹⁵⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.211.

3.2. O MAAG de Lisboa

O MAAG de Lisboa foi dirigido, numa primeira fase, pelo brigadeiro Frank Camm e estava presente nas instalações da Alemanha, na rua Pau de Bandeira, nº 11. Os coronéis Lee e Torrey dão a conhecer os propósitos do MAAG ao Ministro da Defesa. Santos Costa acorda com tal e ordena de imediato um quadro de 46 elementos americanos, permitindo o seu aumento futuramente. Mas revela que os contactos do MAAG com os níveis inferiores devem ser feitos através dele, pois Santos Costa esclarece que isto se deve «a limitada disciplina e a variedade de ideias típicas do carácter latino» que podiam dar azos a desacordos, se fosse feito o contrário. Como exemplo, o Ministro refere-se à Marinha. Aos americanos foi referido que necessitava de 67 navios, quando, na verdade, não conseguiria equipar as 17 unidades que atualmente possui. Isto era uma crítica aos EUA, pois estes beneficiavam a Marinha na atribuição de ajudas, mas ao mesmo tempo, indica a reduzida “mentalidade naval” de Santos Costa.

O Ministro não sabia era o nível de ajuda que tornaria ineficaz os seus planos, a curto prazo, e canalizar todos os contactos através de um sistema mal organizado e carregado¹⁵⁵.

No início, os americanos têm cuidado para seguirem o que Santos Costa pediu, não criticando os planos lusos. Tal deve-se à recomendação de Washington: não se deve fazer nada que possa dificultar as negociações dos Açores, pois estão bem encaminhadas, mas não concluídas. Na realidade, o plano de ajuda baseava-se num acordo de cavalheiros em que se iria ceder direitos nos Açores, pelo que não se concretiza sem as negociações terminarem.

Com esta interrupção, o MAAG aproveita para iniciar a sua própria tática para abordar o «problema português» e para estabelecer contactos discretos, com a colaboração de

¹⁵⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.211.

Xanthaky. Esta tática é um simples aprofundamento do que já se estava a fazer: criar um mínimo de unidades e desviar os recursos do Exército para a Força Aérea e Marinha. Isto só foi conseguido ao concentrar a ajuda militar numa só unidade e deixar que o tempo e o exemplo fizessem o seu trabalho e mostrassem que as outras unidades de nada valiam. Ao mesmo tempo, deveria ser evitado o crescimento do Exército, pois mais valia modernizar o que já existia e depois se veria. Faz-se os cálculos e vê-se que o país pode ter um orçamento de defesa entre os 65 e os 75 milhões de dólares, mais do que os 44 milhões previstos no orçamento de 1951.

Os portugueses só pensam a nível qualitativo, pois desconhecem os custos de manter uma unidade moderna e como esta é caracterizada. O principal, para os americanos, é o treino e a formação dos níveis intermédios, onde existem as maiores dificuldades. Os militares nacionais não têm a noção que o seu sistema logístico quebra nas primeiras horas de um conflito bélico real, ao mesmo tempo, os seus esquadrões de caças a hélice, que são obsoletos e sem nenhuma utilidade, não têm manutenção devida para entrarem em combate. Os militares americanos vêm que dezenas de especialidades militares técnicas estão em falta nas Forças Armadas lusas e que são essenciais para a modernização militar. Entra assim em Portugal a Revolução militar da 2ª guerra mundial.

Esta organização chega à conclusão que para ensinar “esta modernidade”, necessita primeiro de dar formação e criar «ilhas de eficácia» neste mundo de tradição. Isto implica que Portugal receba equipamento durante alguns meses, mesmo que não cumpra os critérios aprovados pelo MDAP para a sua receção, armazenamento, uso e manutenção. Em Paris (onde está a organização que coordena o MAAG de Lisboa) está par da situação e aceita tal, por enquanto, pois é necessário ter em conta a tática muito particular a aplicar em Portugal¹⁵⁶.

O Ministro desconhece a tática americana. Para ele, a ajuda tem perigos, por isso quer limitar os contactos com os escalões altos da hierarquia. Na verdade, a «revolução serena» que os americanos estão a protagonizar é de baixo para cima e não o contrário,

¹⁵⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7, p.212.

mesmo que Santos Costa não se aperceba disso. No entanto, este sabe que tem de aceitar estes perigos para conseguir fortalecer a política de defesa aprovada, que seria a consolidação das 8 divisões e depois, a curto prazo, passar a 10 divisões de infantaria e a 1 de blindados. Isto evidencia a razão por que Portugal, ao contrário do resto dos aliados, querem aumentar o número das suas divisões ligadas à organização.

Portugal insiste junto da Aliança, que o Plano de Defesa de Médio Prazo desta preveja que o país tenha preparado, até ao final de 1952, 1 Divisão de campanha e 3 territoriais; algo que até 1954 deve ser aumentado para 8 Divisões. O MAAG não discute tal insistência, em vez de tal, insiste que os planos anuais de todos os ramos das Forças Armadas lusas sejam revistos em conjunto para analisar ano a ano qual o material a fornecer. Estes tinham de ser acordados com os objetivos já cumpridos e não com os planos teóricos. O Ministro vai mais longe, e dá uma concessão, pois aceita que se adapte a orgânica das Forças Armadas lusas aos padrões NATO, mas acrescenta que é necessário manter a «índole, tradição e organização» dos portugueses, algo vago com esperando impedir a aplicação de tudo que não lhe agrade.

Os primeiros militares a irem para a formação, em número significativo, partem no segundo trimestre de 1951. No entanto, alguns oficiais já tinham frequentado diversos cursos no estrangeiro antes desta data¹⁵⁷. Estes vão ter diversos cursos, desde manutenção de equipamento, administração e cursos de Estado-Maior e de especialidades. Os grandes beneficiados de tal serão a Marinha e a Força Aérea, esta última estava prestes a tornar-se um ramo independente.

Os primeiros oficiais deste ramo a frequentar cursos nos EUA, fazem-no em Abril de 1951. Ao mesmo tempo, uma delegação militar americana vem a Portugal para analisar e examinar as condições das pistas e bases aéreas, mas também, todo o sistema de treino, manutenção, logística e comando. Os lusos admiram-se com o ritmo e estilos

¹⁵⁷ Ordem do Exército nº5/50 de 13 de fevereiro. O.E. II Série. 5 (50-13-02) 235; Ordem do Exército nº12/50 de 13 de setembro. O.E. II Série. 12 (50-13-09) 606-607; Ordem do Exército nº15/50 de 2 de dezembro. O.E. II Série. 15 (50-2-12) 756-757; Ordem do Exército nº15/50 de 6 de dezembro. O.E. II Série. 15 (50-6-12) 757; Ordem do Exército nº1/51 de 7 de fevereiro. O.E. II Série. 1 (51-7-02) 4-5; Ordem do Exército nº2/51 de 7 de fevereiro. O.E. II Série. 2 (51-7-02) 112 e Ordem do Exército nº2/51 de 21 de fevereiro. O.E. II Série. 2 (51-21-02) 112-113.

americanos, mas também, surpreendidos, de forma positiva, com a sua diplomacia, pois raramente fazem comentários negativos. Os mais ingénuos dos militares dizem mesmo que os americanos ficaram «muito bem impressionados» e «gostaram muito» do que encontraram no país¹⁵⁸.

O Exército, ao contrário do que era pensado pelos portugueses, recebe uma ajuda modesta, mas a diferença qualitativa é imensa. Nos inícios de 1951, por exemplo, corta-se com a anterior prática de treino, chamando-se de uma só vez todos os recrutas do ano, em vez de duas levadas semestrais, numa época em que se prevê uma grande mudança de todo o esquema de treino e formação. Em Abril do mesmo ano, chega o primeiro equipamento americano: um pequeno lote de 54 lança-chamas¹⁵⁹.

O impacto desta fase inicial da ajuda americana é grande, mesmo que de forma modesta. Os oficiais que vão frequentar os cursos são os mais promissores da sua geração, e quando voltam, veem impressionados e conscientes agora de um desnível qualitativo que antes não conseguiriam avaliar.

Humberto Delgado, por exemplo, chefiou, em Outubro de 1951, uma missão militar lusa para assistir a operações da NATO, concretamente às manobras da 2ª Divisão Americana estacionada na RFA (República Federal da Alemanha). O relatório do oficial é revelador do embate de mentalidades que os contactos com a Aliança representam. Humberto Delgado relata o seguinte: «assisti às manobras mais interessantes e sérias que me foi dado a ver até hoje», algo que é significativo, pois este oficial foi o que mais contactos manteve com o Reino Unido. No entanto, faz comparações gerais, muito ao nível sociológico: «o Exército americano vive muito pouco do artifício da intelectualidade que caracteriza o latino»; «por educação, ao contrário dos latinos, a vida social é muito mais despida de crítica negativa permanente e os contactos entre os homens mais simples e

¹⁵⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.213.

¹⁵⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.213-214.

fáceis». O resultado é uma crítica ao estado do Exército nacional, com a recomendação que se enviem para o estrangeiro o maior número possível de oficiais.

Os contactos internos do MAAG também foram bastante importantes. Em meados de 1951, já se encontravam no país 36 militares americanos, dos 46 autorizados, eram todos especialistas e a sua missão inicial foi estudar os aspetos técnicos da organização das Forças Armadas a todos os níveis: 12 para o Exército, 7 para a Marinha e 11 para a Força Aérea, para além de organizarem o MAAG. Mal este levantamento começou, foi notado que não era possível fazer aquilo que o Ministro da Defesa pediu, algo que era de esperar. Os militares do MAAG passam a ter contacto direto com os níveis intermédios por todo o país. Apontam os erros de organização, sempre de uma forma técnica, algo que é um importantíssimo trabalho de sapa, do qual não tem a impressão do quanto importante é¹⁶⁰.

Este trabalho interno do MAAG fez com que centenas de oficiais lusos, que receberam a sua formação no estrangeiro, criassem rapidamente escolas de treino aos mais diversos níveis no país. Aos poucos, estes oficiais foram tomando consciência da opinião americana, mas que não revelavam e que estava presente em todos os seus atos: as Forças Armadas que existiam pouco serviam em caso de conflito, sendo que uma das principais faltas estava nas chefias. Assim a «Revolução Serena» estava em marcha¹⁶¹.

3.3. O Exército e a Aliança

3.3.1. O Exército antes de 1949 e as opiniões britânicas e estado-unidense

O Exército estava dependente do Ministério da Guerra, que desde 1944 tinha como chefe máximo Santos Costa. O seu alto comando era dirigido por duas personagens tradicionais e que tinham toda a lealdade desta instituição em tempo de crise. O

¹⁶⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.214.

¹⁶¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.214-215.

primeiro era o Major-General Passos e Sousa, já de idade avançada, doente e monárquico; o outro era o General Barros Rodrigues, Chefe de Estado-Maior do Exército, que queria ser o sucessor do primeiro, mas Salazar não deixou, no entanto, manter-se-ia no cargo até 1955. O Major-General era o trunfo do ditador português de manter o apoio monárquico ao regime. O comando deste ramo das Forças Armadas era já antiquado: tinha 18 generais com idades entre os 60-63 anos, sem experiência de comando em combate e sem participarem numa campanha desde o tempo do primeiro conflito bélico mundial.

O corpo de oficiais estava dividido em três grupos: uma minoria que estava centrada no Estado-Maior e na cavalaria, a minoria do quadro permanente e que tinha possibilidades para se dedicarem à profissão, tendo gosto por esta carreira. A maioria no quadro, que tinha de ter outra profissão para sustentar a sua família, sendo que a regra das remunerações dizia que eles só cresciam nos escalões mais elevados. E, finalmente, o grupo maioritário de milicianos, que aumentou em número a quando da guerra e que devia enquadrar as novas unidades a formar em caso de mobilização.

A nível político, maior parte dos oficiais apoiava o Estado Novo, havia uma minoria de simpatizantes da Oposição Liberal, e depois das purgas e da desmobilização após a Guerra, o PCP deixou de ter influência nas Forças Armadas. Os dois grupos principais, políticos, eram os republicanos e os monárquicos, sendo notáveis outros, mas mais subtis. Em termos de gerações havia três escalões: o alto-comando, formados na 1ª Guerra Mundial e com fortes ligações ao Reino Unido. O segundo era a geração intermédia, os «incondicionais» de Salazar e adeptos do Ministro da Guerra, Santos Costa, e que correspondiam aos tenentes do 28 de maio. E a nova geração, que ponha em dúvida a filosofia política do Regime luso e que admirava a técnica e pragmatismo estado-unidense¹⁶².

Este organismo era uma corporação por excelência, em que o critério de eficácia era de pouca importância e onde o respeito pelo individualismo não existia. As duas grandes

¹⁶² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.230.

premissas de promoção eram a capacidade de aguentar e reproduzir regras muito particulares de funcionamento e a lealdade ao regime. Os aspetos mais importantes, e com valor, eram o patriotismo, o respeito pela disciplina e a defesa dos valores corporativos da instituição. Não tinham mentalidade técnica, nem espírito competitivo, sem iniciativa, e se esta existisse teria de ser contida para não prejudicar a sua carreira. Isto era algo crónico num Exército que tinha tido a sua última campanha no longínquo ano de 1918, em que se tinha saldado como uma derrota, e que desde aí só realizava ações de defesa interna da ditadura e raras operações nas colónias africanas¹⁶³.

A capacidade deste órgão, antes da formação da OTAN/NATO, era bem analisada pelos documentos dos adidos anglo-estado-unidenses, sendo relatórios curiosos, já que se iniciam com análises diferentes para chegarem ao mesmo resultado. Tal revela bem os temperamentos e características nacionais diferentes do Reino Unido e dos EUA, sendo a opinião dos primeiros fina e bem informada, valorizando fatores psicológicos e de mentalidade coletiva; a dos segundos é pragmática, factual, organizativa e técnica.

O adido militar britânico, em primeiro lugar, elogia o soldado luso, usando o vocabulário do Lorde Wellesley, Duque de Wellington, que afirmara que este soldado era «entre os melhores» quando bem treinado e bem dirigido. Ao contrário dos oficiais, que se consideravam ter qualidade baixa, não se registando exercícios acima da categoria de batalhão e não existindo preparação para a guerra moderna.

Esta análise afirmava que o Estado-Maior tinha os melhores oficiais, mas que não tentava trabalhar a deficiência básica acima referida, por causa de dois motivos: não tem meios financeiros e conhecesse o uso deste, que era sobretudo um elemento de estabilidade interna, sendo que para tal era bastante o que existia. Numa avaliação posterior, os britânicos são essencialmente contundentes e precisos: «O Estado-Maior segue como modelo as tradições francesas, e tende a ser muito rígido, o que é realçado por algumas fortes características nacionais, como a cautela, a indecisão e a falta de confiança em si próprio. Segue-se escrupulosamente um rígido código de procedimento,

¹⁶³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.230-231.

que implica que os problemas são passados para o escalão superior, desenvolvendo-se a falta de iniciativa dos mais novos, que evitam a possibilidade de tomarem uma decisão errada ou estúpida.»

Este relatório afirma que, em larga medida, o que aprende o oficial luso é a sobrevivência no meio da burocracia e corporativa onde se move, o que implica ter palas nos olhos e fazer o que só lhe é pedido e claramente ordenado e, sempre que possível, descartar a responsabilidade. O alto-comando do Exército sabe que não consegue orientar uma guerra moderna, mas não está preocupado com tal coisa. Os escalões intermédios querem aprender, mas têm receio da falta de experiência e da qualidade das chefias superiores; os soldados são da «velha escola», obedientes e pacientes, mas sem imaginação e iniciativa, dependendo sempre dos seus superiores, sendo que entram em pânico quando não há uma direção firme e competente¹⁶⁴.

O adido ainda salienta que o aumento no grupo dos escalões superiores, de 75%, reforça a lealdade do corpo de oficiais ao regime, sendo que não há que esperar surpresas, pois a infiltração da oposição é mínima, após várias purgas. Concluiu-se que o Exército é uma força de ordem interna, tendo os oficiais pouco treino acima do nível de companhia e desconhecimento de todas as necessidades da guerra moderna, não tendo capacidade de intervenção num conflito externo.

O marechal Montgomery, visitou o nosso país em 1948, e afirmou que o nosso Exército precisaria de pelo menos um ano, depois da mobilização geral, para formar uma força expedicionária moderna, tendo todo o apoio externo e sendo reduzida a uma ou duas divisões. A sua proposta era a criação de uma «divisão de treino», que seria uma espécie de escola de treino para a guerra moderna, cortando com a inércia vigente, tendo tido um apoio grande das novas gerações e uma receção fria das altas chefias.

O relatório estado-unidense afirma que a capacidade do Exército para intervir numa guerra moderna é nula, mas diz que a principal razão é a deficiência no armamento pesado, na motorização, no treino, na logística e na manutenção e não os fatores

¹⁶⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p. 231.

referidos no documento britânico, a organização, comando e mentalidade. A apreciação é mais otimista do que a anglo-saxónica, em que diz que o Exército português pode ser útil, no máximo, numa «luta defensiva estática e limitada»¹⁶⁵.

3.3.2. A OTAN/NATO e os Planos de Defesa Nacional

A quando da aprovação do MDTP, Medium Term Defense Plan, o plano de defesa a médio prazo, o objetivo era alcançar cerca de 50 divisões na frente central até 1954, usando um método primário: cada país tinha um alvo próprio, de modo a alcançar essas 50 divisões. Isto significava que se aceitou o que cada país dizia ser real, não havendo forma de comprovar tais afirmações.

O nosso país pensava em ter os meios para originar cerca de 11 divisões e equipar por completo 8, o que faz com que Santos Costa diga nas primeiras reuniões da Aliança que Portugal se compromete a defender o seu território, criar 3 divisões para a defesa da linha dos Pirenéus e colocar à disposição da NATO uma divisão, que em 1954 poderia ser elevado a 5. No total, Portugal tinha planos para criar 10 divisões, o que dá duas para o território continental; três para defesa da linha da península, os Pirenéus e cinco para a Aliança, incorporada numa força de campanha que poderia participar em missões na Europa. No entanto, o MTDP tinha como previsto só uma divisão para o nosso país, deixando as outras quatro para mais tarde¹⁶⁶.

Estes planos nacionais são afirmados na diretiva designada «O Esforço Militar Português», de 1951, e com origem no ministro da Defesa. Nesta é afirmado que Portugal pode mobilizar 557022 homens, no entanto, só conta com 10262 sargentos e 8906 oficiais só podendo congrega 300 mil; as primeiras oito classes, 250 mil homens, podem ser mobilizadas pelo governo, sendo que com estes efetivos pode-se formar 10

¹⁶⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p. 232.

¹⁶⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp. 232-233.

divisões de infantaria e 1 blindada. Há armamento ligeiro e de artilharia para dez divisões, sendo que o material de engenharia só dá para cinco e o de transmissões para três. O ministro realça o esforço empenhado desde 1936 na defesa, e que desde aí, até 1951, foram gastos 166 milhões de dólares na compra de armamento.

Este documento ainda afirma que o nosso país assumiu os objetivos, patentes no MTDP, de criar uma divisão de campanha, a formar em França, três destas unidades militares mas de caráter territorial, a usar nos Pirenéus, e forças de guarnição do continente. O ano de 1952 foi o proposto para estas forças estarem disponíveis, sendo possível mobilizar mais quatro divisões de campanha até 1954.

Para consumo interno, o ministro dizia que esta oferta era para levar de uma «forma hábil e subtil» a Aliança a apoiar a mobilização de mais quatro divisões modernas e de pressionar esta a ter um acordo de defesa da península com a Espanha. Este documento ainda fala da formação de 2 tipos de divisão: a territorial, ou tipo português, TP, e a de campanha, ou formato americano, TA. Em março de 1951, é enviada outra diretiva ao Estado-maior do Exército, a referir as diferenças entre ambos os conceitos, que está presente no número de carros de combate e meios motorizados, afirmando Santos Costa que a TA usa 132 carros de combate e a TP só 66. Em meados de 1951, e a partir disto, o EME começa a estudar as novas orgânicas das novas unidades militares¹⁶⁷.

Este organismo rapidamente vê que aquilo a se designa de «divisão» não têm a ver com o conceito estado-unidense, e que a diferença não é só no número de carros de combate, na verdade, é todo um grupo de conceitos, que, em última instância, corresponde a sociedades muito diferentes, estando em causa o tipo de guerra que ambos os lados pensavam. O Estado-maior, descobre para sua surpresa, que as divisões estado-unidenses têm muitos mais técnicos especializados, que o número total de estes homens no exército português todo.

Ao mesmo tempo, vê-se que mais de 300 especialidades do exército dos EUA não existem no nosso exército, desconhecendo até algumas. Isto tudo faz com que os planos

¹⁶⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.233.

de Santos Costa sejam revistos, e fosse ridicularizado o plano de constituir quatro divisões até ao ano de 54. Mas, o ministro continua a insistir nela, como uma teimosia pessoal. Em julho, Santos Costa escreve ao MAAG de Lisboa a dizer que Portugal era capaz de formar duas divisões TA, sendo que outras se seguiriam em curto prazo de tempo.

É importante ver que onde se conclui que os planos são irrealistas é no nível superior militar e técnico, nas dependências técnicas do EME. O ministro continua a insistir numa tese irrealista e bizarra, enquanto o órgão mais alto do Exército sabe perfeitamente que nem unidade militar do estilo estado-unidense pode ser formada, já que falta tudo, começando pela própria mentalidade militar¹⁶⁸.

3.3.3. A Aliança começa a fazer efeito

As ações da OTAN/NATO só se sentem na segunda metade de 51, quando aparece o MAAG e chega o material dos EUA no âmbito do Acordo dos Açores¹⁶⁹, sendo o mais importante impacto a nível dos planos gerias e da organização.

No início deste ano, o Exército ainda tem as alucinações do ministro no que se refere aos planos para a Aliança, no entanto, já há gente que ponha em dúvida os alvos globais, bem como o irrealismo destes. O general Abranches Pinto produz uma das análises mais completas sobre a ação do nosso exército na Europa, a curto prazo. O primeiro impacto é que o exército luso não têm forma de defesa contra uma ofensiva que passe a linha pirenaica, mas que também, não se deve diluir as forças portuguesas numa defesa além-Pirenéus. Na verdade, deve-se criar a linha defesa nesta região montanhosa, pois após esta não é possível criar outra antes de Portugal (lembrando a tática usada em Itália na

¹⁶⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p. 234.

¹⁶⁹ Ordem do Exército nº4/52 de 20 de junho. *O.E. I Série*. 4 (52-20-06) 309-314.

2ª guerra mundial). Assim, os Pirenéus, a Mancha e os Alpes eram as linhas de contra-ataque de defesa da Europa.

O general sabe que isto não pode ser argumentado dentro da Aliança, pois os outros países europeus não aceitariam. Sendo assim, é necessário fazer-se um acordo com a Espanha, fora do âmbito da OTAN/NATO, para tal acontecer, não excluindo a ideia de enviar divisões lusas para França, mas sabe-se que tal implicaria a criação de uma forma diferente de unidade, as designadas «divisões tipo Pacto Atlântico», com características da Aliança. Abranches Pinto é da opinião que não vantajoso para Portugal a ingressão do país ao lado na Aliança, pois assim Espanha enviaria as suas forças para Europa continental e desistiria da defesa pirenaica. Mas não acontecendo tal, o nosso país não pode esperar que receba material moderno para a defesa deste sistema, por isto, era necessário aceitar a deslocação de uma pequena força lusa para França, integrada na Organização.

O oficial general, de seguida, analisa as forças que devem permanecer em Portugal. Estas devem ser agrupamentos móveis, no âmbito de regimentos reforçados, para a defesa de ataques aéreos, golpes de mão, ou operações relâmpago aerotransportadas. No total, eram 6 ou 7 agrupamentos destes por todo o país, equivale a 2 divisões reforçadas, completadas com as defesas antiaéreas e de costa. Este estudo é igual ao pensamento oficial.

É um ato de lucidez achar que o nosso país não tinha forma possível de defesa nas fronteiras, mas também que a Linha do Reno não iria aguentar com as forças existentes em 1951. Os responsáveis lusos revelam mais as suas bizarras quando pensam que as forças ibéricas, que estão completamente ultrapassadas, podem ter força para manter uma defesa estática de uma linha de centenas de quilómetros, contra um adversário numericamente e qualitativamente superior.

A filosofia de Abranches Pinto desviava-se da de Santos Costa numa parte: a força enviada para França era pequena e só servia para justificar a ajuda; na visão oficial, era necessário afirmar-se a possibilidade de criar uma força expedicionária de 5 divisões, mas sem compromisso sobre o local de uso desta em caso de guerra. Isto era visto como

uma forma «mais hábil» de aumentar a ajuda recebida, desviando assim equipamento e armas para todo o exército¹⁷⁰.

O problema era criar unidades militares modernas, as divisões «NATO» ou TA, segundo os portugueses, deveriam ser usadas num exército britânico, mas no esquema OTAN/NATO, os exércitos do Reino Unido operavam no Norte da Alemanha e retiravam para a Mancha. Isto fazia com que as forças lusas tivessem longe da cordilheira pirenaica e que as linhas de abastecimento destas fosse no sentido sul-norte, o que cortaria as linhas logísticas da Organização, pois estas eram oeste-este¹⁷¹.

Ao aperceberem-se que as suas forças irão ficar longe dos Pirenéus, os portugueses retiram-se da ideia britânica e aceitam que as forças nacionais em campanha sejam integradas no exército estado-unidense presente no sul de França, em Bordéus. Isto faz com que, em caso de retirada, esta força se vá juntar às forças lusas destacadas na linha pirenaica no âmbito do acordo com a Espanha. Ao aceitarem que estas forças de campanha se integrem num corpo de exército dos EUA, elas tem de adotar a organização, o equipamento, as regras de treino, operações e a logística estado-unidense. Isto leva ao início do designado «período americano» do Exército, contra as chefias nacionais, mas imposto pelas circunstâncias.

Uma das primeiras ações do MAAG foi o de acompanhar e resolver estas discussões internas, pois os oficiais estado-unidenses deste organismo afirmam que se as divisões nacionais integrarem um exército seu, devem ser idênticas em tudo a elas. Estando isto aceite, os Estados Unidos começam com a formação de técnicos nas suas escolas, numa escala a que os nacionais não estão familiarizados: só em julho de 1951 são enviados para os EUA 30 oficiais do nosso exército para diversos cursos, ao mesmo tempo, dois consultores estado-unidenses procedem a um levantamento completo da indústria de defesa, bem como outros especialistas estudam os diversos aspetos da organização militar lusa, com foco na formação e serviços de apoio. Sendo que aquilo que o ministro

¹⁷⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.235.

¹⁷¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.235-236.

pensa, uns camiões e carros de combate a mais, vai se tornar na alteração total e radical da filosofia do Exército português¹⁷².

As conclusões iniciais do MAAG são as seguintes: as grandes unidades militares nacionais, as divisões, só existem em nome, pois possuem um armamento muito variado, uma logística deficiente, uma quase total ausência de equipamento de engenharia e comunicações, tem um treino inadequado a todos os níveis, uma grande falta de capacidade de comando e grandes limitações de transporte e mobilidade. Isto vai de encontro ao relatório do MAAG para o ano de 1951: «Não é de esperar que o atual Exército português se porte bem em combate, pois tem um comando antiquado e fraco nos graus superiores, não têm experiência de guerra moderna, está mal equipado, está mal treinado e não possui sequer um espírito batalhador»¹⁷³.

A primeira prioridade do organismo é uma que os portugueses nunca ligaram: a revitalização do corpo de oficiais, feito a partir de um intenso programa de treinos, tendo como objetivo o afastar das chefias militares mais velhas, mas que só pode ser possível a partir de uma estreita ligação entre o MAAG e a direção militar. Uma das formas é através do equipamento e treino da divisão TA. Segundo o MAAG, não é só criar uma nova unidade, mas sim que ela se forme como uma grande escola de uma geração de militares lusos formados pelos estado-unidenses, tendo uma mentalidade completamente nova.

O organismo da NATO pressiona os portugueses para que enviem para formar para a divisão «NATO» oficiais novos e competentes, chegando a estabelecer limites de idade e critérios de seleção com base em testes estado-unidenses. Isto vai alterar completamente os conceitos presentes no nosso país, pois a escolha dos militares baseava-se em aspetos políticos e de equilíbrio nas graças das chefias governamentais. Portanto, há duas visões sobre as funções da divisão TA: do lado português, é a forma

¹⁷² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.236.

¹⁷³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.236-237.

de cumprir os preceitos da Aliança e o preço a pagar pela ajuda militar. Do lado estado-unidense, uma forma de mudar a filosofia, organização e os objetivos do Exército luso.

No final das primeiras semanas de atuação do MAAG, Santos Costa já caiu em si e reparou que é impossível criar 5 divisões TA em poucos anos. Sendo assim, procede a uma oferta intermédia: a criação de 2 divisões imediatas, de forma a originar um Corpo de Exército. Os estado-unidenses recebem tal proposta de uma forma fria, sendo que a sua opinião é de que se deve formar uma única, algo que é impossível, pois faltam milhares de técnicos e centenas de especialidades. A forma de convencer os portugueses é de fazerem uma lista em que se demonstre como se cria uma divisão moderna em termos de equipamento e técnicos, deixando que os números falem por si¹⁷⁴.

A qualidade do equipamento dos Estados Unidos espanta os nacionais, que só teriam como referência o armamento britânico de cinco anos atrás. Só para se ter uma ideia: os carros de combate Cromwell britânicos, os veículos blindados mais modernos usados pelas forças nacionais neste período, pesavam 27 toneladas e tinham uma peça de 75 mm; já os carros de combate M-47¹⁷⁵ estado-unidenses, muito mais modernos que os britânicos Cromwell, pesavam 46 toneladas, mas tinham uma peça de 90 mm. O resto do material que vêm com a ajuda militar dos Estado Unidos é melhor do que existia no nosso país, fazendo com que os militares nacionais reconhecessem a qualidade deste material¹⁷⁶.

No final de 1951, o MAAG afirma que «Portugal não vai cumprir o seu compromisso com o MTDP», esclarecendo ainda, que o nosso país não terá sequer uma divisão NATO formada antes de 1954, sendo que o MAAG aceita isto com naturalidade. A conclusão é que não é importante pressionar Portugal para cumprir o que assumiu de livre vontade, mas sim, o contrário, continuar o esforço de criar uma única grande unidade moderna e

¹⁷⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.237.

¹⁷⁵ Anexo 1, fotografia 1, 2 e 3, Apêndice 1, fotografia 1 e 2.

¹⁷⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.237-238.

evitar os desvios de recursos da Força Aérea e da Marinha para o Exército. O MAAG receia tal, pois tem medo que Santos Costa ao aperceber-se da irrealidade dos seus planos faça exatamente isso¹⁷⁷.

O MAAG não critica abertamente a criação de 10 ou 15 divisões, mas insiste na formação de uma só, não estando só a alterar a filosofia e organização do Exército, mas, também, a mudar a política de defesa nacional. Sendo que a divisão a criar não pode ser improvisada, e não é uma tarefa onde se possa comprar tempo com muitos gastos, o MAAG pode assim afirmar que Portugal não precisa de mais equipamento e armamento moderno para o Exército, pois o problema é a falta de preparação. Assim, é quase inevitável haver um deslocamento de recursos para a Força Aérea e para a Marinha, e logo, a alteração do equilíbrio das capacidades operacionais e da estrutura da força armada. Isto leva a uma mudança na estratégia da política de defesa nacional, passando ela para um âmbito mais aeronaval, que tem como alvo o espaço atlântico nacional¹⁷⁸.

Assim o organismo da Aliança altera completamente a política de defesa nacional, sendo que os anteriores continuam a existir no papel, mas o sentido é outro e é este sentido que vai prevalecer. O processo é difícil, porque tem de combater resistências, especialmente da parte do ministro, que rapidamente se apercebe do que se passa e não acha piada. Santos Costa dá voz às suas preocupações, quando no final de 1951 pede um encontro com o general Gruenther ou um representante do SHAPE, aqui afirma que o nosso país tem a capacidade de enviar 3 divisões para a cadeia pirenaica, colocando mais 2 divisões ao serviço da OTAN/NATO¹⁷⁹.

3.3.4. O confronto das ideias militares nacionais e da Aliança

¹⁷⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.238.

¹⁷⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.238-239.

¹⁷⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.239.

O primeiro ano da década de 50 é o «choque inicial». Neste começam os confrontos entre Ministério da Defesa e as partes mais lúcidas do Exército. Os três anos seguintes irão dar na vitória da realidade, trazendo mudanças a todos os níveis. A quando da cimeira da OTAN/NATO, no início de 1952, os alvos atribuídos ao nosso país mudam:

- Se a guerra estalar neste ano, o nosso país assegura a formação de unidades para a defesa do continente e ilhas contra ataques em pequena escala e de uma única divisão territorial, para ser usada nos Pirenéus em D+60, 60 dias após a mobilização;
- Se começar em 1953, para além das unidades de defesa de território, está garantido a formação de uma divisão territorial, para os Pirenéus, e de uma de campanha, a ser usada em França, em D+30, sendo ambas aumentadas para duas em D+60;
- Se for em 1954, o nosso país assegura a formação de duas divisões de campanha e uma territorial em D+30, com mais duas territoriais em D+60, mantendo também unidades em Portugal.

Assim, os objetivos são reduzidos para metade, no entanto continuam ambiciosos. Tendo isto de base, em maio do ano seguinte, Santos Costa emite uma nova diretiva, que não é mais nada do que um recuo, e que não é satisfatório para o Exército. Este documento fala da mobilização e constituição de duas divisões de campanha até 1954, começando logo por uma; ainda diz que as unidades militares nacionais formam dois corpos de exército: um na cadeia pirenaica, com três divisões territoriais e outro em França com duas divisões de campanha. Na mesma altura, outro destes documentos é emitido e afirma que as divisões enviadas para França devem prosseguir o modelo da divisão de infantaria estado-unidense¹⁸⁰.

A reação do Estado-Maior do Exército é de surpresa, devido a vários motivos. O inicial é que os compromissos são demais; a seguir, porque nunca pôs “em cima da mesa” a

¹⁸⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.239-240.

possibilidade de dois Corpos de Exército, algo bastante importante e em nada secundário; e finalmente, saberem que é impossível criarem uma divisão como as dos Estado Unidos da América. Nas reuniões entre o MAAG e o Estado-maior, confirmam-se os medos deste último: para formar uma divisão TA em Portugal, era necessário formar milhares de técnicos com uma educação de base que no nosso país não existia, sendo o abismo ainda maior em relação às unidades não combatentes, como apoio logístico, engenharia, comunicações, informações e saúde.

Os estudos feitos pelo EME provam que é necessário cortar e improvisar muita coisa, pois não tem capacidade para seguir o modelo estado-unidense. No entanto, a primeira relação de especialidades do Exército foi aprovada um ano depois, no dia 23 de março de 1953, onde são afirmadas 423 especialidades, mais do que as que existiam anteriormente, mas tal não era suficiente, pois a simplificação foi excessiva, o que fez com que passados 7 meses, outubro de 1953, surgisse outra relação em que se falava de 493 especialidades, mas ainda não era satisfatório, e passado uns meses surge uma terceira com mais umas grandes dezenas de especialidades que se iriam manter até à década seguinte.

O Estado-maior cria novos serviços, que não são praticados, ou se foram, atuaram numa escala menor e incompatível com o armamento NATO. Um dos mais importantes é o Serviço de Material, onde estão juntas as diversas especialidades de manutenção e reparação, tendo uma das mais complexas organizações de todo o Exército, demorou quatro anos a ter origem, pois foi aprovado em 1952, mas só em 1956 é que surgiu na realidade, tendo o atraso como justificação o «atraso industrial do nosso país». Outros serviços adquirem autonomia e complexidade, como o Quartel-Mestre, o Serviço de Transportes, o de Transmissões, englobado anteriormente na Engenharia, e o do Serviço de Ajudante General, que juntava a administração, contabilidade e serviços especiais. Mas a maior mudança dá-se no serviço do Estado-maior, que antes da inclusão na Aliança era improvisado¹⁸¹.

¹⁸¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.240.

O Estado-maior do Exército encontra-se numa posição difícil, de um lado tem as pressões dos governantes para atingir alvos irrealistas, do outro, existe uma autêntica resistência passiva por parte dos oficiais tradicionalistas, numerosos, que veem que com a entrada na OTAN/NATO, começa uma verdadeira revolução. Estas novas exigências, não são compatíveis com o modelo do oficial luso: pouco empenhado, de reduzida formação técnica e que arredonda o seu orçamento com um segundo trabalho, fora da esfera militar. Muitos dos oficiais entendem que são postos em causa os critérios de carreira e de promoção, logo fazem resistência, tendo como argumento o seguinte: «se querem técnicos empenhados e motivados, paguem e criem as condições para tal». O resultado disto é a reorganização lenta do Exército. O EME tem o apoio do MAAG e do SHAPE, com sede em Fontainebleau. Isto tudo faz com que o ministro se passe, encarando, devido ao seu temperamento, todo isto como uma teoria da conspiração com «apoios internacionais» e com intenções políticas¹⁸².

Um caso bom para vermos este choque, da concessão lusa contra a da OTAN/NATO, é a visita, na primavera de 1952, do marechal Montgomery a Lisboa, como representante da OTAN/NATO. O oficial general britânico tinha como missão explicar o porque de não ser possível a inclusão de unidades militares lusas num exército britânico, tentando, também, afastar os obstáculos que o país vizinho colocava para atravessar o seu território.

Santos Costa afirma que o nosso país é capaz de mobilizar 10 divisões em caso de guerra e duas de campanha para usar em França; Bernard Montgomery não contraria tal pensamento, mesmo que saiba que é impossível tal coisa, mas chama à atenção para os aspetos que o ministro não liga. A sua premissa mais importante vai contra a conceção lusa: o barão de El-Alamein realça a importância de desenvolver a Marinha e a Força Aérea, dizendo que a missão do Exército é a de proteger as bases de onde saem os meios aeronavais, isto é as costas do continente e as ilhas. Este ainda afirma que se deve organizar um único Corpo de Exército só com duas divisões e salienta as grandes

¹⁸² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.241.

dificuldades de treino e comando, afirmando a vinda de uma missão britânica para refazer o Estado-maior. No final, acaba por dizer que é impossível a inclusão de divisões lusas num exército britânico, sendo preferível ficarem no Sul de França.

O ministro riposta, afirmando que Portugal pode muito bem formar pelo menos cinco divisões expedicionárias, com os dois Corpos de Exército pensados, e valoriza a parte do Exército, sendo que concorda com o britânico em que as duas divisões «NATO» lusas devem ser integradas no 7º Exército estado-unidense, uma força de reserva estacionada na zona de Bordéus, para assim poder retirar para a linha dos Pirenéus. Santos Costa recusa a missão britânica, afirmando que se trataria de um assunto de «grande melindre» para o orgulho nacional.

O diálogo mais importante entre ambos é numa conversa informal, em que o marechal critica o sistema de seleção luso, com base na «formação literária», sendo que rapidamente salienta alguns exemplos, mesmo que aparentemente de pormenores: o uso, por parte dos oficiais, de cavalos e botas de montar durante os exercícios; as diferenças entre os uniformes de oficiais e soldados, tornando-os em alvos fáceis para os franco-atiradores (snipers) no campo de batalha; o principal meio de transporte ser a mula, que podia ser vantajoso nos Pirenéus, mas não nas planícies europeias. A resposta do ministro é discordante, defendendo que é necessário transigir com certas tradições, como o uso de cavalos pelos oficiais, e mesmo com a diferença entre os uniformes, referindo uma diferença acentuada para o vestuário dos soldados¹⁸³.

O oficial britânico refere as necessidades operacionais, incompatíveis com certas tradições; Santos Costa dá-lhe de resposta a originalidade portuguesa, dando a entender que a ordem para retirar as botas de montar do uniforme de campanha não iria ser obedecida. Havendo um diálogo um tanto cómico entre ambos:

Bernard Montgomery: «O cavalo é um animal estúpido. Só tem memória.»

¹⁸³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.242.

Santos Costa: «Como muitos homens, e temos de os aguentar...às vezes até sem memória!»

A conversa do britânico com o ditador luso não é tão cómico, mas é significativo. O marechal insiste que a guerra só começa em 1954, sendo que Salazar pergunta se existe certeza sobre os dois anos de paz, ao que Montgomery lhe responde de forma afirmativa; mas o governante luso não está convencido, como prova o ponto de interrogação do lápis de cor na margem do relato da conversa. O político português afirma que a defesa do país se faz na linha pirenaica. O militar britânico não levanta críticas à orgânica do Exército, mas salienta a necessidade de desenvolver a Marinha e a Força Aérea, que devem estar prontas no dia D, e como prioridade a reorganização do comando. O herói de El-Alamain é ousado ao afirmar que os oficiais do Exército devem ser aumentados e que os seus contactos com a NATO devem ser aumentados.

No seguimento disto e da cimeira NATO em Lisboa, Santos Costa comunica ao EME os novos compromissos e ordena que lhe sejam apresentados trabalhos para a sua concretização. A visita de Montgomery teve um efeito importante: fez com que o ministro apercebesse e concordasse em criar uma única divisão «NATO», onde concentraria a ajuda do MAP, Military Assistance Program. Iria ser esta unidade a escola de treino de todo o Exército português, bem como a escola de renovação da capacidade de comando, pois era o que o MAAG queria desde o início.

O EME recebe também a função de organizar os Estados-Maiores de ambos os CEs, Corpos de Exército, sendo que é decidido que o recrutamento da 1ª e 2ª Regiões Militares seria para a divisão NATO, tomando a responsabilidade da formação desta a 2ª RM. O MAAG fez grande pressão para ser logo nomeado o comandante desta unidade, de forma a concentrar sobre os oficiais designados para o Estado-maior desta o esforço de treino e a formação. As nomeações só acontecem em julho de 1952, o comando da unidade é entregue ao general Manuel Topinho, acumulando o de dirigente da 2ª RM, o segundo comandante é o brigadeiro João Pinto Ribeiro, do Instituto de Altos Estudos Militares; o CE onde a divisão é incorporada é o general Álvaro dos Passos,

diretor do Instituto atrás referido, tendo como Chefe do Estado-Maior o coronel Júlio Botelho Moniz¹⁸⁴.

3.4. Localização e Justificação

O Campo Militar de Santa Margarida (C.M.S.M), conhecido nos anos 50 por Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (C.I.M.S.M) é uma base militar que atualmente alberga a Grande Unidade (G.U) militar do Exército português ao serviço da NATO/OTAN. Segundo um artigo da Revista Militar do ano de 1953 a escolha do lugar de construção deve-se a diversos pontos “...a proximidade de vias de comunicação ferro e rodoviárias, de água em abundância e, se possível, de linhas de redes de transporte de energia elétrica; ficar em zona de terreno relativamente pobre, para não onerar demasiado os encargos da obra com o custo da expropriação, e, ao mesmo tempo, pouco acidentado, para evitar os grandes movimentos de terras, mas em cujas proximidades se possam realizar exercícios de treino de todas as Armas, e de tática de Divisão, como preparação para trabalhos de mais larga envergadura.”¹⁸⁵.

Um documento do Ministro do Exército, o General Abranches Pinto, datada de 17 de fevereiro de 1951 afirma o seguinte:

- “- Proximidade de vias de comunicação rodo e ferroviárias, e de água em abundância;
- Terreno pobre para não onerar o preço total com grandes custos de aquisição; e também terreno pouco acidentado para reduzir o quanto possível os movimentos de terra, sempre dispendiosos;

¹⁸⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.243.

¹⁸⁵ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de Stª Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 472.

- Região afastada de povoações e em cujas proximidades se possam realizar à vontade exercícios de todas as armas e de uma GU;
- Se possível, na proximidade de zona já servida pela rede elétrica nacional;
- Ficar próximo de campo de aviação;¹⁸⁶

Estes parâmetros foram encontrados na região de St^a Margarida da Coutada, a sul do Tejo. Segundo o General Santos Calado: “próxima da linha férrea do leste e da estrada Chamusca-Abrantes-Castelo de Vide; com possibilidades de abastecimento de água junto do Tejo; a pequena distância do Tramagal, onde passam as linhas de transporte de energia elétrica da Hidro-Elétrica Alto Alentejo; terreno de charneca, apenas em parte com pinhais e algum montado e olival, e rico em calhaus que foram aproveitados para brita para a construção.”¹⁸⁷ A bibliografia refere-se aos mesmos pontos. Mas concede uma luz, que o próprio artigo também se refere, sobre a ação feita a seguir a esta escolha. Foi expropriada uma faixa de 200 hectares e que por força da topografia, foi necessário adaptar a distribuição das construções das unidades da Divisão, do seu quartel-general e de outros serviços desta Grande Unidade.¹⁸⁸

Segundo o artigo de 1953, a razão para a construção desta base é a concentração de forças de uma Divisão para treino e exercícios durante um período reduzido do ano¹⁸⁹. Adicionalmente, uma obra do Estado-Maior do Exército (E.M.E) reafirma este pensamento e aponta que ao longo da construção e para além do Comando da base, várias unidades da Divisão que usavam esta infraestrutura foram-se instalando permanentemente. Estas foram as unidades de Carros de Combate: o GDCC (Grupo Divisionário de Carros de Combate) e os 3 ECC regimentais (Esquadrão de Carros de

¹⁸⁶ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*.

QG\CMSM. 2002. p. 51.

¹⁸⁷ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 472.

¹⁸⁸ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. pg. 254 e CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 472.

¹⁸⁹ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 471.

Combate), mais tarde o Batalhão de Engenharia e o último o QG (Quartel-General) da Divisão.¹⁹⁰

3.5. Estrutura: física

O Campo de Instrução Militar de Santa Margarida foi construído para albergar uma Divisão TP, Divisão de Tipo Portuguesa. Esta detinha três Regimentos de Infantaria (RI), com o mesmo número de Batalhões de Infantaria (BI) cada um, três grupos de Artilharia Ligeira e um de Artilharia Pesada, um Grupo de Cavalaria, um Batalhão de Engenharia e um de Transmissões e, finalmente, um Quartel-General e os seus serviços necessários¹⁹¹. O diretor da Arma de Engenharia, no seu artigo na *Revista Militar*, esclarece que a base estaria dividida em zonas para os respetivos Regimentos de Infantaria, Agrupamentos de Artilharia, Batalhões de Engenharia e serviços oficiais e transmissões. Deixando claro que a Cavalaria devia ter um tratamento diferenciado devido aos Carros de Combate. Esta passará a residir nos aquartelamentos do antigo Grupo de Cavalaria Divisionário, recentemente substituído pelo Esquadrão de Reconhecimento, e onde estará presente, também, o Centro de Instrução de Veículos de Lagartas. Todos os aquartelamentos são distribuídos dos dois lados da avenida central¹⁹². No início desta encontra-se uma secção da GNR e da Polícia Militar. É ainda referido que na zona de pinhal, à direita, são edificados as infraestruturas para o Q.G e que estão previstos um hospital, uma capela, cinema, campos desportivos, etc.¹⁹³O

¹⁹⁰ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. p. 253.

¹⁹¹ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. p. 254.

¹⁹² Anexo 7, fotografias 10 e 11, Apêndice 5, Apêndice 6, fotografia 6 e Apêndice 7, fotografia 7.

¹⁹³ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 474.

cinema irá servir de sala de conferências para 1000 pessoas, bem como cinema, serão ainda construídas cantinas e um posto de telégrafo-postal¹⁹⁴.

Foram erigidas residências para o pessoal que iam permanecer no Campo, bem como erguer infraestruturas para serviços oficiais para reparações de amplitude média (oficinas).¹⁹⁵ A base foi equipada com três modos de edifícios polivalentes: podiam ser casernas, depósito de material, comandos de unidades, alojamentos de oficiais e sargentos e refeitórios de praças. A única diferença era o seu interior. Foram ainda erigidos balneários e sanitários.¹⁹⁶ Estes edifícios polivalentes tinham um alpendre corrido, à frente, a todo o comprimento e que poderia ser usado para formaturas, sessões de instrução com mau tempo, etc.; atrás, parte do comprimento tem espaço para lavabos e sanitários para uso de noite nas casernas e fogões de cozinha nos refeitórios. Em relação aos aquartelamentos de cada Regimento de Infantaria, existe um edifício de comando para esta unidade e três para cada uma das subunidades desta, os Batalhões de Infantaria. Um refeitório, sanitário e balneário por cada pequena unidade atrás referida. Para cada uma destas edificações foram previstas paradas com as dimensões exigidas para as formaturas de toda a unidade. O Comando Militar fica junto do Quartel-General para aproveitar as transmissões e outros elementos ao Comando.¹⁹⁷ O acesso ao Campo Militar é feito por uma estrada de 2 km¹⁹⁸ que saí da Estrada Nacional nº118, entre o Arrepiado e o Tramagal. Esta acaba na Porta de Armas da base, e que se desenvolve no centro desta, tendo esta avenida um comprimento de 3 kms e 30 m de largura. Ainda é dito que desta via saem os arruamentos que servem os quartéis de um lado e do outro¹⁹⁹. Pela legislação, percebe-se que a quando da construção desta,

¹⁹⁴ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 54.

¹⁹⁵ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. p. 254.

¹⁹⁶ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 53.

¹⁹⁷ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. p. 256.

¹⁹⁸ “Presidência do Conselho de Ministros”. *Diário do Governo*, nº78, 13.04.1954, p. 425.

¹⁹⁹ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 474.

a Câmara de Constância, Município onde está inserido o Campo, após ter ajudado na 1ª fase da construção da estrada, já havia uma estrada primitiva mas em muito mau estado. Esta entidade autárquica queria, que após o seu alargamento e pavimentação feita pela Engenharia Militar, bem como o ceder da Câmara de tal projeto à entidade militar atrás referida, e como era um município pobre, que o Ministério lhe pague uma quantia de 8.859 Escudos²⁰⁰. Ao que o Ministério responde que não é possível, já que a estrada ainda serve o Município, a aldeia de Malpique, e que com este melhoramento, a Câmara beneficiou em muito²⁰¹. Sabe-se, ainda, que o acesso pode ser feito, também, por estradas municipais que têm início na Estrada Nacional atrás referida²⁰².

A chegada ao país, por meio da OTAN/NATO, dos carros de combate M-47 “Patton” fez com que o plano inicial da base fosse alterado. Esta alteração foi feita nos hangares destinados a estas viaturas²⁰³. Como se refere o Diretor da Arma de Engenharia: “Houve que deslocar para Stª Margarida aqueles – e são a maior parte – que não puderam ser alojados em outros pontos (...) Quanto ao 1º problema ficou resolvido com a construção, que está em curso, de grandes hangares de 60x24m., podendo cada um alojar, com possibilidades de manobra, I companhia de carros, e se for só para arrumação uns 48 a 50.”²⁰⁴. Esta mudança deveu-se a que estas viaturas blindadas estavam aquarteladas na Escola Prática de Cavalaria, na altura na cidade de Torres Novas, e que não se poderiam deslocar no meio deste burgo²⁰⁵.

A elaboração deste projeto foi feito pela Direção da Arma de Engenharia, mais propriamente dito a 3ª Repartição. Esta decidiu como estrutura adotar a técnica das abobadas em tijolo armadas em direção ao vão, mas devido à heterogeneidade dos elementos de construção, o tijolo, o betão e o aço, foi necessário projetar tal

²⁰⁰ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº123, da C.M. Constância, de 13 de fevereiro de 1954.

²⁰¹ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Nota s/n, DAE, de 2 de março de 1954.

²⁰² MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. pp. 254-55.

²⁰³ Anexo 4, fotografia 6, Apêndice 4, fotografia 5.

²⁰⁴ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de Stª Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 475.

²⁰⁵ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. p. 255.

empreendimento. No entanto, os cálculos foram adaptados à situação, graças à construção de um protótipo. Para este se realizar, foi consultado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, tendo como resultado uma experiência para uma maior economia do dimensionamento analítico efetuado, mas também para a verificação da estrutura projetada.²⁰⁶ Estes protótipos foram feitos com elementos pré-fabricados de tijolo armado, formando abobadas de forma circular com uma curvatura de 21,7m, vencendo o vão de 24m.

A Estação Ferroviária de Santa Margarida²⁰⁷ foi um projeto feito entre a DAE, Direção da Arma de Engenharia, e a CP, Comboios de Portugal. Esta teria características militares, sendo regida por parâmetros feitos pelo Estado-Maior do Exército sobre o embarque e desembarque. O assentamento das linhas seria feito pelo Batalhão de Caminhos-de-Ferro, com material da CP²⁰⁸.

Esta construção tem a sua origem na premissa de que o nó ferroviário do Entroncamento, encontrando-se a escassos quilómetros da base, não tinha infraestruturas para receber o embarque e desembarque de um número largo de tropas e Carros de Combate rápido e eficaz. Ao mesmo tempo, em Santa Margarida, foi necessário a instalação das linhas férreas indispensáveis para o desembarque em Santa Margarida dos carros de combate. Esta questão foi resolvida apressando a construção da estação em que são instaladas quatro vias de desvio, com dois cais de topo e outros dois longitudinais. Mais tarde serão montadas mais duas vias, que vão ser instaladas pela Junta da Arma de Engenharia e as terraplanagens são realizadas pela DAE. O edifício da estação será, na primeira fase, de madeira, mas numa outra fase será substituído por um em alvenaria, cumprindo assim o projeto da CP.²⁰⁹

²⁰⁶ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 76.

²⁰⁷ Anexo 6, fotografias 8 e 9.

²⁰⁸ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. pp. 60-61.

²⁰⁹ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 475.

A legislação dá-nos a conhecer uma visão mais incisiva, mas também a nível de orçamento, de como se procedeu, em parte, ao projeto de construção desta infraestrutura. No início, a 19 de fevereiro de 1953, um documento relata a autorização para a aquisição de parcelas de terreno para a construção do edifício em causa no valor de 301.724 Escudos. É dito ainda, que será a Direção de Finanças do distrito de Santarém a celebrar um contrato para devido efeito, referindo-se que se deve pagar ao Engenheiro Eugénio António Duro Xavier a quantia de 800 Escudos²¹⁰. A 15 de outubro de 1953, uma missiva do Ministério das Finanças, da Direção da Fazenda-Pública, ao Diretor da Arma de Engenharia, diz que foi comprada por este órgão governativo uma parcela de terreno, pela quantia de 259.988 Escudos, para a construção da estação²¹¹. Em novembro, os documentos referem um contrato de compra e venda, onde mais uma vez se refere a quantia atrás dita e para o mesmo efeito, esclarecendo que a quantia deve ser dada à Direção-Geral para ser entregue aos antigos proprietários dos terrenos²¹². No dia 15 de janeiro de 1954 acrescenta-se mais uma parcela, por meio de um contrato de compra e venda. Desta vez a quantia é de 3.115 Escudos, sendo que é discriminado o seu proprietário, Hugo dos Santos Morais²¹³. No entanto, só no dia 11 de fevereiro é que a Direção-Geral avisa a DAE de que o contrato será lavrado²¹⁴, sendo que só passado nove dias é que a Câmara de Constância, pela sua secção de finanças, recebe a quantia atrás referida²¹⁵. Devido a atrasos burocráticos, o contrato ainda não tinha sido celebrado no dia 30 de junho de 1954²¹⁶, sendo que se desconhece a data de celebração de tal documento.

²¹⁰ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº2593, da Direção-Geral da Fazenda Pública, 19 de fevereiro de 1953.

²¹¹ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº15021, da Direção-Geral da Fazenda Pública, de 15 de outubro de 1953.

²¹² PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº16682, da Direção-Geral da Fazenda Pública, de 14 de novembro de 1953 e Nota nº4849, DAE, de 17 de novembro de 1953.

²¹³ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº793, da Direção-Geral da Fazenda Pública, de 15 de janeiro de 1954.

²¹⁴ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Ofício nº2543, da Direção-Geral da Fazenda Pública, de 11 de fevereiro de 1954.

²¹⁵ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Nota nº144, DAE, de 20 de fevereiro de 1954.

²¹⁶ PT-GEAEM-DIE-TOMB-PM001CON-Nota nº457, DAE, de 30 de junho de 1954.

Em relação ao abastecimento de água, os engenheiros encontraram problemas para captar tal. O Campo precisaria de 3.000 m³ diários de água para os 15-20 mil homens que iriam estar na base durante os exercícios militares²¹⁷. De início foram feitas pesquisas na zona da quinta da Caniceira perto da ribeira de Alcoobra. O primeiro resultado foi bom, no entanto, passado algum tempo, o caudal desceu a 1 l/s, o que fez com que o local fosse abandonado. Passou-se a fazer a exploração junto ao rio Tejo, numa zona onde já se tinham feito pesquisas, na margem esquerda junto ao Mouchão das Éguas, e onde se constatou haver água em abundância.

No que se refere à energia elétrica, esta era fornecida pela Hidro-Elétrica do Alto Alentejo, com uma tensão de 30.000 Volts, e usa a via aérea para transporte, sendo que começa no Tramagal e acaba na base. Esta foi construída pelo pessoal da Escola Prática de Engenharia, tendo no seu total 11 km e como suporte postes de cimento estilo “Cavan”²¹⁸. No entanto a linha aérea tinha 6 km e que é usada em iluminação e força motriz em 220/380 volts²¹⁹. Esta parte da linha termina num posto de transformação com dois transformadores, um de 160 kVA e outro de 30 kVA, usado só à noite. Internamente, a base era alimentada por cabos armados subterrâneos, por uma questão de segurança, mesmo que mais cara²²⁰.

A linha aérea tinha dois ramais, um para alimentar as bombas verticais e o outro as horizontais²²¹, sendo que este último tinha 1 km de extensão e que abastecia a estação

²¹⁷ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. N^o7. (1953). p. 477.

²¹⁸ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. N^o7. (1953). p. 478.

²¹⁹ MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN*. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol.II. pg. 257 e BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 64.

²²⁰ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. N^o7. (1953). p. 478.

²²¹ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de St^a Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. N^o7. (1953). p. 478.

elevatória do Carvalho e que a que alimentava as bombas verticais tinha 3 km de extensão, que ia até junto do rio Tejo²²².

A informação encontrada sobre a rede de esgotos é pouca. Sabe-se que esta rede era feita por seis fossas sépticas ligadas a cada unidade da base. Estas teriam um caráter provisório, e fariam a separação de águas pluviais e os esgotos das infraestruturas, tendo uma canalização de 12 km²²³. Estas não faziam o tratamento das lamas, sendo ele só resolvido após um período de ocupação do CIMSM. Os edifícios erigidos já tem as suas canalizações, sendo as manilhas da canalização eram feitas «in loco»²²⁴.

3.6. Estrutura: humana

Em 1953 foi decidido criar uma Divisão de Infantaria com a designação de 1ª Divisão do Corpo Expedicionário Português, demonstrando ainda as reminiscências da 1ª Guerra Mundial, e do pensamento do Exército. No segundo semestre desse ano, esta GU iniciou as suas atividades, sendo realizadas as primeiras manobras, já na base²²⁵.

O Exército nacional tinha uma estrutura regimental, fazendo com que esta nova unidade fosse organizada em regimentos, sendo que as suas forças eram cedidas pelas unidades do Governo Militar de Lisboa e das várias Regiões Militares. O Quartel-General foi, inicialmente, instalado no Edifício do Estado-Maior do Exército (Museu Militar) e teve como primeiro comandante o General João Pinto Ribeiro.

A orgânica desta GU era a seguinte:

²²² BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 64.

²²³ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 65.

²²⁴ CALADO, Santos – O Campo de Instrução de Stª Margarida. *Revista Militar*. Lisboa. Nº7. (1953). p. 479.

²²⁵ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 81.

Quadro 1- Constituição da 1ª Divisão do CEP

- Quartel-General;
- 3 Regimentos de Infantaria (Com 1 Esquadrão de Carros de Combate cada);
- 3 Grupos de Artilharia de Campanha 10,5 cm;
- 1 Grupo de Artilharia de Campanha 14 cm;
- 1 Grupo de Artilharia Antiaérea 4 cm;
- 1 Grupo de Carros de Combate;
- 1 Esquadrão de Reconhecimento;
- 1 Batalhão de Engenharia;
- 1 Companhia de Transmissões;
- 1 Batalhão Sanitário;
- 1 Companhia de Quartel-Mestre;
- 1 Companhia de Manutenção de Material;
- 1 Companhia de Polícia Militar;
- 1 Companhia de Recompimento ²²⁶ ;
- Banda de Música.

Foi decidido que era necessário ser o próprio General que comandava a unidade a dirigir e impulsionar a sua instrução e foi resolvido então que o seu chefe fosse o comandante da Região Militar que mobilizasse o núcleo principal da divisão²²⁷.

No entanto a experiência nacional com este tipo de força era pouca e por isso foram mudadas algumas decisões. No ano de 1954, já com a designação de 2ª Divisão do CEP,

²²⁶ Unidade militar destinada a completar os efetivos das outras unidades orgânicas que sofreram perdas.

²²⁷ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 82.

esta GU voltou a Santa Margarida, já sob a alçada do General Comandante da 2ª Região Militar, tendo as suas manobras durado 36 dias, entre Setembro e Outubro. Nesta altura, já a Divisão tinha uma orgânica diferente, as alterações foram estas:

- A companhia de Quartel-Mestre foi substituída por uma companhia de intendência;
- Foram criadas uma Companhia ALTG e um Destacamento de Inspeção de Alimentos.

No final destes exercícios, reconheceu-se algo evidente: valia a pena as unidades da Divisão estarem quarteladas próximo do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, assim aproveitando as condições para a instrução e treino de grandes massas de tropas²²⁸.

A Divisão que se formou em 1955 tinha como base as forças da 3ª Região Militar, com sede em Tomar. Mudou de nome para 3ª Divisão, algo que só acabou com a sua extinção. A partir daqui, o Quartel-General estava em Tomar e só ia para o Campo a quando de manobras ou exercícios. Mas não parecia ser a organização ideal, e a realidade de que o General comandante da Região Militar ser o mesmo da GU não era a melhor solução, em 1956 arranja-se a solução, é nomeado outro General para o comando da 3ª Divisão, mas sempre dependente do Comandante da 3ª Região Militar. Esta também não foi a melhor solução, assim, no ano seguinte, o QG (Quartel-General) da Divisão passou para o CIMSM.

Em termos de orgânica, na GU é levado a cabo uma transformação, ainda em 1956, quando a companhia de transmissões é mudada para um Batalhão de transmissões. Daqui para diante, com a exceções de algumas alterações de pormenor no quadro orgânico, a estrutura e quadros orgânicos são os mesmos até à sua extinção²²⁹.

Como foi referido, em 1953 foram executadas manobras divisionárias, no entanto, as unidades que nelas participaram vieram das unidades territoriais do Governo Militar de Lisboa e de várias Regiões Militares, sem serem definitivas. No ano seguinte a questão

²²⁸ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 83.

²²⁹ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 84.

ficou concluída, definindo-se que as forças da GU fossem cedidas pelas seguintes unidades territoriais:

Quadro 2- Forças cedidas pelas unidades territoriais à 2ª Divisão do CEP

RI nº 10, 12, 14 – 1 Comando de RI e 2 BI, cada;
RI nº 2, 7, 15 – 1 BI, cada;
RAL nº2 – CAD e 2 GAC 10,5 cm;
RAL nº4 – 1 GAC 10,5 cm;
RAP nº3 – 1 GAC 14 cm;
GACA nº3 – 1 GAAA 4 cm;
EPC – 1 GCC;
RC nº5 – 1 EREC e 3 ECC;
EPE – 1 BENG;
RE nº2 – 1 CTM;
2º GCS – 1 BSAN;
1º GCAM – 1 COMP Quartel-Mestre;
CDMM – 1 COMP Manutenção Material.

Começaram logo as mudanças, sendo que em julho desse mesmo ano a EPE (Escola Prática de Engenharia) forneceu, e passou a fazê-lo, a Companhia de Transmissões que era encarregado do RE nº2. Em Agosto deste ano, o encargo de mobilização e de preparar o Esquadrão de Reconhecimento, passou do RC nº8 para o RC nº5²³⁰.

²³⁰ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 85.

Este ano não acaba sem outras alterações, especialmente relativo à redefinição das forças territoriais com responsabilidade de mobilizar as unidades da GU, tornando-se na sua quase totalidade a unidades da 3ª Região Militar, da seguinte forma:

Quadro 3- Reorganização da mobilização/cedência de forças por parte das unidades territoriais

RI nº2 – 1 RI (- 1 BI) – 1 Comp Recompimento;
RI nº7 – 1 RI (- 1 BI);
RI nº15 – 1 RI (- 1 BI) – Companhia Comando / QG – Banda de Música;
RI nº10, 12 e 14 – 1 BI cada;
RAL nº2 – 1 GAC 10,5 cm;
RAL nº4 – CAD e 2 GAC 10,5 cm;
RAP nº3 – 1 GAC 14 cm;
GACA nº2 – 1 GAAA 4 cm;
RC nº3 – 1 GCC;
RC nº8 – 3 ECC.

Em 1955, chega-se a uma conclusão: era necessário a Divisão ter Polícia Militar. Para tal, incumbiu-se o RL nº2 de preparar e mobilizar uma Companhia de Polícia Militar²³¹.

No ano seguinte, foi imperativo mudar o escalão de unidade de Transmissões, pelo que foi atribuído à EPE a mobilização de um Batalhão de Transmissões, a substituir a unidade anterior deste serviço. Neste ano, ainda foram delineados os encargos de mobilização que se seguem:

²³¹ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 86.

Quadro 4- Modificação/acrescento da/à mobilização

GCTA – 1 CALTG;
2º GCS – 1 Pelotão San/QG, 1 B Sanitário;
1º GCAM – 1 Companhia de Intendência ²³² .

Concluindo, afirma-se que a cultura de Grandes Unidades no Exército português não existia e que foi através da experiência que se criou uma força desta dimensão nesta instituição, mesmo que a quando da sua organização final, ela foi extinta por motivos óbvios²³³.

3.7. Significado Militar e Político

Como já foi referido anteriormente, a «Divisão NATO» começou a sua atividade no início do segundo semestre de 1953. No entanto, esta começou a ser formada um ano antes, no segundo semestre de 1952, aquando do início das obras da base no planalto de Santa Margarida. A primeira dificuldade encontrada para a constituição desta Grande Unidade foi a falta de oficiais de Estado-Maior. Para tal, o MAAG empreende cursos especiais, em solo nacional, para tal, com uma enorme frequência.

Em finais de dezembro de 1952, o Governo legisla a reformulação do curso de Estado-Maior no IAEM, Instituto de Altos Estudos Militares, fazendo com que o número de anos do curso seja mais reduzido e haja uma maior facilidade de inscrição. Mas a duração é de dois anos, o que faz com que só em 1954 é que estarão formados os oficiais.

²³² BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 87.

²³³ BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002. p. 88.

Esta Unidade da OTAN/NATO vai trazer uma mudança grande no Exército, pois o que se passa com os oficiais do EM, também acontece com outras especialidades. Esta realidade deve-se à falta de mão-de-obra humana nos quadros, levando a que improvisem cursos de formação dados pelos militares que foram tirar os cursos ao estrangeiro em 1951, ou então, enviam-se, apressadamente, oficiais para os EUA e para a RFA para tirarem cursos. Ao mesmo tempo, criam-se novas Escolas Militares, como a Escola Militar de Eletromecânica, onde são formados mecânicos eletricistas, mecânicos de instrumentos, aparelhagem radioelétrica e radar, operadores de radar para os três ramos das Forças Armadas e organizam-se estágios de atualização para oficiais.

Um dos setores mais afetados é o dos cabos e sargentos, de onde saem maior parte dos quadros técnicos importantes e necessários às novas Forças Armadas. A «Revolução Serena» era, assim, muito ampla, alterando o número de oficiais e escalões intermédios. Os sargentos e cabos que aparecem com a NATO são especialistas e técnicos, sendo necessários para funções diferentes das originais pré-NATO. Implica que sejam recrutados de diferentes níveis sociais e com uma base educacional avançada. Tal é um exemplo de como a introdução de um novo equipamento obriga, pela força da necessidade, a alterar a base social de recrutamento, a educação e a formação e, logo, a mentalidade²³⁴.

Entre 1951 e 1957 a administração portuguesa aprova dezenas de novos regulamentos militares, muitos deles traduções dos regulamentos estado-unidenses. O pessoal do MAAG apoia energicamente isto, pois dá força a esta mudança e ajuda a trazer para a sua esfera de influência os quadros que são a favor de uma burocracia forte e que gosta de ter tudo escrito e organizado.

Os relatórios iniciais do gabinete da Aliança atrás referido são positivos acerca dos oficiais lusos que são enviados ao estrangeiro para fazerem cursos. Relatam que já não existe a desconfiança antiga para com os estado-unidenses. Na verdade é o contrário: existe uma admiração quase incondicional sobre os métodos e técnicas destes. A partir

²³⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.244.

de 1954, tudo o que é americano é bem recebido, sendo de forma tão acrítica como antes, mas no sentido contrário²³⁵.

No entanto, existe um lado negativo. Esta nova geração do Exército português é mal vista pelas gerações anteriores, sendo que a mentalidade aberta desta nova geração leva a que se perca a veneração e o respeito que tinham pela hierarquia e as gerações passadas. Para aqueles que são formados nos EUA, a geração anterior é vista como “dinossauros”, pois não tem mentalidade técnica, capacidade de iniciativa nula e métodos lentos e rotineiros.

O armamento vindo do outro lado do Atlântico, chega mais rotineiramente a partir de 1952, sendo o Regimento de Infantaria 14, Viseu, e o Regimento de Cavalaria de Belém as primeiras unidades a serem equipadas com este novo material. Os novos Carros de Combate, os M-47 e M-24²³⁶, causam espanto e admiração, pois eram usados para ilustrar, através de fotos, capas de revistas e jornais militares. O uso deste material faz com que se fundem novos cursos na reorganizada Escola de Carros de Combate, dirigida pelo major Valentim Deslandes, formado nos EUA²³⁷.

A partir deste mesmo ano, a Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, adota os métodos americanos. Mas existem planos para aproveitar o material de artilharia alemã recebido durante a guerra, fazendo com que a indústria nacional faça a conversão para os calibres da NATO²³⁸. Os americanos apoiam este projeto, que se torna um dos projetos pró-NATO nacionais mais bem-sucedidos. Sendo assim, a artilharia lusa recebe poucas peças americanas, quase só peças de artilharia “Auto propulsada de lagartas”. Contra a corrente disto, os tratores, material de transmissões, preditores e métodos de organização passam a ser americanos, os serviços de apoio e a logística são revistos de alto a baixo. Esta arma, a artilharia, recebe material novo que nunca tinha usado,

²³⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.245.

²³⁶ Anexo 2, fotografia 4 e Apêndice 2, fotografia 3.

²³⁷ Ordem do Exército nº3/52. *O.E. II Série*. 3. 236 e Ordem do Exército nº9/55. *O.E. II Série*. 9. 481.

²³⁸ Ordem do Exército nº5/57 de 15 de julho. *O.E. I Série*. 5 (57-15-07) 203-204.

destacando-se as avionetas Piper Clube que são usadas para observação pela Escola de Vendas Novas.

Na arma de Engenharia, as mudanças são ainda maiores. O material americano tem capacidades muito maiores do que o anterior e os métodos e organização são alterados, depois de os primeiros técnicos regressarem dos EUA. Estas transformações são lentas, já que estas são demasiado grandes e amplas para serem improvisadas. A Escola Prática de Engenharia vê o seu quadro alargado²³⁹.

Neste mesmo ano, a tentativa para a criação de uma “Divisão NATO” arrasta consigo os comentários dos oficiais mais conscientes. O ministro do Exército, o General Abranches Pinto, com uma mentalidade e espírito pró-estado-unidense, dá razão aos oficiais do EME, que lhe dão a entender que os alvos portugueses na Aliança são irrealistas. Em maio, o General argumenta que o MDAP está a dar material a Portugal de forma que este nunca conheceu; mas este, tem de ser armazenado, já que não há técnicos para a sua manutenção e uso; mesmo com este ritmo, o material a receber até 1954 só dá para uma divisão, não sendo possível formar todos os técnicos a que corresponde o material; tornando-se ilógico ter duas divisões NATO em 1954 e muito menos em 1953²⁴⁰.

O ministro Santos Costa reage mal a isto. Aponta diversos fatores: o primeiro é a ineficácia do Exército em geral, culpando logo a seguir o ministro do Exército, dizendo que existe uma ação de bastidores contra o poder. A isto, Abranches Pinto responde em nome da instituição militar que representa, afirmando que o organismo sempre foi da opinião que não poderia combater ao lado dos seus homólogos estado-unidenses com armas de calibre diferente, com equipamento diferente e com outros métodos. Afirma ainda que o ministro deu autorização para ser desviado o material em armazém da divisão NATO para outras unidades, diz que o MAAG está ao corrente disto, talvez melhor que o Ministério da Defesa, e que é por causa disso que a entrega do material para a outra divisão só acontecerá em 1954 ou depois. Acabando a apontar o dedo, não

²³⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.246.

²⁴⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.246-247.

ao Exército, que tenta o seu melhor, mas sim à apatia anterior, criticando os objetivos bizarros e irrealistas.

Com isto, o problema passa a ser político, o que leva a que Salazar tenha de intervir. Este ouve a versão do Ministro da Defesa, que mantém a ideia, espantosa por sinal, de que se podem formar duas divisões de campanha até 1954, implicando uma maior ajuda dos Estados Unidos. Culpa o setor militar do Exército por causa das suas resistências, mas alegando que podem acabar se forem removidas.

Do outro lado, Abranches Pinto tem o apoio incondicional das novas gerações do Exército, tornando-se no porta-voz da experiência ganha no Campo Militar de Santa Margarida. No entanto, Santos Costa vê tal como uma ameaça à sua política, sendo necessário manter os objetivos e desviar o equipamento dos EUA para unidades não NATO²⁴¹.

Este contacta o MAAG e pede mais ajuda. Só que o MAAG, como o General Abranches Pinto já tinha dito, já sabia dos desvios do material e da dificuldade da formação em Santa Margarida, mas como o futuro do flanco sul da Aliança ainda não está decidido, o MAAG aceita o pedido, para manter o governo nacional satisfeito²⁴².

No início do ano seguinte, as obras em Santa Margarida vão adiantadas e é possível reunir as principais unidades da divisão NATO, algumas já equipadas com equipamento norte-americano, sendo que eram ainda muito deficientes em termos técnicos. Só para se ter uma noção da chegada do material MDAP, só em janeiro de 1953, desembarcam no porto de Lisboa 55 Carros de Combate M-47, 447 camiões e 32 ambulâncias, já para não falar das centenas de toneladas de equipamento diverso. Ao mesmo tempo, o RI14 (Viseu), já está totalmente equipado com veículos e armas novas e os RI10 e o RI12 estão parcialmente equipados, de forma avançada.

²⁴¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.247.

²⁴² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.247-248.

No exame feito ao armamento luso, no final deste ano, vêem-se as modificações em curso. No armamento ligeiro ainda predomina material germânico do tempo da Guerra, no entanto, tenta-se adapta-lo ao calibre NATO; o equipamento pesado de infantaria é essencialmente inglês, mas começa a notar-se a predominância americana; em relação à artilharia, existe uma combinação de material inglês e alemão; as armas antitanque são, na sua maioria, britânicas, mas o armamento moderno é americano; o material antiaéreo é britânico; em relação aos veículos e Carros de Combate, os mais modernos são americanos, sendo o seu peso crescente, mesmo que maior parte das unidades ainda use o material britânico.

Como o EME previu, em Março de 1953 o processo de organização e constituição da Divisão NATO ainda só está no início, quando já devia estar completa²⁴³.

Porém, os efeitos da formação desta força já se fazem sentir por tudo o Exército. A razão fundamental para tal foi o método seguido para formar tal unidade de elite. Os militares nacionais reparam que o novo material é muito superior ao que tinham, acompanhado com uma organização e métodos diferentes e mais eficazes, isto revelava um salto qualitativo imenso. Altera-se o pensamento de formação da Divisão NATO, guiando-se pelos conselhos do MAAG. Assim distribuísse o material moderno o mais amplamente possível pelas unidades das regiões militares nacionais, algo contrário ao que inicialmente se tinha acontecido.

Em meados de 1953, a Grande Unidade NATO nacional era designada por 2ª divisão e tinha como base a 2ª Região Militar, mas com muito empenhamento das outras Regiões Militares. Incluía Batalhões de 7 Regimentos de Infantaria, 3 Regimentos de Cavalaria e 5 Regimentos de Artilharia, sendo o seu Estado-Maior da responsabilidade de outros 2 regimentos. Quase todos os regimentos, de norte a sul, estão empenhados, em maior ou menor grau, na constituição da força nacional NATO em Santa Margarida, que reúne para exercícios de poucos dias.

²⁴³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.249.

Sendo assim, o MAAG consegue atingir os seus objetivos plenos. O impacto dos métodos norte-americanos são variados e faz-se sentir em todas as armas e em quase todos os regimentos.

A partir de 1953, existem duas padronizações do Exército português: as unidades ligadas à “Divisão NATO” têm equipamento, organização, treino, doutrinas, táticas e capacidades bastante diferentes das restantes. É o próprio EME que incentiva isto, sendo uma tentativa consciente por parte do setor mais técnico do órgão para apressar a mudança em curso. Mas mais uma vez, Santos Costa discorda, o que leva a mais um confronto com Abranches Pinto, e desta vez com consequências²⁴⁴.

A conversa entre os dois órgãos é elucidativo, reflete os obstáculos de integrar a modernidade de uma elite em algo obsoleto e adverso à inovação. Santos Costa defende o pensamento de uma parte significativa do corpo de oficiais, afirmando que não se compreende haver duas doutrinas e dois padrões, porque, na sua opinião, resume-se a unidades de maior e menor poder de fogo, algo que não é justificação para duplicar os critérios, já que tal contribui para a dissolução dos espírito de unidade das Forças Armadas. O EME responde de forma cautelosa e com muitos rodeios, mas a sua conclusão é que nada tem a ver com o critério enunciado pelo ministro, mas sim uma alteração enorme de critérios, doutrinas, táticas, formação e organização. Lembra que, sem o «extenuante esforço» de formação em curso, não haveria a divisão de manobras de Santa Margarida, e acaba com uma expressão diplomática: «não se fazem comentários ao resto do despacho de S. Exa. o Ministro da Defesa»²⁴⁵.

Por esta altura, as tensões são muito fortes. O general Barros Rodrigues, Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), sugere ao ministro do Exército, Abranches Pinto, que o EME só deve manter correspondência com o Ministério da Defesa, já que Santos Costa não tem entendimento em argumentos técnicos. O final deste documento é bastante forte no Estado Novo, onde tudo se escrevia nas entrelinhas e não se criticava

²⁴⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.251.

²⁴⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.251-252.

frontalmente: «O EME não pode continuar a trabalhar, sem grave prejuízos da sua eficácia e até do seu próprio moral, subordinado a entidades com critérios e pontos de vista diferentes e até completamente oposto».

Salazar é chamado a intervir, pois havendo esta crise dentro do Exército pode criar uma crise no próprio aparelho e regime. Abranches Pinto exige que Santos Costa retire a sua acusação, de que as metas da NATO não foram conseguidas por causa do EME. O Presidente do Conselho dá-lhe razão, «corrigindo» o relatório do Ministro da Defesa nessa parte. O Ministro do Exército desfaz-se em agradecimentos, mostrando que não conhece os métodos do ditador. A tese é de que o Ministério do Exército fez o melhor ao seu alcance, e que em finais de 1953, se não existe uma divisão organizada, não é incompetência deste organismo, mas sim do irrealismo dos objetivos, algo que os americanos concordam sem hesitar. Recorda que o EME reduziu o número de técnicos e quadros intermédios na Grande Unidade da NATO, já que o Exército não tinha elementos em número suficientes, nem formados, nem perspectivas de ter nos próximos anos.

O Ministro do Exército consegue uma vitória pírrica. O conflito, aberto e oficial, era transcendente ao Estado Novo. Não interessa quem tem razão, já que ninguém tinha, como Salazar sabia. A questão é que estava a acontecer uma divisão no Exército, criavam-se assim dois núcleos à volta dos dois ministros, algo que Salazar não queria que se consolidassem, pois tinham uma base que excedia as pessoas: Abranches Pinto era apoiado pelo grupo de oficiais mais novos, dinâmicos e técnicos que eram adeptos da escola estado-unidense, em rápido crescimento; Santos Costa representava a parte maior da mentalidade do corpo de oficiais, que, supostamente, apoiava e incentivava as mudanças em curso, mas, na verdade, receava as consequências e ficava assustado pelo facto de as dominar muito mal.

O governante luso atua como normalmente: em privado dá razão a Abranches Pinto, e mal o conflito acaba, afasta-o do Governo. Assim, o Ministro da Defesa, a partir de 1954, passa a acumular outra pasta: a do Exército²⁴⁶.

O Ministro da Defesa enfrenta uma contradição difícil de superar. Este foi o primeiro a congratular a entrada de Portugal na aliança militar, pensando que ela se iria transformar num acelerar de uma muito necessária modernização. Na sua primeira visão, a NATO era a premissa para o crescimento numérico que servia de base a política de defesa. A modernização, quando chegou, fez com que as alterações fossem qualitativas, insuspeitas antes, e provocou não um aumento, mas uma contração dos alvos quantitativos anteriores. Para além disso, isto acarretou uma mudança de pensamento na melhor e mais ativa parte do Exército, um choque da jovem elite técnica com a massa do corpo de oficiais. Santos Costa sabe que precisa dos jovens oficiais, pois eles são os melhores da organização, mas quer evitar o modo diferente de pensamento. O resultado são os múltiplos conflitos e a paralisação da política de defesa nacional.

3.8. Consequências: a curto e médio prazo

A junção de ambas as pastas em Santos Costa não ajudou. Numa primeira altura, aumentou os conflitos entre o Estado-Maior do Exército e o Ministro, levando a que houvesse um atraso na preparação da Divisão de Santa Margarida. O ministro da Defesa chega à conclusão que tem de ter o apoio da “Geração NATO”, adaptando o seu ritmo à realidade. Isto vai leva-lo a fazer uma avaliação, silenciosa mas drástica, da política de Defesa de 1954 para diante. Concluiu-se que as premissas de Abranches Pinto estavam certas, o que implica o afastamento deste.

Algo curioso neste conflito, é que ambos os Ministros afirmam pretender aplicar a doutrina da OTAN/NATO, sendo que reclamam, ambos, a compreensão e apoio do

²⁴⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.252.

MAAG e atacam-se mutuamente, mas dizendo sempre que é o outro que não quer cumprir os objetivos internacionais. Isto mostrou que a «Revolução Serena» em curso era bastante profunda e ia continuar, não olhando para os vencedores dos múltiplos conflitos concretos de adaptação, algo que não quer dizer que estes fossem indiferentes²⁴⁷.

O ministro rapidamente coloca em níveis de responsabilidade os maiores nomes desta nova geração técnica e moderna, surgindo assim nomes que iram marcar a segunda metade do século XX português e especialmente o final do Estado Novo, Costa Gomes, Botelho Moniz ou Humberto Delgado. A relação entre estes últimos e o Ministro é sempre tensa, sem simpatia pessoal e de objetivos políticos. Sendo assim, estes são os primeiros que lhe viram as costas depois de 1958²⁴⁸.

A partir de 1954, o processo anda de “mão dada” com uma renovação na hierarquia. De oficiais generais do Exército: saem 8 e entram 13 novos. A mudança é tão grande e rápida que só 6 generais, anteriores a 1954, se mantêm em 1958. Isto passa-se nos outros ramos das Forças Armadas. A modernização trazida pela Aliança é acompanhada por uma ampla alteração das chefias superiores e intermédias, tendo uma ascensão rápida e estranha da geração mais técnica, uma alteração imensa dos quadros e uma redução dos quantitativos teóricos da força, tanto em tempo de paz como de guerra. Eram conclusões inesperadas para o Ministro e os seus resultados políticos seriam evidentes.

Ainda no final de 1953, a unidade de Santa Margarida procede a manobras com o novo equipamento, tornando-se uma boa operação de relações públicas. Na capa da revista *Defesa Nacional* vê-se o Presidente da República Craveiro Lopes de pé numa viatura blindada M-20, de fabrico estado-unidense, a passar revista a uma fila grande de carros de combate M-47 Patton. Realmente, o importante da capa não é o Chefe de Estado, mas sim o material militar estado-unidense usado pelo Exército português. A base, Santa

²⁴⁷ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.253.

²⁴⁸ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.253-254.

Margarida, é descrita como sendo uma «verdadeira cidade subterrânea», o ninho do «Exército Atlântico», que ousadia, sendo um «verdadeiro título de orgulho para o Exército Português». Em relação ao armamento, refere-se o «modernismo material», os «poderosos Pattons», que revela uma «nova fase do Exército»²⁴⁹.

Na verdade, estas manobras foram um fracasso. O relatório do MAAG afirma que o exercício é semelhante aos exercícios do Exército dos EUA em 1940, acrescentando que alguns oficiais lusos, que já tinham participado em manobras do SHAPE na Alemanha, já reconheciam que estas tinham sido feitas sem coordenação e realismo o que levou o Governo a dar razão ao EME, era impossível atingir os alvos. Uma das principais razões para tal, foi que os representantes lusos compreenderam que custava caro manter uma unidade moderna, pois se os estado-unidenses financiavam generosamente a sua formação, era o Estado português que tinha de gastar do seu orçamento para a sua manutenção regular. O estudo feito em 1954 mostra que a manutenção das unidades dos três ramos, com a ajuda estado-unidense, custa anualmente 74 milhões de dólares, muito mais que o total do orçamento d Defesa Nacional, isto leva ao impedimento dos planos do ministro Santos Costa²⁵⁰.

Em seis anos, 1950-1956, os planos da Aliança levam a que as despesas em defesa de cada país aumente, mas também há o aumento de despesas extraordinárias, num valor de 4 milhões de contos. Os orçamentos anuais referem-se ao esforço nacional para a defesa, devido à obrigação da «solidariedade atlântica», e que desde 1954 impede o crescimento do investimento na economia ao ritmo desejado. Tal acontece ao mesmo tempo que é necessário reforçar as guarnições da Índia, Macau e Timor, bem como o envio de forças navais para o Índico, fatores que levam a pensar que o Governo do Estado Novo já achava que algo iria acontecer. Em meados de 1954, Santos Costa dá razão a Abranches Pinto: até ao final do ano, e mesmo nos anos a seguir, só se pode

²⁴⁹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.254.

²⁵⁰ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.254-255.

formar uma única divisão NATO, o que faz com que a realidade se imponha ao fim de tantos anos.

Neste mesmo ano, o Exército faz um grande esforço para pôr todas as unidades de combate a proceder a manobras. A diretiva que sai diz que a 2ª Região Militar, ajudada pela 3ª deveria mobilizar para formar a “Divisão NATO”; a 1ª Região Militar, o resto da 3ª e a 4ª deveriam formar mais três divisões territoriais, que iriam para a linha pirenaica. Participam nestas manobras mais unidades que deveriam permanecer no território português continental, formando assim uma divisão. Isto é o que o Exército luso pode formar em caso de guerra, e depois dos governantes portugueses terem deixado o irrealismo inicial. Isto fez com que se atingisse um objetivo: uma força estável e realista, que iria ser a espinha dorsal do Exército até à guerra de África²⁵¹.

No ano seguinte, há uma reorganização do Exército, fazendo com que a Divisão de Santa Margarida passe para a 3ª Região Militar, passando a “Divisão NATO” a designar-se de 3ª Divisão. Em caso de guerra, o nosso país mobilizaria a 3ª Divisão, de campanha e a ser mandada para o 7º Exército estado-unidense em França, a 1ª, 2ª e 4ª Divisões para a linha dos Pirenéus e a 5ª Divisão, formada por diversas unidades ao longo do país para a defesa do território continental, ilhas e colónias. Este total de divisões só teria uma moderna, a 3ª. No papel, todas as unidades têm uma orgânica igual, o que dá alento a Santos Costa, mas na realidade não é assim. Na verdade, a divisão NATO é completamente diferente das outras, pois é a única que mantém um efetivo de 30-50% em tempo de paz²⁵².

O plano de mobilização de 1956, para formar este dispositivo todo, faz com que sejam mobilizados 134,395 homens:

3ª Divisão: 19938 homens

3 Divisões nos Pirenéus: 50538 homens

²⁵¹ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.255.

²⁵² TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.255-256.

Forças no continente e ilhas: 44035 homens

Forças na Índia e reservas: 19884 homens

Nenhuma está operacional rapidamente, pois em final de 1954 tanto a divisão NATO como as outras são um mero esqueleto. O relatório do MAAG é claro: o país, em caso de guerra, não consegue mobilizar uma divisão para a Aliança em D+30, só sendo possível em D+180, e com ajuda especial. No que refere às divisões dos Pirenéus, como existem em 1954, a opinião do organismo é que estas só podem ser usadas em defesa estática e a sua utilidade real é duvidosa, isto em caso de combate.

Os progressos da divisão foram menores em 1954 do que no ano anterior, pois com a acumulação das pastas em Santos Costa, houve uma mudança dentro do aparelho das Forças Armadas, com uma maior centralização de poderes e funções, como a perda de autonomia do Estado-Maior do Exército e do comando da Unidade. A conclusão disto foi o fim, mesmo que temporário, das «ilhas de eficácia», que deram azos a conflitos e resistências passivas, que levaram a uma paragem de todo o processo. Sendo que isto era a paragem da modernização do Exército, as perdas e partes negativas vieram ao de cima e tornam-se evidentes no exterior²⁵³.

O MAAG defende as teorias da nova geração criada pela NATO, o SHAPE também intervém, como uma visita oficial de Montgomery ao país, que teve como resultado a autonomia da divisão NATO, que passa agora a depender da 3ªRM. Os conflitos nesta altura são os seguintes:

- O EME resiste ao ministro com argumentos técnicos;
- Tem o apoio dos oficiais competentes;
- Salazar intervém várias vezes, aceitando os argumentos do Estado-Maior do Exército, mas sem desviar e atingir a autoridade de Santos Costa;

²⁵³ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.256.

- Este impõe a sua fórmula, mas tem pouco apoio no corpo de oficiais, seja na Marinha e no Exército²⁵⁴.

A mudança está em marcha, a “Revolução Serena” tem uma direção diferente daquilo que se pensaria inicialmente, já que a força que existente em 1956 é diferente de 1951, tendo o planeamento mudado completamente. Deixa-se o pensamento de 1914-1918 de exércitos de massa para passar para um exército mais pequeno, eficaz, mais técnico e com uma nova geração, quase revolucionária, com uma mente aberta para os valores de dinamismo, eficácia e liberdade. Mas, na verdade, a eficácia e a capacidade desta nova realidade é quase nula.

A Divisão “Nun’Álvares”, a 3ª Divisão, era a mais desenvolvida e mais importante unidade de todo o Exército português e também estava longe daquilo que era há cinco anos atrás, mas ainda não era uma Divisão “Tipo Americana”. O que faltava mudar não era só o pensamento militar, era também preciso mudar a mentalidade técnica, a educação de base e a iniciativa, e finalmente uma mudança democrática e eficaz no seio do próprio país. Dito de outra forma, esta mudança no Exército nacional apontaria os problemas nacionais que se iriam revelar importantes passados vinte anos.

O SHAPE sabia disto, mas não se preocupava. No final de 1954, e por pressão nacional, este organismo atribui uma zona no Sul de França à divisão lusa, a zona de Perigueux-Limoges-Angoulême. O estudo, de começos de 1958, do EME diz que seriam necessários 123 dias para transportar todo o material pesado da 3ª Divisão através de Espanha, longe do compromisso de ter tudo em França no dia D+30, e nem pensando que a Espanha poderia não dar a autorização para passar no seu território²⁵⁵.

Segundo este organismo, as forças lusas não teriam competência para combater na Europa Central, o objetivo da 3ª Divisão há cinco anos. Graças a isto, o organismo da Aliança não se preocupa com a questão do transporte, algo que ainda não estará

²⁵⁴ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, pp.256-257.

²⁵⁵ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ªedição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.257.

solucionado em 1960. A partir de 1958 o problema já nem aparecia, pois nesta altura Portugal abandona as questões do Pacto, mas não a organização, para se preocupar com as defesas das colónias africanas e da Índia.

No final, a “Divisão NATO”, que foi o motor de mudança do Exército e o seu bem mais precioso, nunca existiu, pois nunca cumpriu as tarefas a que era proposta. Para além disto, a NATO sabia de tal e nunca se preocupou. Na verdade, e no pensamento do SHAPE, a divisão de Santa Margarida era uma reserva de longo prazo, que após o início da guerra, levaria um ano a estar pronta, mesmo que houvesse dúvidas se haveria tempo para tal.

Esta despreocupação da organização, bem como dos próprios EUA leva a pensar. A NATO é uma organização com fins políticos, muito mais que militares ou outros, e que a inclusão de Portugal foi só um aspeto geopolítico. O verdadeiro adversário da 3ª Divisão não eram os carros de combate soviéticos nas planícies europeias, era sim um Exército tradicionalista e obsoleto, sem técnica e empedernido em termos de mentalidade; eram as políticas do ministro da Defesa, Santos Costa e dos seus amigos. O resultado do combate é o seguinte: a completa obliteração de ambos os adversários, pois a unidade de Santa Margarida fez o seu propósito, já que revolucionou a instituição em que estava inserida, mas mais que isso, fez com que a mentalidade de tudo mudasse. «As mudanças em curso eram muito mais amplas e vastas do que os responsáveis da altura, ou muitos dos historiadores posteriores, pensavam». Santa Margarida democratizou o Exército, e este fez o mesmo ao país²⁵⁶.

3.9. A Função Social da Base

O Campo Militar de Santa Margarida não teve só um papel militar importante, também foi um motor de desenvolvimento para o concelho e região onde está integrado. Desde

²⁵⁶ TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996, p.258.

o seu nascimento até aos dias de hoje, os negócios, as comunidades municipais, escolares e as gentes da região norte do Ribatejo, da margem norte e sul do Tejo, ganharam com a base militar.

Para ter conhecimento de tal entrevistei dois vizinhos meus, o Sr. João Lopes e a Sra. Maria Teresa Lopes, que me deram um plano individual do impacto, a nível socioeconómico, que a base de Santa Margarida teve no concelho onde se insere, o concelho de Constância, e na região.

No início, é relatado que o Campo levou a que houvesse uma grande transformação do planalto onde se insere, a Coutada de Santa Margarida, e ao mesmo tempo, que levou a contendas nos tribunais entre o Estado e os proprietários dos terrenos em causa. O Sr. João afirma logo de seguida que após as tensões judiciais estarem resolvidas se recomeçou a construção da base que deu bastante emprego às pessoas da região e não só.

Afirma que a partir de certa altura, foram edificadas na base, no Batalhão de Engenharia, oficinas que rapidamente se transformaram em pequenas “escolas técnicas” para a população civil. Daqui saíram eletricitistas, torneiros, canalizadores, mecânicos e serralheiros. Assim, a nível de empregabilidade e de desenvolvimento de especialização, esta estrutura militar teve um impacto no desenvolvimento civil da zona.

O Sr. Lopes, ao falar da inauguração da base relembra-se de imensa gente que estava presente para ver e a aterragem da avioneta que trazia membros do governo e também o então Presidente da República, General Craveiro Lopes, o que foi um espanto para o público, bem como para ele em particular, afirmando que foi “dia de festa”.

Um dos usos mais dados ao Campo pelas populações civis da zona era feito quando havia os “Juramentos de Bandeira”, isto é, quando acabava a recruta básica dos soldados. Aqui, a Sra. Teresa afirma que, mais uma vez, isso criava um ambiente de “festa” na própria base, em que juntava os militares e os civis. O Sr. Lopes, para descrever o uso que deu à base, e como ele muitos mais, fala do cinema²⁵⁷ que existia na base.

²⁵⁷ Anexo 5, fotografia 7.

Referindo-se que ia ver filmes duas vezes por semana, afirma que havia três dias por semana em que população civil poderia ir ao cinema. Relata que o camarote da parte de cima do cinema era interdito aos civis e que desde o meio da plateia para trás existiam filas de cadeiras reservadas aos não militares. Outro uso relatado pela Sra. Lopes é as compras que faziam na mercearia que a própria base tinha. Esta não só servia os militares e as suas famílias, mas também era o sítio onde as populações mais próximas se ia “aviar” de mantimentos e géneros alimentícios, afirmando o Sr. João que naquela altura, e por causa da pobreza existente na região, as pessoas iam com as panelas na mão até a este local, onde lhes era dado os alimentos e comida que não era consumida pela população do Campo, mostrando que já havia uma noção de “reutilização alimentar” antes de ela ter nascida de facto.

Em relação aos exercícios militares, ambos afirmam que isto criava uma atmosfera de espanto nas populações da zona, pois quando as manobras aconteciam vinham a esta região do interior de Portugal tropas estrangeiras com diversas línguas e formas de estar diferentes, vinham ministros, como o caso do Ministro do Exército General Abranches Pinto, até embaixadores e outros representantes de diversos países da NATO, como é caso do Marechal Bernard Montgomery e não só. Ainda sobre as tropas estrangeiras, o Sr. João diz que estas trouxeram, durante as manobras, riqueza para a região, pois, quando podiam, saíam da base e iam até aos cafés, mercearias e tabernas que se encontravam nas diversas localidades próximas da base, como o caso do Tramagal, Constância, Montalvo ou até a cidade de Abrantes.

Na opinião de ambos, o Campo Militar de Santa Margarida desenvolveu, e muito, o concelho de Constância, bem como a região, dando emprego e ajudando à fixação de população numa área que estava extremamente desertificada, a nível demográfico, e a trazer riqueza para o concelho, mais até que os setores industriais do concelho e região, ou como o Sr. João afirmou «um bem que foi aqui posto»²⁵⁸.

²⁵⁸ Anexo 8.

Conclusão

Nesta investigação, conclui-se que a Organização do Tratado do Atlântico Norte foi formada como contraponto ao Bloco Soviético. Esta iria servir para defender o sistema político plural, o seu sistema económico liberal e capitalista, proteger o Ocidente de uma agressão oriunda do Bloco de Leste e voltar a reerguer uma nova nação alemã, baseada no federalismo e Democracia, mesmo com as reticências da França.

Esta Organização teve como origem, como já foi referido no trabalho, diversos planos europeus para uma organização de defesa e com laivos federativos, como o Tratado de Bruxelas. Esta ideia iria ser aproveitada pelos Estados Unidos da América para juntar as nações europeias ocidentais suas aliadas durante a 2ª Guerra Mundial para criar o Pacto do Atlântico.

Ao usar estas ideias, e formando a OTAN/NATO, os EUA iriam erguer-se no pós-guerra como a maior superpotência ocidental. De acrescentar que nesta altura os poderes europeus, Reino Unido e França, estavam em franca decadência e a Alemanha estava destruída. Simultaneamente, o poder económico dos Estados Unidos foi reforçado com o Plano Marshall, tornando este país o grande fornecedor do mundo ocidental. Esta Organização também teve os seus momentos baixos, levando a que fosse uma espécie de organismo de onde os EUA poderiam emanar o seu poder imperial sobre o mundo ocidental e, mais tarde, no resto do mundo.

No entanto, a OTAN/NATO também teve outros lados positivos. Um deles é a sua ligação estreita com a Organização das Nações Unidas. A Organização ocidental iria servir como “segundo exército” e órgão de impacto político-económico da maior e mais importante organização mundial da História.

A integração do nosso país no Pacto não foi fácil, como é atestado pelo trabalho. Muitas das nações que estavam presentes na Aliança, especialmente os países europeus como a França, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, tinham reticências ou não aceitavam que Portugal, um país governado por um ditador conservador, tradicional e de direita, que tinha mais ligações políticas e ideológicas com o passado recente do que com o presente

do final da década de quarenta, pudesse integrar uma organização que defendia, literalmente, a Democracia.

Os únicos países que tiveram a consciência e necessidade de “chamar” o nosso país foram as duas maiores nações anglo-saxónicas de relevo, os Estados Unidos da América e o Reino Unido. Esta última tinha uma ligação secular com o nosso país e gostava, e era do seu interesse, manter o “status quo” do Estado Novo em Portugal, pois este fazia tudo para continuar a aliança Luso-Britânica ancestral. Acrescia ainda o atrativo do fator fundamental da nossa adesão: os Açores.

Os EUA, tendo uma visão mais crítica do governo de Salazar, e com uma forma de ver o nosso país mais sobranceira, roçando a arrogância, aceitam a entrada de Portugal na OTAN/NATO. Estes dão a entender ao resto da aliança a importância do nosso país para a Organização, os aspetos estratégicos das ilhas açorianas, já naquela altura usadas pelos aliados britânicos. Ao mesmo tempo, dão a entender ao Estado Novo que é só uma aliança estratégica e militar para proteger Portugal do “medo vermelho”. Assim, Portugal entraria só por um aspeto: a estratégia, com base nos Açores, a derradeira base militar ancorada no meio do Oceano Atlântico.

Do ponto de vista nacional, este processo também não foi pacífico, já que o governo do ditador nacional, tornando-se numa espécie de estereótipo, faz um “jogo do rato e do gato” ou de “toma lá dá cá” com os Estados Unidos, sendo mais brando com os britânicos. Isto devia-se aos fatores tradicionais e conservadores, mas também ao receio que este tinha, em relação a uma organização multilateral que, como já foi referido, tem como fundamento basilar a Democracia e o liberalismo, termos que “assustavam” Salazar e o salazarismo.

Após a entrada do nosso país neste organismo, este começou logo a atuar no seio da política externa do nosso país, mudando o centro desta do Atlântico Sul, beneficiando a manutenção do Império colonial para o Atlântico Norte, relacionando-se com os seus aliados da OTAN/NATO. Da mesma forma, este movimento de adesão à Organização originou uma nova política de defesa, não só no aspeto material, mas também em

relação a uma nova geração à qual lhe foi inculcida uma nova mentalidade, e que iria ser importante para o organismo militar nacional, e também para o país.

Tomando esta ideia, e falando do objeto de estudo desta dissertação, o Campo Militar de Santa Margarida, nos anos cinquenta conhecido por Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, foi a maior realização do Exército português no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Para os governantes lusos, especialmente para o ministro da defesa Santos Costa, iria servir para demonstrar a sua incompetência e falta de visão do que poderia acontecer, servindo objetivos completamente irrealistas, irrisórios e com falta de contacto com a realidade bélica, social e política da década de 50 e deste “novo mundo”. No papel, o Campo iria só alterar o material bélico e a organização militar do Exército luso. No entanto, para os aliados, especialmente os estado-unidenses, esta base iria mudar a mentalidade dos militares que nela estavam inseridos.

A informação que o testemunho oral deu sobre o impacto extramilitar que o Campo Militar teve, dá a conhecer uma realidade social que foi importantíssima para as gentes e a região norte do Ribatejo. Esta instalação desenvolveu, durante décadas, esta região, dando emprego e riqueza às populações que vivem e dependem desta base. Ao mesmo tempo, disponibilizou para estas gentes momentos e atividades de lazer, que seriam quase impossíveis nesta área do país naquela altura, bem como uma preocupação de assistência social.

Transportando para o presente, só desde há uns anos para cá é que a base deixou de ter este impacto, coincidindo com o decréscimo de população militar dentro desta. Mas até aí, esta edificação militar deu assistência às populações que vivem e convivem com ela há setenta anos. Desde a comunidade escolar do concelho de Constância proceder a atividades na base, como é o caso do cinema ou a divulgação que o Campo faz a nível ambientalista para com os alunos da primária, até ao uso, de militares e não militares, das piscinas da base e da farmácia. Ainda hoje, na região, existe um certo orgulho das populações civis em relação ao Campo Militar de Santa Margarida, sendo afirmado comumente, e devido à escassez de militares, pelas pessoas da zona que “toda a tropa deveria estar aqui”, referindo-se ao facto desta base ser importante para o Exército, bem como para as gentes da região norte do Ribatejo.

A mentalidade que a OTAN/NATO e o Campo Militar de Santa Margarida trouxeram aos militares nacionais mudou o paradigma destes, a nível bélico, mas também em relação ao mundo da política e da sua ação sociopolítica. Estes atualizaram-se a nível militar, mas também a ter uma perspetiva importante como cidadãos. Isto levou a que houvesse conflitos dentro do aparelho governativo luso, como é o caso do choque entre o ministro da defesa Santos Costa e o General, e ministro do Exército, Abranches Pinto, “padrinho” nacional da «Geração NATO», onde constam nomes como Humberto Delgado, Botelho Moniz e Costa Gomes, nomes importantes no panorama político português dos vinte anos seguintes. Como a investigação nos diz, este oficial general foi afastado por Salazar devido ao conflito com Santos Costa, mas também por Abranches Pinto representar a modernidade da OTAN/NATO e não, como o ministro da defesa, o tradicionalismo fechado e antiquado, que o ditador português tanto apreciava.

Esta mudança de mentalidade vai alterar os fundamentos de um dos maiores pilares do Estado Novo: as Forças Armadas. Vai levar a uma «Revolução Serena», como lhe chamou o Professor António José Telo, que iria ajudar, passado vinte anos, a formar a mentalidade que levou ao Golpe de Estado do dia 25 de abril de 1974. Com esta forma de pensar do Exército, a premissa passa a ser «Sempre ao serviço dos portugueses».

No final, os objetivos propostos foram atingidos, pois as obras bibliográficas e as fontes deram informação para que partes desta dissertação fossem desenvolvidas e as lacunas de investigação que havia fossem preenchidas.

Da mesma forma, estas ajudaram a que os objetivos se tornassem mais claros e compreensivos, dando informação objetiva e concreta sobre os diversos subtemas deste trabalho. Com dedicação e empenho, este trabalho chegou ao fim e a sua conclusão foi possível graças a estes documentos e livros que se saldaram positivos neste processo académico.

Como foi referido anteriormente, existem algumas fontes que ainda não foram tratadas e com isto não pude utilizar as mesmas, fontes que poderiam acrescentar ou enriquecer a informação presente neste estudo. No futuro, com o tratamento/arquivamento destas mesmas fontes, poderei complementar o meu estudo ou usar para novos trabalhos.

Referências Bibliográficas

Fontes

Diário do Governo. Lisboa. 1948-1958.

Entrevista a Dona Teresa Lopes e Senhor João Lopes. 17.08.2021.

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar . Lisboa. 1953-1954.

MACEDO, Ernesto A. L. Ferreira de – Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50, os compromissos com a OTAN. Lisboa. Direção do Serviço Histórico Militar. 1988. Vol. I e II;

Manual da OTAN. (1976). In OTAN/NATO (Ed.). Bruxelas: Serviço de Informação da OTAN;

NATO – Tratado do Atlântico Norte. 1949. Acessível no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Washington D.C., E.U.A.

Ordens do Exército. Lisboa. 1948-1958.

Revista Militar. Lisboa: Empresa da Revista Militar, 1953-1960.

Bibliografia

AFONSO, Carlos [et al.] – *Brigada Mecanizada 40 anos*. 1ª Edição. Porto: Fronteira do Caos, 2019.

ANTUNES, José Freire – *Roosevelt, Churchill e Salazar: A luta pelos Açores 1941-1945*. Alfragide: Ediclube, 1995. 84-408-0215-3.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. 972-42-3071-6. Vol.4.

BORGES, Armando A. G. (coord.) – *50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002*. QG\CMSM. 2002.

BORGES, Gonçalves (coord.) – *Brigada Mecanizada Independente: 1978-1998 20 anos*. Santa Margarida: BMI, 1998.

COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR, VI, Lisboa, 1995 - «*Portugal na História Militar*»: actas. Lisboa: CPHM, 1995.

CALAFATE, Pedro – *Portugal, um Perfil Histórico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

CRUZ, Manuel Braga da (org.) – *Correspondência de Santos Costa 1936-1985*. 2867. Lisboa/São Paulo: Verbo, 2004.

REGIMENTO DE CAVALARIA Nº4 – *240 anos ao serviço do exército e da nação*. Santa Margarida. 2002

REIS, Bruno Cardoso – *Pode Portugal ter uma estratégia?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019. 978-989-8943-42-2.

SÁ, Tiago Moreira de – *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. 1ª Edição. Alfragide: Dom Quixote, 2016. 978-972-20-5937-4.

SOUSA, Paulo Jorge Henriques de – *Brigada Mecanizada 1978-2008*. Brigada Mecanizada. 2008.

TELO, António José – *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*. 1ª edição. Lisboa: Edições Cosmos. 1996. 972-762-002-7.

THE TIMES – *História da Guerra*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006. 989-626-006-0.

VIEIRA, Joaquim – *Portugal Século XX: crónica em imagens 1940-1950*. 1ª edição. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. 972-42-1908-9.

WESTAD, Odd Arne – *A Guerra Fria - Uma História do Mundo*. 8048. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018. 978-989-644-339-9.

Anexos

Anexo 1

Fotografias 1, 2 e 3: Vista frontal, lateral e traseira de um Carro de Combate M-47 “Patton” na atualidade.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 2

Fotografia 4: Vista lateral de um Carro de Combate ligeiro M-24 “Chaffee” na atualidade.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 3

Fotografia 5: Peça de Artilharia intervencionada no âmbito da OTAN durante os anos 50.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 4

Fotografia 6: Vista frontal do Hangar construído nos anos 50, no Campo Militar de Santa Margarida, para os Carros de Combate.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 5

Fotografia 7: Vista Frontal do Cinema do Campo Militar de Santa Margarida.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 6

Fotografias 8 e 9: Estação de Caminho-de-Ferro do Campo Militar de Santa Margarida e as plataformas de descarga dos Carros de Combate.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 7

Fotografias 10 e 11: Vista da Porta de Armas e do final da Avenida D. Nuno Alvares Pereira no C.M.S.M.



Fonte: Acervo pessoal

Anexo 8.

Entrevista ao Senhor João Lopes e à Senhor Maria Teresa Lopes

1. Algum de vocês se lembra da construção do Campo Militar e do início dela?

SJL: Eu lembro-me! O início do Campo de Santa Margarida foi bem visto para cá, porque naquela altura aquilo era só mato. E depois houve bastantes diligências com os donos dos terrenos, uns cederam outros não cederam, uns foram para tribunal outros não foram e depois recomeçou-se a construção do Campo de Santa Margarida.

2. Mas lembra-se demais alguma coisa da construção ou não?

SJL: Lembro-me da construção que empregou muita gente e depois criaram ali umas oficinas na parte do Campo Militar, que foram criadas no quartel da Engenharia, e que muita gente aprendeu lá profissões. Eletricistas, torneiros, mecânicos, serralheiros e canalizadores. Teve um impacto para as pessoas, até a nível de emprego e não só. E formou pessoas.

3. Em relação à inauguração, há algum de vocês que se lembra?

SJL: Eu lembro-me! [...] Estava lá muita gente e que a avioneta aterrou lá na avenida do Campo de Santa Margarida.

4. E o Senhor João foi ver, qual foi a sua opinião?

SJL: Na minha opinião, eu era um jovem adolescente. Evidentemente foi muita gente apoiar o Craveiro Lopes.

5. Mas quando viu a avioneta a aterrar na estrada qual foi a reação das pessoas ou do Senhor?

SJL: Estavam satisfeitas e batiam palmas

6. Ficaram surpreendidas?

SJL: Com certeza! Foi dia de festa! E foi algo que muitos populares não tinham visto.

7. De que forma é que ambos usaram o Campo, o que faziam quando iam ao Campo?

SMTL: Ia ver os “Juramentos de Bandeira”! Era dia de festa rija!

SJL: E eu ia ao cinema todas as semanas! Deixavam-nos ir ao cinema. Aquilo dava cinema para as tropas e deixavam ir lá os civis três vezes por semana, três dias por semana! Os civis tinham uma coisa! Não podiam usar o camarote. Tinha que ser cá em baixo. E havia sempre do meio do cinema para trás umas certas filas reservadas aos civis.

[...]

8. Sabem a forma de como as populações daqui usaram o Campo, se era igual à vossa?

SJL: Sim, muita população ia ao cinema, aos “Juramentos de Bandeira”.

SMTL: Iam buscar de comer à cantina.

SJL: E depois nesse período, nesta zona, havia muita gente pobre que iam lá com umas panelas e que lhes davam o resto dos ranchos para eles comerem.

9. Com o Centro de Saúde, os civis poderiam ir lá ou não?

SMTL: Não! Era só para a tropa.

10. Na vossa opinião, vocês acham que o Campo trouxe aspetos positivos para a região ou negativos, e quais?

SJL: Trouxe positivos, porque desenvolveu o concelho, que era pobre e triste. Foi um bem que se colocou no concelho, na zona central do país. Durante muitos anos e anos era das coisas melhores que existiam aqui na zona. Trouxe muito desenvolvimento para a zona. Mais que a “Caima”, porque trabalhou lá muito civil, dava trabalho a carpinteiros, serralheiros, pedreiros, até pessoas de escritório.

11. E os exercícios militares?

SJL: As maiores manobras que se executaram no Campo de Santa Margarida aconteceram em 1958. Fizeram uma ponte no rio Tejo para ligar o concelho de Constância ao concelho da Barquinha, aqui na Praia do Ribatejo.

12. Qual a reação das pessoas daqui?

SJL: As pessoas aceitavam isto por bem. Vinha aí a tropa estrangeira! [...] Vinham embaixadores, esses lembro-me de muitos. Do governo veio cá o Craveiro Lopes e o ministro do Exército, o Abranches Pinto. De resto, isto era visitado por muitas pessoas do estrangeiro, nós é que não sabíamos quem é que eles eram. À vezes só se sabia que era por causa do carro, que dizia “embaixador”.

13. Os exercícios trouxeram riqueza económica à zona?

SJL: Trouxe sempre, porque havendo exercícios, havia movimento de pessoas. Iam às mercearias locais, aos cafés e às tabernas [...].

Apêndices

Apêndice 1

Fotografia 1 e 2: M-47's "Patton" nas manobras de 1953 no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e em parada, na mesma base, na década de 1950.



Fontes: AFONSO, Carlos [et al.] – Brigada Mecanizada 40 anos. 1ª Edição. Porto: Fronteira do Caos, 2019 e BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.QG\CMSM. 2002.

Apêndice 2

Fotografia 3: M-24's "Chaffee" em parada no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida.



Fonte: BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.QG\CMSM. 2002.

Apêndice 3

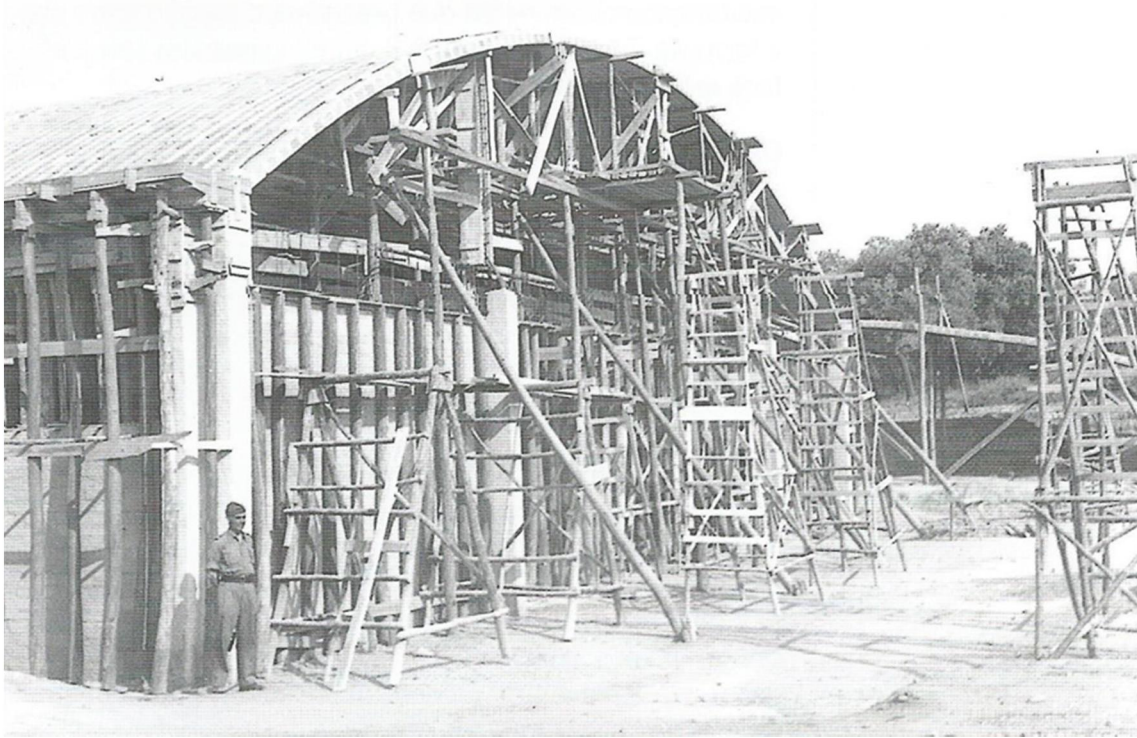
Fotografia 4: Peça de Artilharia intervencionada no âmbito da OTAN, a ser transportada durante umas manobras no C.I.M.S.M.



Fonte: BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.

Apêndice 4

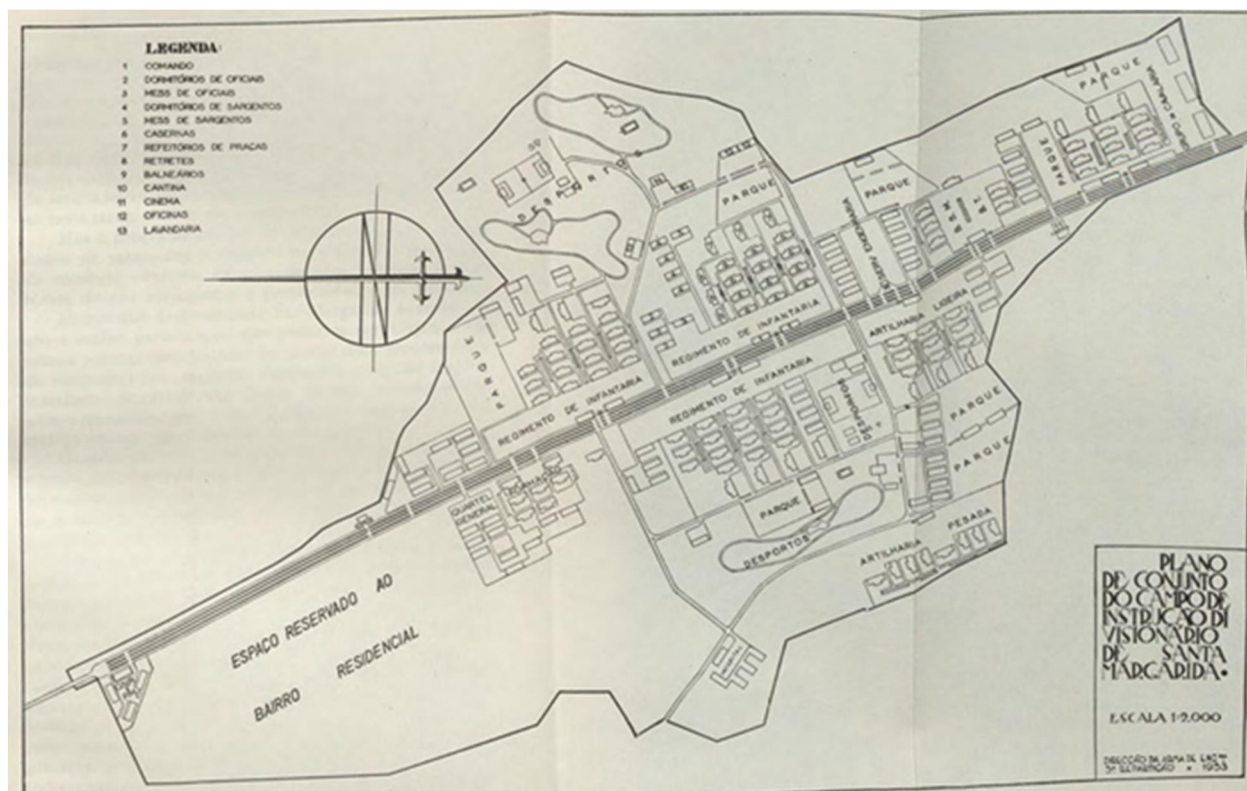
Fotografia 5: Hangar em construção.



Fonte: BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.

Apêndice 5

Planta do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida em 1953.



Fonte: CALADO, Santos – O Campo de Instrução de Stª Margarida. Revista Militar. Lisboa. Nº7. (1953).

Apêndice 6

Fotografia 6: Vista aérea, a partir da Capela, do C.I.M.S.M e da sua avenida.



Fonte: BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.

Apêndice 7

Fotografia 7: Vista panorâmica da construção das casernas.



Fonte: BORGES, Armando A. G. (coord.) – 50 anos, Campo Militar de Santa Margarida: 1952-2002. QG\CMSM. 2002.